

Universidade de Évora



Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

A Roménia e a Integração na União Europeia

Realizada por: Anca Simona Net nº 4670

Orientador: Prof. Dr.^a Elsa Cristina Vaz

Évora, 2011

Agradecimentos

A Deus por me amparar nos momentos difíceis, me dar força interior para superar as dificuldades, mostrar o caminho nas horas incertas e me suprir em todas as minhas necessidades.

A minha mãe que sempre me apoiou e que sem os esforços dela este trabalho não seria realizado.

A minha orientadora Prof. Dr.^a Elsa Cristina Vaz pelo seu trabalho abnegado e valioso, traduzido em ensinamentos, sugestões, críticas e apoio em todas as situações.

A todos os que estiveram ao meu lado, fazendo-me sentir que há percursos que vale a pena serem realizados.

Índice

Resumo	6
Abstract	7
Abreviações	8-9
Introdução	10-12
<i>Primeira parte</i>	
Capítulo I: Conceitos teóricos de referência aos processos de integração	13-34
I. 1. O que é a integração económica? Definição e significado	13-16
I. 2. A relação entre a integração económica e política	16-21
I. 3. O conceito de competitividade	21-24
I. 4. O conceito de produtividade	24-26
I. 5. O conceito de europeização e o de integração europeia	26-29
I. 6. Relação entre o processo de integração e a evolução do nível de competitividade da Roménia	29-34
Capítulo II: Dimensões políticas da adesão da Roménia à UE	35-57
II. 1. O alargamento da UE à Europa Central e Oriental: lógicas e condicionamentos	35-38
II. 2. As relações da Roménia com a UE: uma visão romena sobre a ideia de “Europa”	38-47
II. 3. O objectivo da integração da Roménia	47-49
II. 4. As negociações de adesão e o Tratado de Adesão	49-57
Capítulo III: Dimensões económicas do processo de adesão da Roménia à UE (1995-2007)	58-90

III.1. A transição para uma economia de mercado na Roménia: questões metodológicas	58-61
III. 2. A transição para uma economia de mercado na Roménia: o processo de adesão posto em prática	61-74
III. 3. O papel da agricultura e da política agrícola na Roménia	75-80
III. 4. As principais alterações no enquadramento industrial	80-87
III. 5. A privatização do sistema bancário na Roménia	87-90
 <i>Segunda parte</i>	
Capítulo IV: As fontes de financiamento da UE na Roménia	91-106
IV. 1. Os instrumentos estruturais e oportunidades de desenvolvimento para a Roménia	91-95
IV. 2. Os fundos adicionais	95-100
IV. 3. Os fundos estruturais e de coesão	100-102
IV. 4. A agregação dos fundos	102-106
Capítulo V: A Roménia após a adesão	107-141
V. 1. O comércio exterior da Roménia	107-113
V. 2. O Investimento Directo Estrangeiro na Roménia	113-119
V. 3. A competitividade da Roménia	119-122
V.3.1. “Radiografia” do subdesenvolvimento da Roménia	122-125
V. 3. 2.O Relatório Global da Competitividade 2008-2009	125-131
V. 3. 3 As prioridades nacionais de desenvolvimento	131-141
Conclusões	142-157

Bibliografia 158-169

Anexos 170-183

Resumo

A Roménia tornou-se Estado-Membro no dia 1 de Janeiro de 2007. Nesse sentido considera-se importante apresentar os momentos mais significativos do processo da aproximação da Roménia à União Europeia. Teve-se como objectivo geral tentar apresentar o caminho percorrido pela Roménia no processo de adesão, verificando se estava preparada para a adesão e se estruturalmente se criou as condições para fazer parte da União Europeia.

Analisando o processo de adesão, numa perspectiva multidisciplinar, verificou-se que foram cumpridas as etapas definidas no processo de adesão, permitindo avaliar as principais dimensões económicas do processo de adesão: a transição de uma economia planificada para uma economia de mercado e o papel de cada um dos sectores da actividade económica (primário, secundário e terciário).

A mesma abordagem multidisciplinar foi necessária para analisar o impacto que a adesão europeia teve na Roménia. Avaliando assim o quadro de referência da sua adesão verifica-se que os instrumentos estruturais de apoio ao desenvolvimento económico permitiram uma integração plena, embora mantendo um desfasamento significativo relativamente a média europeia, bem como permitiram a melhoria da competitividade e da produtividade da economia romena, apesar de ainda existirem níveis demasiado elevados na corrupção e o nível da vida das populações continuar abaixo da média europeia.

Palavras-chave: Roménia, integração europeia, transição, UE, economia, competitividade, serviços, produtividade, investimento directo estrangeiro

Romenia and European Union Integration

Abstract

Romania became a member state on 1 of January 2007. In this sense it is considered important to present the most significant moments of the process of approximation of Romania to the European Union. The general objective of the work is to present the road of Romania in the accession process, making sure that it was prepared to be a membership and if it has the conditions to join the European Union.

Analyzing the accession process from a multidisciplinary perspective, we found that the steps were fulfilled in the accession process, allowing the access to the main economic dimensions of the accession process: the transition from a planned economy to a market economy and the role of each sector of economic activity (primary, secondary and tertiary).

The same multidisciplinary approach was necessary to analyze the impact that the European accession had in Romania. Evaluating the framework of its accession it appears that the structural instruments in support of economic development led to a full integration, thus maintaining a significant lag to average of the European Union, also allowing the improvement of competitiveness and productivity of Romanian economy, even if there are still existing levels of high corruption and the living life level remaining below the European average.

Keywords: Romania, integration, EU, economy, labor market, competitiveness, services, productivity, foreign direct investment

Abreviações

ANPA – a Agência Nacional para Pescas e Aquaculturas
APAPS – a Agência para a Privatização e Administração do Património do Estado
APAPS – a Agência para a Privatização e Administração das Propriedades do Estado
APDRP – a Agência de pagamentos para Desenvolvimento rural e Pescas
AVAS – a Autoridade para a Valorização dos Activos do Estado
BCR – O Banco Comercial Romeno
BERD – Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento
BM - Banco Mundial
BRD - Groupe Société Générale
BVB – Bolsa de Valores Bucareste
CAER – o Conselho de Apoio Económico
CEC – Casa de Economii si Consemnatiuni (a Casa de Poupanças)
CEE – Comunidades Económicas Europeias
CEFTA – Central European Free Trade Agreement
EAGGF - European Agricultural Guidance and Guarantee Fund
EIU - Economist Intelligence Unit
ERDF - European Regional Development Fund
FAEDER – Fondul Agricol European pentru dezvoltarea Rurala (Fundo Agrícola Europeu para Desenvolvimento Rural)
FC – Fundo de coesão
FEC – Fundo Estrutural de Coesão
FEDR – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEM – Fórum económico mundial
FEOGA – Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola
IFOP – Instrumento financeiro de Orientação das Pescas
FIFG - Financial Instrument for Fisheries Guidance
FSC – Fondurile Structurale și de Coeziune (Fundos Estruturais e de Coesão)
FSE - Fundo Social Europeu
IFC - International Finance Corporation

IFOP – Instrumentul Financiar de Orientare a Pescuitului (Instrumento financeiro de orientação para Pescas)

INS – Institutul national de statistica (Instituto Nacional de Estatística)

IDE - Investimentos directos estrangeiros

ISPA – Instrument Structural de Pre-Aderare (Instrumento Estrutural de Pré-adesão)

JEREMIE – Joint European Resources for Micro to Medium Enterprises

MADR – Ministerul agriculturii si dezvoltarii rurale (o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural)

MAFA – Multi Annual Financial Agreement

MAPDR - Ministrul agriculturii, padurilor si dezvoltarii rurale (o Ministério da Agricultura, das Florestas e do Desenvolvimento rural)

MEBO - Management and Employees Buy Outs

MFP – O Ministério das Finanças Públicas

NBG – National Bank of Greece

BNR – o Banco Nacional Romeno

ONVV – Oficiul National al Viei si Vinului (o Escritório Nacional da Vieira e do Vinho)

SME – Sistema Monetário Europeu

PAC – Política Agrícola Comum

PAG – Produção Agrícola Global

PIB – Produto Interno Bruto

PNADR – Programul national pentru agricultura si dezvoltare rurala (o Programa Nacional para Agricultura e Desenvolvimento rural)

PND – Programa nacional de desenvolvimento

PO – Programas operacionais

PO CCE – Crescimento da competitividade económica

SAPARD – Programa Especial de Pré-Adesão para Agricultura e Desenvolvimento Rural

SEWS – Sumitomo Electric Wiring Systems

UEM – União Económica Monetária

UE – União Europeia

QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional

WEF - World Economic Forum

Introdução

No dia 1 de Janeiro de 2007, a Roménia tornou-se Estado-Membro da UE. Foi um momento importante da sua história pós-comunista. As implicações da integração europeia são múltiplas, mas podem ser resumidas na obtenção de um verdadeiro certificado de qualidade democrática. Quase 20 anos depois da queda do regime do Ceausescu, a via democrática tornava-se, por fim, a única alternativa viável. Até obter o estatuto de democracia estável que cumprisse os critérios de Copenhaga, a Roménia conheceu hesitações, sinuosas transformações económicas e políticas, recebendo críticas mais duras ou menos duras e falhas mais relevantes ou menos relevantes.

O atual sistema político romeno nasceu de uma revolução anti comunista em Dezembro de 1989, a mais violenta do antigo bloco soviético, mas também a mais rápida. Nos anos '90 afirmava-se ironicamente que, se na Polónia passaram 10 anos entre o nascimento do sindicato Solidarnosc e a queda do regime, se a Hungria precisou de 10 meses para se livrar de kdarism, e a República Checa de 10 dias para organizar a Revolução de veludo, a Roménia precisou apenas de 10 horas para pôr fim ao regime de Ceausescu. Mas a velocidade da mudança não é um barómetro de qualidade, tanto mais quando a alternativa não é óbvia. Usando uma metáfora de Leszek Kolakowski, que descrevia o desmembramento dos regimes comunistas na Europa central, usando a imagem de uma casca de ovo rachado, como um embrião bem desenvolvido no interior, poderíamos dizer que na Roménia a casca do regime comunista era, profundamente fissurada. Ao contrário da Polónia, Hungria, República Checa, ou mesmo a Bulgária, no caso romeno a alternativa ao regime comunista de Nicolae Ceausescu não tinha os contornos claros, e a solução da mudança não havia de ser transparente e radical. Por outras palavras, para além da surpresa da queda súbita do regime de Ceausescu, a génese do pós-comunismo romeno é marcada por uma crise de identidade, sendo a sua legitimidade considerada muito confusa e controversa.

Consequentemente, os eventos de Dezembro de 1989 foram percebidos ao mesmo tempo como “inesperados e obscuros”: “obscuros”, porque ninguém sabe “o que realmente aconteceu” e “inesperados” porque não havia antes de 1989 “grupos

organizados, conhecidos a nível nacional”, estruturas não-violentas capazes de negociar a transição com os representantes do Antigo Regime e, portanto, autorizadas, e reconhecidamente com o mérito de mudar o destino do país.

O que está claro é que a separação dos regimes comunistas foi percebida, nos primeiros dias de 1990, como um retorno à Europa. Este nome irá tornar-se muito rapidamente o símbolo de um mundo idealizado, um Éden da democracia, uma terra de promessas de prosperidade económica e um país de excelência cultural. Pouco a pouco, em lugar das ideais dos primeiros dias de liberdade, nos países ex-comunistas enraizou-se o discurso tecnocrático da Europa burocrática, visto que a UE abriu as suas fronteiras para a Europa Central e de Leste.

O processo da adesão da Roménia à UE foi complexo e relativamente longo tendo em conta o nível de desenvolvimento em que a Roménia estava nos anos 90, e que justificou a sua adesão apenas em 2007. Foi precisamente esta complexidade que procurei perceber com a realização desta dissertação. Uma das perguntas que me chamaram a atenção e à qual tentei dar uma resposta no presente trabalho é: “A Roménia foi verdadeiramente preparada para aderir à UE? A Roménia tem condições para fazer parte da grande família europeia?” Temos como objectivo geral do trabalho verificar se o caminho percorrido pela Roménia foi o adequado para merecer o estatuto de Estado-Membro. Não tendo uma resposta fácil, nem existindo processos lineares e unânimes, ao qual se junta a actual crise económica e financeira mundial, procuraremos através da análise de alguns instrumentos encontrar algumas respostas que complementa as análises e os processos que têm sido feitas sobre a adesão da economia romena, e permitam desenvolver uma visão mais global de todo este processo. A este respeito tenho a esperança que as referências bibliográficas consultadas me permitam considerar informações, se não novas, pelo menos interessantes, no que diz respeito ao significado de algumas das várias etapas na evolução do processo de integração europeia. Sem ter a intenção de prever os resultados desta pesquisa, devemos sublinhar que, se eu estivesse convencida da veracidade de uma ou de outra das variantes de resposta, positiva ou negativa, não iria iniciar esta abordagem, mas na altura do início do presente trabalho nenhuma das duas respostas possíveis me oferecia uma argumentação coerente e completa.

O documento encontra-se dividido em 5 capítulos, repartidos por 2 partes.

Na primeira parte pretendemos apresentar um enquadramento teórico sobre a integração económica e política, assim como de conjunto de conceitos relacionados. Em seguida procuramos apresentar a visão de Roménia, relativamente às dimensões políticas e económicas do processo de transição, de forma a determinar o grau real da preparação deste país para a adesão.

Na segunda parte procuramos apresentar a evolução económica e política que o processo de transição gerou na Roménia e que reflecte a sua actual situação após a adesão, fornecendo mais detalhes sobre o mercado de trabalho, o comércio externo, sua evolução, as performances do Investimento Directo Estrangeiro e a competitividade romena. Dada a importância do apoio financeiro de origem comunitária para a preparação de Roménia e para o seu desenvolvimento após a adesão, é dado especial destaque ao conjunto dos fundos financeiros europeus movimentados durante o período de transição e após a adesão.

Partindo da ideia de que a integração nas estruturas da UE representou desde sempre uma dimensão intrínseca dos Estados europeus, independentemente do sistema político ou do nível de desenvolvimento, e que o caminho para a integração é um caminho bastante tortuoso, em particular para os países da Europa Central e Leste (devido à sua herança do regime comunista), torna-se pertinente perceber de que forma os países da Europa Central e de Leste procuraram adaptar as suas estruturas políticas para se integrarem na Europa.

Capítulo I:

Conceitos teóricos de referência aos processos de integração

Neste primeiro capítulo pretendemos analisar a teoria e a problemática da integração europeia no contexto mais amplo do processo de europeização e da política de vizinhança do país. Também vamos analisar o conteúdo da noção de integração económica e a relação desta integração política entre os países membros da UE e especialmente o impacto do processo de integração sobre o crescimento da competitividade e da produtividade da economia romena como um todo e nas suas diferentes áreas. Vamos insistir na ideia de que a essência da integração económica é a convergência real da Roménia com a UE, enquanto a formal acabou em 1 de Janeiro de 2007.

I.1 O que é a integração económica? Definição e significado

A noção de “integração” vem etimologicamente das palavras latinas íntegro, integração respectivamente, *integratio-integrationis*, utilizadas com o sentido de restaurar, restabelecer, unificar, completar (Machlup Fritz., 1997); com outras palavras, pôr num lugar várias partes num todo unitário, tornando os elementos constitutivos partes integrantes.

O conceito de integração, num sentido geral e de aceitação actual, representa o ajustamento mútuo dos elementos constitutivos dum sistema, permitindo-lhe formar um novo equilíbrio. O sistema pode tomar as características dos elementos constitutivos ou pode formular as próprias características, completamente autónomas. A nova estrutura criada pode ser considerada como integrada somente quando as relações que se

estabelecem entre os elementos que a compõem são estáveis por muito tempo, gerando efeitos ao nível de cada unidade componente. (Lutas Mihaela, 1999)

As definições para a integração num sentido geral são diferentes de um autor para outro: Deutsch Karl (1957) associa a integração com a ideia de pertença a uma comunidade no quadro de um certo território, comunidade cujas instituições e práticas são bastante fortes para poder assegurar “mudanças pacíficas” para os Estados-Membros num longo período de tempo.

Haas B. Ernest e Lindberg Leon N. (1971) têm pontos de vista semelhantes, veem a integração como um processo sobretudo político em que os actores políticos de diferentes estruturas nacionais são convencidos a modificar a lealdade, as esperanças e actividades políticas, para um novo centro, cujas instituições possuam ou pretendem jurisdição sobre os Estados nacionais preexistentes, e as nações, até lá dispostas e capazes de conduzir, independente da política interna e externa, tentam tomar juntas certas decisões ou delegar o processo de tomar decisões de novos órgãos centrais.

Regul R. (1988) traz uma definição mais completa que engloba também a aceitação económica actual: “a fusão de unidades económicas em grupos ou unidades maiores. A integração não é em si mesmo um objectivo, mas um meio para atingir uma meta. Esta determina o nível, a forma e/ou o acento da união.” Para este autor, a integração pode ser realizada ao nível das empresas, das regiões económicas, das nações e mesmo dos continentes, cada um tendo objectivos e formas de manifestação diferentes. No caso da integração entre as nações, os objectivos podem ser de ordem geral, político e militar, político-económico, económico. Embora o conceito de integração adquira em cada caso um significado particular, as definições tendem para a associação da ideia de integração com a da união, de formação de um todo.

A integração económica tem atraído atenção crescente desde o início do período pós-guerra. Sob os nomes de “integração económica regional” ou “regionalismo económico”, distingue-se da integração mundial das economias nacionais. Embora o estudo da integração económica tenha sido inspirado, se não dominado, pelo exemplo europeu, as formas menos avançadas de integração económica podem agora ser encontradas em todos os continentes. Para efeitos de análise, a integração económica

será, tanto quanto possível, definida independentemente da experiência europeia. (Pelkmans Jacques, Hall Prentice, 2006)

A integração económica pode ser definida como a eliminação das fronteiras económicas entre duas ou mais economias. Por sua vez, uma fronteira económica é qualquer demarcação sobre a qual as mobilidades reais e potenciais de bens, serviços e factores de produção, bem como os fluxos de comunicação, são relativamente baixos. Em ambos os lados duma fronteira económica, a determinação dos preços e qualidade dos bens, serviços e factores é influenciada apenas marginalmente pelos fluxos ao longo da fronteira. (Dobrescu Emilian., 2000)

Não há nenhuma razão à priori para supor que as fronteiras económicas coincidem com as fronteiras territoriais; os países são delimitados pelas fronteiras territoriais, e as economias por fronteiras económicas. Assim, as economias locais necessitam sempre de se junta a uma economia regional se as fronteiras económicas entre as diferentes comunidades locais persistem. Da mesma forma, as fronteiras económicas entre as regiões podem inibir a integração económica nacional. A integração económica europeia é impulsionada pelos esforços de redução ou eliminação do papel das fronteiras territoriais com os vizinhos europeus como fronteiras económicas. A importância fundamental da integração económica é o aumento da concorrência real ou potencial. Esta competição é gerada tanto pelos participantes do mercado, originários no resto do país (no caso de integração inter-regional), bem como por um grupo de países (por exemplo, na UE), chegando além dos limites tradicionais da economia. (Dobrescu E., 2002)

A relação entre a integração económica e política pode ser diferente de caso para caso. Claramente, a integração económica regional dentro de um país pressupõe uma estreita correspondência entre a integração (nacional) económica e política. O processo de integração económica e política na UE tem sido associado desde o início. Para além das razões históricas, a ameaça do comunismo e da Guerra-fria desempenhou um papel importante na economia e na política. Assim, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) foi fundada em 1951, na sequência de um apelo dramático pelo Ministro francês dos Negócios Estrangeiros, Robert Schuman, em Maio de 1950 para colocar os dois sectores mais importantes a fazer a guerra – do carvão e do aço – sob uma autoridade

supranacional, de modo a impedir uma nova guerra franco-alemão. A segurança europeia foi, portanto, o objectivo principal da CECA, e a integração dos mercados sectoriais apenas o meio para o atingir. O Tratado CEE, de 1957, apresentou traços da vontade de integração política, enquanto o preâmbulo confessou a intenção de “*uma união cada vez mais estreita entre os povos da Europa*”.

Há pouca dúvida de que o desejo implícito de prosseguir a integração política através dos meios económicos previstos no Tratado de Roma foi um dos principais motivos para que o Reino Unido, Dinamarca, Noruega e outros países neutros, assim como os países socialistas não participassem nas negociações finais para a CEE em 1956.

Embora estas conclusões sejam dificilmente impugnadas, o significado e o processo de integração económica não é claro. Os motivos políticos podem explicar a estrutura institucional da CEE original. Mas o desenvolvimento posterior da Comunidade foi impulsionado quase inteiramente pela integração do mercado e pelas políticas económicas comuns selectivas, e não pela política de cooperação estrangeira ou por questões de segurança ou de defesa, até o final dos anos 1980 e início de 1990. Também, questões fundamentais de ordem política nos processos políticos domésticos dos Estados-Membros, tais como emprego, inflação, segurança social, segurança interna e os valores sociais eram pouco afectados pela CE há várias décadas. Na prática, portanto, é extremamente difícil de traçar como e em que medida os objectivos políticos da Comunidade, têm influenciado a natureza e o processo de integração económica na CE.

I.2. A relação entre a integração económica e política

O termo de integração económica não aparece na literatura económica de referência antes dos anos 40, sendo a palavra “integração” utilizada até aí sobretudo nas ciências exactas. Fritz Machlup mostra que não encontrou nenhuma referência sobre este termo antes de 1942 (Machlup Fritz, 1997).

El-Agraa A. M. salienta o facto do termo de “integração económica internacional” ter “uma história relativamente curta”, sendo “um aspecto das ciências económicas internacionais que aumentou de importância nas últimas quatro décadas” (El-Agraa Ali M., 1994).

Paradoxalmente, na literatura económica primeiro apareceu e gozou de uma larga circulação o termo de desintegração económica. O autor chama-se Eli F. Heckscher que, na obra “Mercantilismo” (1931), define o mercantilismo como um sistema de uniformização dirigido sobre o afastamento dos efeitos da desintegração económica causada pelo sistema feudal.

Posteriormente, economistas de prestígio contemporâneos assumiram o termo e utilizaram-no na descrição da dinâmica dos câmbios comerciais internacionais. Os títulos das duas obras surgidos neste período são significativos: Wilhelm Ropke, Ludwig Mises – *Decisive Problems of Desintegration of World Economy* (1933); Moritz Bonn – *The Crumbling of Empire: The Desintegration of World Economy* (1938).

Os debates sobre o perigo da desintegração económica da Europa, devido ao isolamento económico e ao nacionalismo económico regional conduziram ao termo de integração económica. Um dos criadores do termo é Alfred Weber cuja obra *The Production – Economic Integration of Europe; an Investigation of Interwaving by Trade of the Countries of Europe* (1933), analisa o grau de interdependência das Nações europeias no que concerne à restauração com matérias-primas e semi-fabricadas.

The Encyclopedia of the social sciences, de 1937, tem no seu índice o termo de integração, pela primeira vez num contexto económico, muito mais estrito do que o actual, no sentido de integração industrial, quer dizer um processo de combinação intra-sectorial das empresas industriais realizadas através de acordos, cartéis, organizações, *trusts* ou fusões. Aparece aqui a distinção entre integração vertical (a combinação intra-sectorial no quadro das relações fornecedores-clientes) e integração horizontal (a compreensão entre as empresas concorrentes) (The Encyclopedia, 1937).

Transmitido dentro dos campos científicos, nos diferentes artigos de especialidade, o termo adquire cada vez mais o seu sentido actual: “*aquela integração internacional que nos referimos será obtida através a coordenação das políticas económicas nacionais*” (Miron Dumitru., 2002) e migra para a linguagem oficial.

O termo de integração económica foi pela primeira vez utilizado oficialmente, na documentação do Plano Marshall – o Programa de Reconstrução Europeia, na obra *History of Thought on Economic Integration*, feito por três economistas americanos: Charles P. Kindleberger, Harold Van B. Cleveland e Ben T. Moore – “a coordenação do

programa de reconstrução da Europa no que se refere à criação duma Europa forte e integrada economicamente” (Machlup, Fritz 1977). Desde então, o termo de “integração económica” substituiu gradualmente uma inteira família de palavras: a apropriação económica, a fusão e unificação económica, utilizados anteriormente no que concerne aos processos de criação das uniões aduaneiras, das zonas de livre comércio, de combinação industrial intra-sectorial ou de combinação das economias no quadro de uma região económica etc.

No início de 1950 o termo começa a ter uma conotação mais exacta, designando um processo que implica a mistura de economias separadas em regiões mais vastas. Uma síntese exhaustiva sobre a definição do conceito de integração económica foi realizada por Bela Balassa, acompanhada pela proposta de renunciar à definição demasiado geral.

Balassa Bela, na sua obra “The Theory of Economic Integration” define o conceito de integração económica como um processo e estado de facto – um processo económico que consiste na aplicação de medidas que conduzem à eliminação das discriminações entre as entidades económicas pertencendo a Estados nacionais diferentes, (Balassa, 1961) pressupondo a ausência de qualquer forma de discriminação entre as economias nacionais. Balassa distingue a integração comercial, integração dos factores de produção, integração política e integração total. A integração total pressupõe a unificação monetária, fiscal, social da política anti-cíclica, a criação de uma autoridade supranacional, cuja decisão seja obrigatória para os Estados-Membros.

Outros autores consideram que a diminuição do termo integração não é bem-vinda (Machlup Fritz., 1997) nas condições em que se pode falar sobre integração nacional (intranacional ou interprovençal), integração regional (plurinacional) ou de integração global (multilateral, universal).

Se as definições dadas à integração no sentido geral não diferem na essência umas das outras, as que se dirigem à integração económica, assim como vamos ver na lista a seguir, assumem várias formas e não poucas vezes contraditórias.

Perroux F., na obra “Intégration économique. Qui intègre? Au bénéfice de qui s’opère l’intégration?” “foi entre os primeiros que consideraram a integração económica um processo, um conjunto de realizações dinâmicas, em que as forças de expansão são as únicas decisivas, livrando-se dos esquemas estáticos da concorrência. Este distingue a

integração vertical (pôr num lugar várias operações feitas pela mesma empresa) e a integração horizontal (pôr num lugar várias operações feitas por empresas diferentes incorporadas na mesma unidade económica).

Tinbergen J. define a integração, na sua obra “International Economic Integration”, como “a criação duma estrutura económica internacional mais eficaz através da abolição dos impedimentos na função óptima e com a introdução deliberada de todos os elementos necessários a coordenação ou unificação” (Tinbergen Jan, 1965), distinguindo entre a “integração negativa” (eliminação das barreiras comerciais entre os Estados participantes ou a eliminação de qualquer restrições do processo de liberalização do comércio) e a “integração positiva” (a criação de condições legais para o funcionamento dos componentes económicos integrados, o sentido da formação duma União Económica e Monetária, da apropriação das políticas económicas dos Estados participantes e a formulação de políticas comuns) no quadro das economias modernas, na obra “The Economics of the European Community”, (El-Agraa Ali M., 1994). Para Tinbergen Jan o que interessa é a eleição do grau de centralização dos componentes dos sistemas nacionais e dos instrumentos utilizados nesse sentido.

Myrdal G., e Denton G. R. na obra de Dobrescu E., “Integrare economică”, entendem as virtudes da integração como a realização do antigo ideal ocidental de igualdade das possibilidades, com a maximização do bem-estar ou o afastamento das discriminações económicas (Dobrescu E., M., 2000).

Badhuin F. no “Dictionaire de l'economie contemporaine” considera a integração económica “a realização duma unificação completa entre as economias anteriormente distintas, percebendo através desta não somente uma unificação aduaneira, mas também uma liberalização de todas as operações comerciais ou financeiras, assim que as possibilidades de iniciativa no conjunto do território, seja para cada competência dos países em causa, idênticas com as existentes anteriormente em cada território” (Badhuin, F., 2002).

Haberler G. na obra de Olaru D. “Integrarea vest-europeana. Realitati si controveze”, vê a integração económica sob a forma de relações económicas mais estreitas de áreas existentes em ligação, respectivamente livre circulação dos produtos, de pessoas e capitais (Olaru D., 1997).

Ropke W. dá à integração o sentido de “multilateralidade nas relações económicas, livre câmbio e livre convertibilidade das moedas, tudo colocado numa óptica universal não regional.” (Ibidem)

Weiller John define a integração económica intra-estatal da perspectiva da intensidade das relações: integração de primeiro grau, em que as estruturas das produções e os câmbios é ordenada por uma força mais ou menos espontânea, determinada pela lei do mercado concorrencial; a integração de segundo grau aparece quando as instituições intergovernamentais e as autoridades supranacionais jogam um papel maior no desenvolvimento e orientação das mudanças económicas e políticas entre os parceiros; a integração de terceiro grau, equivalente da integração total, pressupõe o funcionamento do conjunto, com base no desenvolvimento institucional de natureza económica e social, acumuladas no quadro das etapas anteriores.

Começando pelo sentido do processo normal de aprofundamento da colaboração económica entre os Estados situados na mesma zona geográfica, até à criação de organismos que vão determinar a diminuição do papel do Estado na adopção das decisões, resumindo da variedade das definições, podemos deduzir que o mecanismo da integração económica inclui: espaço económico, mercado comum, a livre circulação dos factores de produção, eficiência e bem-estar, união aduaneira, políticas comuns no domínio económico, monetário, financeiro e social.

A variedade das definições do conceito de integração económica levanta uma série de questões. Os autores e as definições que referimos acentuam uma ou outra entre os traços da integração económica. Contudo, podemos delimitar uma série de elementos comuns, e formular algumas conclusões: a integração económica pode ser definida, tanto como um processo, bem como um estado de facto a que se chega através uma série de transformações. A integração económica significa a criação de conjuntos económicos cada vez maiores que possam permitir: o alargamento do quadro da divisão do trabalho e da especialização ao nível local, sectorial, de ramo, nacional, regional ou global e de crescimento da produtividade; a liberdade e mobilidade dos factores de produção, dos bens e dos serviços; o tratamento comercial diferenciado ou discriminatório, face à origem ou destino dos bens, serviços e factores de produção.

A integração económica implica a livre circulação de bens e serviços o que pode levar a uma maior ou menor mobilidade das actividades produtivas. Destas alterações resulta uma maior eficiência na produção que pode significar um importante aumento dos factores de competitividade quantificável pelos níveis de produtividade.

I.3. O conceito de competitividade

A competitividade pode ser definida ao nível da empresa, ao nível da indústria e, ao nível nacional. Ao nível da empresa, a competitividade é a capacidade de fornecer produtos e serviços de forma mais eficaz e eficiente do que os concorrentes relevantes. Isto inclui o sucesso sustentado nos mercados internacionais, sem protecção ou subsídios. As medidas de competitividade ao nível da empresa incluem a rentabilidade da empresa e as medidas de custo e qualidade, o rácio das exportações ou vendas externas relativamente à produção e a participação no mercado regional ou global. O desempenho no mercado internacional tem sido considerado por vários autores (Pană V. Tuță L., 2008; Charpentier P. 2002) uma medida directa da competitividade da empresa.

Ao nível da indústria, a competitividade é a capacidade das empresas do país, de alcançarem o sucesso sustentado contra os concorrentes estrangeiros, sem protecção e subsídios. As medidas de competitividade ao nível da indústria incluem a rentabilidade global das empresas do país no sector industrial, a balança comercial da indústria, o saldo de entrada e de saída de investimento directo estrangeiro e medidas directas de custos e de qualidade ao nível da indústria.

As economias mais competitivas são as que apresentam melhores níveis de produtividade e melhores evoluções no níveis de bem-estar dos cidadãos. Na maioria dos países, o nível de vida é determinado pela produtividade, que utiliza os recursos nacionais e a produção da economia por unidade de trabalho e/ou de capital empregado. Um padrão elevado de vida para todos os cidadãos apenas pode ser sustentado pela melhoria contínua da produtividade, seja através da melhoria da produtividade nas empresas existentes, seja através da entrada no mercado com sucesso de empresas de maior produtividade.

Ao abordar a questão da competitividade da organização levantam-se duas questões:

1) As organizações devem ter a capacidade de se manterem permanentes e activas num mercado competitivo e em evolução, realizando um nível de lucro que lhes permitam o financiamento.

2) Ao passar para o plano mundial de ideia de competitividade obtida apenas pela alta qualidade e preços baixos, surge um novo conceito em que a tónica incide sobre factores como o conhecimento do mercado e da concorrência, a adaptação à mudança, a flexibilidade, capacidade de inovar e a velocidade de aquisição de novas formas de comunicação.

Estima-se que no plano internacional existem forças e elementos favoráveis à competitividade da organização.

Internacionalmente consideram-se forças competitivas as seguintes: o crescimento da semelhança dos países, nomeadamente através do aparecimento de elementos semelhantes nas infra-estruturas, nos canais de distribuição, nas abordagens de marketing das organizações, os mercados globais de capital, o levantamento de barreiras tarifárias na maioria dos países, por via de acordos, preferências ou pela liberalização geral no âmbito de Organização Mundial do Comércio (OMC), a reestruturação tecnológica, a integração da tecnologia nas acções da organização e coordenação de actividades complexas distribuídas em diferentes áreas geográficas sobretudo através da informação. (Barbulescu C, Gavrilă T, 1999)

Como elementos favoráveis da competitividade a nível mundial, segundo os autores Cojan V., (2007) e Daianu D., (2002), podemos referir:

- descontinuidade económica das últimas décadas em muitos países;
- erosão dos tipos de vantagens competitivas tradicionais tal como, por exemplo, a garantia de qualidade conforme as normas internacionais;
- existência de formas de protecção;
- formas de incentivos do governo através do apoio aos potenciais investidores, nomeadamente com facilidades legislativas;
- aumento de fusões entre as organizações que pretendam combinar as competências, para superar as fraquezas e, portanto, posicionar-se superiormente no mercado para eliminar a concorrência.

Segundo Marinescu Cosmin (2002), para identificar as vantagens ou desvantagens competitivas e para se defender dos ataques de outros concorrentes, a organização ou empresa deve ter uma ideia clara sobre a sua competitividade, o que se pode identificar através dos seguintes elementos como a identificação dos concorrentes ou da concorrência, a descoberta dos objectivos concorrentes, a avaliação dos pontos fortes e fracos dos concorrentes, a antecipação da forma de reagir dos concorrentes e ainda a selecção do concorrente que deve ser confrontado.

Para Staicu G., a intensidade da concorrência varia de um grupo de organizações para outro e pode ser determinada por uma série de factores agrupados em cinco forças diferentes:

- ameaça dos novos concorrentes;
- ameaça dos produtos ou serviços de substituição;
- poder de negociação dos fornecedores;
- poder de negociação dos consumidores;
- nível de rivalidade.

Para qualquer organização que queira ter uma posição forte no mercado é necessário a elaboração de uma estratégia que analise o problema da competitividade e da vantagem competitiva. Na literatura da especialidade existem várias formas de classificação das estratégias competitivas, mas as mais conhecidas são as seguintes duas categorias tipológicas: o modelo de Porter e o de Ansoff (Sousa, 1999). Nestes modelos é afirmado que com a ajuda de determinadas estratégias qualquer organização pode orientar-se na concorrência e pode determinar o rumo do desenvolvimento, de modo a enfrentar qualquer concorrente, independentemente da forma deste se manifestar.

A abordagem estratégica de Michael Porter aprofunda a dinâmica concorrencial do ambiente e desenvolve projectos estratégicos específicos a cada empresa. Ele define também as estratégias genéricas subjacentes à construção particular de cada empresa. O modelo é baseado na análise de quatro factores, cuja combinação e potência caracteriza o domínio de actividade sob o aspecto da concorrência e da rentabilidade do sector, a saber:

1. condições factoriais (presença de recursos humanos avançados e especializados, infraestruturas técnicas, outros factores de produção necessários à indústria, assim como a capacidade para os renovar continuamente);

2. condições de procura (uma base consumidora local sofisticada, atenta às últimas inovações e aos mais elevados padrões de qualidade);
3. sectores relacionados e de suporte (fornecedores e distribuidores locais fortes e negócios relacionados);
4. estratégia, estrutura e rivalidade empresarial (presença de rivais locais capazes, envolvidos e temíveis) (Sousa, 1999)

Embora alguns autores considerem que são os preços de venda nos mercados internacionais (Samuelson, 1980), que melhor espelham o nível de competitividade de uma indústria, a existência de políticas económicas que podem alterar profundamente as condições de produção retiram relevância ao preço enquanto variável representativa da competitividade. Este facto levou a que se passasse a utilizar com maior frequência o cálculo de produtividade como indicador de competitividade.

Em relação à Roménia, uma importância em particular tem a elaboração e a implementação, pelas empresas, de estratégias realistas e adequadas às particularidades, às restrições e às oportunidades ambientais, bem como com a sua capacidade de agir estrategicamente, antes da adesão à UE, mas também depois, como por exemplo: as estratégias defensivas, de restrição da actividade, as estratégias de recuperação da situação, as estratégias de liquidação, a extensão das fusões e a autonomização no contexto das associações de exploração.

I.4. O conceito de produtividade

O conceito de produtividade, geralmente definido como a relação entre *output* e *input*, existe por mais de dois séculos e foi aplicado em diferentes circunstâncias em vários níveis de agregação no sistema económico. Argumenta-se (H. Singh, 2000) que a produtividade é uma das variáveis básicas que regem as actividades económicas, talvez o mais importante. No entanto, enquanto a produtividade é vista como um dos factores mais importantes que afectam a competitividade de uma empresa transformadora, os analistas argumentam que a produtividade é muitas vezes relegada para segundo plano, negligenciada ou ignorada por aqueles que influenciam os processos de produção. (Kinnander A., Gröndahl P., 1999)

De acordo com Koss e Lewis (1993), notavelmente muitos gerentes que tomam todos os dias decisões sobre como melhorar a eficiência da empresa não sabem responder à simples pergunta: “O que nós realmente entendemos por produtividade?”. Além disso, parece ser uma resistência para abordar esta questão (Koss E. and Lewis D. A., 1993). A pesquisa publicada também mostra que a produtividade e os termos similares não são utilizados consistentemente (Kinnander A., P. Gröndahl P., 1999). No entanto, se não compreendermos inteiramente o que é a produtividade, como podemos decidir que medidas de produtividade usar? Como podemos interpretá-las correctamente? Como podemos saber quais são as medidas a tomar para melhorar a produtividade?

Apesar da confusão sobre a característica, várias características que representam o conceito de produtividade foram identificadas no âmbito desta investigação. De modo geral, a produtividade é definida na engenharia industrial como a relação entre a produção (ou seja, mercadorias produzidas) e as entradas (ou seja, recursos consumidos) no processo de transformação de fabrico. Por um lado, a produtividade está, portanto, intimamente ligada à utilização e disponibilidade de recursos, o que significa que a produtividade é reduzida se os recursos de uma empresa não são usados correctamente ou se houver falta deles. Por outro lado, a produtividade é fortemente ligada à criação de valor. Assim, a elevada produtividade é alcançada quando as actividades e o processo de transformação do fabrico acrescentam um certo valor aos produtos produzidos. Além disso, o oposto da produtividade é representado pelos resíduos, que devem ser eliminados de forma a melhorar a produtividade.

Também é importante compreender a natureza ambígua da produtividade, uma vez que existem vários tipos de produtividade bem como diferentes níveis hierárquicos nos quais a produtividade pode ser discutida.

Quase todos os processos de transformação dentro de uma empresa de manufactura são alimentados com diversos tipos de “inputs” (por exemplo, trabalho, capital, materiais e energia) e dão origem a mais do que uma saída “outputs” (por exemplo, o produto A, o produto B).

Por sua vez, temos de ser capazes de separar a produtividade parcial (produção relacionada a um tipo de entrada) da produtividade total (produção relacionada a vários tipos de entrada). Além disso, tomando em conta todos os diferentes níveis hierárquicos

que existem numa empresa, não é difícil compreender que, por exemplo, a perspectiva estratégica da gestão da produtividade geralmente difere do ponto de vista mais operacional da produtividade dos operadores numa linha de montagem.

Conforme o Relatório global de competitividade 2008-2009, elaborado pelo grupo de economia aplicada, no índice global da competitividade, a Roménia ocupava o lugar 68 de 131 de países, mas o penúltimo entre os países da UE. As causas identificadas são a instabilidade das políticas públicas, o nível de fiscalidade, a burocracia da administração pública, a infra-estrutura inadequada. (por exemplo em 2006 a competitividade dos PMEs foi 19 vezes menor do que a média da UE, e o salário médio líquido foi de 362 euros em 2005 comparado com o salário da UE-25, que chegava aos 3.215 euros; a velocidade de convergência dos preços da Roménia, comparada com a média dos preços da UE, foi muito mais rápida (43,2%), enquanto a convergência dos lucros foi de 9,2%).

A redução das disparidades económicas pode ser feita, no campo da produtividade do trabalho, rapidamente através de duas formas: o investimento em capital humano (a Roménia teve o menor peso da UE-27 das despesas públicas com a educação no PIB (3,9%), e o ensino na tecnologia avançada, know-how, pesquisa e desenvolvimento, sendo o peso destes gastos no PIB de 0,6% em 2006.

Nos domínios económicos, a agricultura tem uma produtividade baixa, o que limita o acesso de produtos alimentares romenos no mercado comum.

I.5. O conceito de europeização e o de integração europeia

O conceito de europeização é um dos mais populares da teoria de integração dos últimos anos. No entanto, se observarmos mais atentamente, parece ser uma das mais complexas e diversificadas abordagens, como também uma das mais controversas em termos da sua capacidade de explicar o fenómeno da integração europeia.

A europeização surgiu no fundo da aceitação de que a UE e então a CE era uma criação sui-generis e tinha um impacto que já não podia ser iludido. Portanto, mesmo aqueles que inicialmente se opuseram a tal reconhecimento começaram a investigar as opções para o melhor regime a nível comunitário. Considerada por alguns investigadores como um ramo da tradição da governação com várias camadas, (Pollak, M., 2005) a

europização representa uma distância significativa das duas teorias, inter-governamentalismo e neo-funcionalismo. Por outras palavras, a europeização passa além do debate entre inter-governamentalismo e neo-funcionalismo no sentido de que o seu objectivo não é de reagir ou contribuir para a linha de raciocínio de uma ou de outra das duas teorias. Portanto, os pontos de referência das teorias inter-governamentalistas e neo-funcionalistas desaparecem: para os teóricos da europeização, o ponto de referência fundamental não é o estatuto das instituições nacionais, nem europeias, mas sim, efeitos, processos e políticas.

Ao longo dos tempos, o conceito de europeização teve várias definições e Olsen (2001) fez uma classificação daqueles que sobreviveram através do poder do seu modelo explicativo, em cinco categorias:

1. A primeira é que, a europeização representa o processo de exportação das formas do governo e da organização política para outros países fora da UE. Esta refere-se especialmente às relações com autores não-Europeus, à posição da UE nestas relações e ao peso que ganha nessas relações devido ao seu poder de atracção. É importante notar o facto da iniciativa de países terceiros adoptarem modelos europeus ser voluntária.

2. Outro ponto de vista é apresentado por autores como Haas (1973), que concebem a europeização como um processo que é desencadeado “quando os agentes pertencendo a diferentes contextos nacionais são convencidos a mudar as suas lealdades, as actividades e esperanças políticas para um novo centro cujas instituições possuem ou pedem jurisdição sobre os Estados nacionais pré-existentes. O resultado final é uma nova comunidade política, imposta às comunidades políticas preexistentes”. (Haas, 1973)

Olsen (Olsen, J.P., 2001) vê a mais viável definição de europeização como o processo que, além de ter como objectivo final certamente a união política, inclui também uma cultura e identidade europeia. A ideia principal é que, nesta visão, a união política não é um dos resultados possíveis, um modelo ideal, mas uma certeza. Na sua opinião, a união política merece ser mencionada como a formação de um espaço político único, caracterizado pela funcionalidade de um objectivo e do estatuto do agente da inteira construção, o que é diferente da integração. (Olsen, J., P., 2001)

3. Outros especialistas viram a europeização como sendo o impacto interno das instituições europeias, um processo no qual as políticas nacionais são cada vez mais

influenciadas, modeladas pelas políticas da UE, mas também por outros factores simbólicos. As perspectivas pragmáticas podem ser circunscritas nesta categoria, mas também as da natureza mais subjectiva, do domínio das crenças, das ideias, das questões de identidade etc. Entre as mais significativas e profundas pesquisas que foram desenvolvidas no domínio do impacto da europeização sobre as administrações nacionais, temos que mencionar Ladrech (Ladrech R., 1994) e Knill (Knill R., 2001).

A investigação sobre o impacto da europeização nas dimensões não quantificáveis, como regras informais, crenças, culturas de abordagem dos problemas e forma de resolução dos conflitos e ideologias, podem ser encontrados nos trabalhos de Dyson (Dyson K., 2000) e Radaelli (Radaelli C., 2003). Esta é uma dimensão cuja evolução foi negligenciada nas primeiras décadas dos estudos europeus, considerando que a literatura era amplamente focada sobre a história da integração e a criação de instituições ao nível europeu.

4. Olsen identificou uma outra visão de europeização como um processo através do qual se produzem mudanças nas fronteiras externas (Olsen, J., P., 2001). Esta definição refere-se à expansão territorial concreta do sistema europeu de governação, à integração concreta e formal de espaços no projecto da UE. Portanto, a única ferramenta para esta classe será o alargamento. Contudo, dado o facto das fronteiras da União no futuro serem uma grande incógnita, a definição tem uma área bastante vasta de acção.

5. Finalmente, a europeização também pode ser “o surgimento e o desenvolvimento a nível europeu de diferentes estruturas de governação, das instituições políticas, sociais e jurídicas, relacionadas com a resolução política dos problemas que formalizam as relações entre os agentes e as redes de políticas especializadas na criação de normas europeias obrigatórias” (Cowles M.G., Caporaso J. and Risse T., 2001). Na visão desses autores, o fenómeno europeu, foi caracterizado principalmente pela criação de uma nova potência ao nível europeu, cujos temas e dinâmicas constituam o ponto central.

Além das diferenças em termos de pontos focais dos estudos da europeização, os autores concordam que os processos, as políticas, as ideias, as culturas têm impactos que variam em função de cada país, como no mesmo país tem impactos diferentes, dependendo da área.

As categorias das teorias da europeização acima mencionadas têm como referência, principalmente os Estados-Membros da UE que são directamente afectados pelo que acontece a nível comunitário, não só porque deve submeter-se às regras desenvolvidas a este nível, mas também porque participam na elaboração dos conteúdos dessas regras e na criação e na dinâmica das instituições.

I.6. Relação entre o processo de integração e a evolução do nível de competitividade da Roménia

A integração europeia é uma marcha forçada contra a inércia tradicional porque somos engrenados como país em três aspectos com desvantagem:

- a eliminação do atraso em relação à Europa Central
- atingir a média económica europeia
- apoiar a Agenda de Lisboa (a concorrência com EUA e o polo asiático) através de um plano de acção nacional, com cinco questões: a reforma da administração pública através da activação das áreas de desenvolvimento, a liberalização e a integração do mercado romeno na UE; investigação, desenvolvimento e inovação (nomeadamente o potencial da Roménia em IT, por exemplo); a medição da transferência de trabalho no exterior; a reactivação do Conselho Económico e Social.

Há 3 benefícios claros da integração:

1. segurança (económica, estratégica, dos recursos)
2. prosperidade
3. a obtenção de um nível de civilização superior (nenhum Estado-Membro saiu em perda após a integração, no limite beneficiou menos do que outros)

A integração deve ser feita em todos os níveis da sociedade (político, económico, social etc.). Portanto devemos estar bem informados para poder absorver os projectos europeus visto que os custos através dos investimentos são menores do que os através da discordância; não é o Governo que se integra, mas sim toda a população.

No caso da Roménia, constatava-se no período 2000-2004 uma estabilidade macroeconómica essencial para o desenvolvimento sustentável do país consagrada no crescimento consistente do PIB, devido aos investimentos e exportações, bem como devido ao crescimento constante do sector privado em percentagem do PIB (70%),

especialmente o crescimento da produtividade do trabalho na indústria, 0,33% em paridade de poder de compra na Roménia, em comparação com 0,99% na zona Euro (sendo 1,19 na Irlanda e 0,76% em Portugal)

Como sabemos, na UE cada vez mais empresas e consumidores domésticos se conectam à Internet e cada vez mais e mais transacções são feitas on-line, o que levou a um crescimento da eficiência, porque em 2006, por exemplo, 90% das empresas e mais de 49% dos consumidores domésticos da UE tinham acesso à Internet.

Mas, enquanto 80% dos consumidores domésticos dos Países Baixos tinham acesso à Internet em 2006, na Roménia apenas 14% o tinham, portanto existe um “fosso digital” entre os nossos países. Mas a situação muda no que refere ao aprovisionamento de energia: os países da UE dependem de importações para mais de metade da energia que consomem, embora sejam grandes as diferenças entre os países. Chipre, Luxemburgo, Malta dependem inteiramente de importações, a Dinamarca é um exportador líquido de energia e a dependência da importação da Roménia é apenas de 27%.

A edição de Novembro de 2006 da revista Roménia Top 100 Maiores Empresas, realizada por Finmedia, mostra os resultados positivos do esforço de integração da Roménia na economia global e especialmente na UE: 49 empresas multinacionais presentes no Top cobriam 60% do volume de negócios das 100 empresas, 34 sendo da UE. (Em 2001 existiam apenas 29 empresas multinacionais com 26% do volume de negócios).

As grandes empresas abriram filiais na Roménia, aumentando a concorrência na maioria dos segmentos de mercado, portanto a integração significa para a Roménia um importante fluxo de capital monetário, e para os membros actuais da UE, a abertura de novos mercados.

Os negócios romenos partidos do zero por empresários romenos foram capazes de resistir à concorrência das empresas multinacionais em 20 dos 80 sectores da economia em 2009, em áreas como a distribuição de materiais de construção, a produção agrícola, construção, máquinas e equipamentos, revendedores e distribuidores eléctricos de IT etc.

A Roménia tem uma baixa representação, predominantes sendo as PME's, respectivamente os da região de desenvolvimento da capital Bucareste-Ilfov, mas em comparação com a UE ainda tem uma força reduzida (em 2005 apenas cinco empresas

tiveram um lucro bruto de mais de 100 milhões de euros, dominando as empresas do sector da energia e telecomunicações, e em 2007 - 99,68% alcançavam números de negócios inferior a 2 milhões de euros).¹

As oportunidades de negócios e as mais frequentes para os PMEs são a penetração nos novos mercados, a obtenção de um subsídio, a utilização de novas tecnologias, a aquisição de novos produtos, o aumento das vendas no mercado interno (com excepção do último período de crise económica), e as dificuldades frequentes: a burocracia, a tributação excessiva, as altas taxas de juros dos empréstimos, a corrupção, a baixa qualificação dos trabalhadores etc.

A adesão à UE foi percebida por estas coisas como uma grande oportunidade, porque tem fornecedores melhores ou mais baratos, melhor acesso aos mercados e mais fácil para tecnologias e fundos estruturais. Também tem dificuldades como a migração da mão-de-obra, a intensificação da competitividade, os custos altos da mão-de-obra, a protecção mais estrita dos consumidores, a legislação ambiental mais severa etc. Além disso pela primeira vez, nenhum dos principais sectores da economia analisada no top não registou perdas, e o sistema de companhias da Roménia em 2005 tem uma taxa de rentabilidade de 5%, uma prova de uma economia de mercado funcional (em 2001, o “Top100” registava uma taxa negativa da rentabilidade global de 1,5%).

Da mesma forma, o capital privado passou de 42,4% para 75,5% do PIB. Cada vez mais empresas romenas se expandiram para fora do país, visando uma posição regional, como é o caso da RCS @ RDS, Arabesque ou European Drinks. A evolução do IDE na Roménia também é importante: em 2003 foi de 1, 94 biliões de euros, em 2004 5, 18 biliões de euros, em 2005 5,19 biliões de euros, e em 2006 8 biliões de euros. 60% desses fluxos vêm da UE, nomeadamente da Holanda, Áustria, Alemanha e França), e 17 empresas do “Top 100” têm filiais na Roménia.

Se nos referirmos às principais áreas económicas, a agricultura da Roménia, foi o campo menos preparado no momento da adesão à UE. Mais de 90% da actividade desenvolvida nas áreas rurais é de sobrevivência (quer dizer que, a produção obtida é usada quase exclusivamente para garantir a sobrevivência das famílias dos agricultores). 0,40% da população do país trabalhava na agricultura. (na UE apenas 4,3% trabalhavam

¹ Fonte: INS

na agricultura) e 20% do PIB vinham da agricultura. A indústria alimentar baseava-se em grande medida nas importações. A infra-estrutura rural não estava em condições, e a mão-de-obra estava envelhecida. Por isso, 40% dos fundos da UE, após a adesão, vão para agricultura. Mas os agricultores romenos devem enfrentar os agricultores europeus muito mais ricos, mais organizados e com instrumentos técnicos superiores, como também com um mercado de venda muito bem preparado.

A oportunidade dos agricultores romenos são os produtos de nicho, como a beterraba, a soja, o girassol, o vinha, os produtos hortícolas, os produtos orgânicos, os cogumelos. Estes são os negócios do futuro na perspectiva de integração. Por outro lado, na indústria automóvel a produção interna aumentou em cada ano, como também as vendas, as exportações e as importações. Os investimentos estrangeiros são maioritariamente (70%) na área automóvel, como por exemplo a Renault. A marca Dacia aumentou para 2% das matrículas de veículos no mercado europeu, a Europa Ocidental tendo mais de 80% das vendas Dacia Pitesti, nomeadamente a França (50%), Alemanha, Espanha. Se em 2004, quando entrou em produção Dacia Logan, para cada máquina exportada importava-se outras 4, em 2007, eram 2 modelos importados para cada veículo exportado. Neste momento, para cada carro importado, a Dacia exporta outros cinco.

Em 2009 as exportações Dacia atingiram o nível de mais de 10% do total das exportações romenas, a empresa aumentou a produção em 25% em relação a 2008, e as exportações de automóveis aumentaram em 44%. A estimulação das exportações de certas categorias de produtos faz parte da estratégia de cada país, na Roménia a tendência foi de cruzamento com as exportações com alto valor acrescentado e, portanto, nos primeiros quatro meses de 2010, por exemplo, os carros e os equipamentos de exportação tiveram um peso de 42,6%, seguido por produtos manufacturados (35%). Ao nível das duas categorias marcaram-se os maiores pesos na estrutura das importações (as exportações sendo apenas de cerca de 30% do PIB).

O comércio moderno substituiu gradualmente o tradicional, que tinha uma quota de 70% em 2006, através do desenvolvimento dos hipermercados, supermercados e o comércio de tipo Cash and Carry (entre os anos 2002-2006, as lojas do comércio moderno desenvolveram-se em 32% e as tradicionais com apenas 1,2%). Aumentaram-se também os gastos em bens de consumo (por exemplo em 2005 com 70% comparado com

2002), mas estes estão estreitamente relacionadas com os ganhos dinâmicos, muito inferiores ao resto da UE: por exemplo um inglês gasta anualmente cerca de 7000 euros, enquanto um romeno 200 euros.

As telecomunicações são uma área em que se investiu mais (por via de projectos de IDE) durante 2001-2006 (24%), com um valor de 1,3 biliões dólares americanos. O número de utilizadores de telemóveis foi em 30 de Junho de 2006, cerca de 15 milhões de euros, e no final de 2009 havia cerca de 4 milhões de conexões de banda larga, estando a Roménia no primeiro lugar na Europa do Sudeste no que refere ao acesso aos serviços de banda larga na Internet. Em 2007, o número de utilizadores de telefones móveis aumentou com um número recorde de 4 milhões. Orange, Vodafone e Cosmote registaram fortes aumentos em valor de mercado: 3 milhões de euros.

No que diz respeito a área de IT, o mercado de computação aumentou, de 283 mil unidades vendidas em 2003, para 600.000 em 2005, sendo a maioria dos comerciantes internacionais. Se analisarmos vários indicadores macroeconómicos e em primeiro lugar o PIB, vemos que em relação ao crescimento económico (evidenciado pela dinâmica do PIB) verificado pelos oito países que aderiram em 2004 no período de pré-adesão (entre 4,2% e 5,2 %), a Roménia conheceu um crescimento económico mais rápido (entre 4,9% e 8,3%) durante o período de 2003-2006, mas este não foi sustentado na mesma medida pelas exportações e importações. Como valor absoluto, o nível do PIB da Roménia era de cerca de 4500 euro *per capita*, em comparação com 10.000 euros *per capita* dos 8 países e 23.300 euros *per capita* da UE-27 (em 2006).

Se analisarmos o nível do PIB *per capita* em paridade de poder de compra como um critério sintético da convergência real da Roménia com a UE, e esta convergência real seria concebida como a essência da integração europeia, a Roménia estava em 2006 a 36% da média da UE-25 (tendo a República Checa 75% e a Bulgária, 33%), e que precisamos de 52 anos para atingir a UE-25, se a Roménia mantiver uma taxa anual de 4%, e a UE de 2%). Infelizmente, a actual crise económica levou à previsão de 0,5% para 2010. Também o nível da inflação no ano de pré-adesão da Roménia foi muito mais elevado: 6,3% em 2006 em comparação com 2,8 dos oito países antes da adesão. O nível do desemprego foi relativamente baixo em comparação com a média dos 8 países antes da adesão: 7% em comparação ao 12%.

A Roménia teve um nível baixo do desenvolvimento da economia perto do momento de adesão e esse facto foi demonstrado da experiência dos outros países candidatos à UE, que o efeito imediato após a adesão seria de desaceleração do crescimento económico e do nível de vida. As estimativas da Comissão Nacional de Previsão (CNP) de 2007 para os próximos 7 anos no que refere o nível de vida da Roménia são de 50% da média da UE-27 (comparado com 36% em 2007), considerando-se que a adesão da Roménia e da Bulgária a UE é semelhante a de Portugal e Espanha de 1986.

Em conclusão, os resultados económico-financeiros da Roménia em geral são positivos, especialmente a competitividade, mas desiguais entre sectores e com diferenças de ano para ano. Este facto deve-se à reduzida absorção dos fundos europeus, mas também da manifestação da crise económica e financeira global e da reformação ainda lenta em todos os domínios económico-sociais. Portanto, uma análise rigorosa deve ser feita nos grandes sectores económicos, tais como a agricultura, a indústria, o comércio exterior, o sector bancário, separando os fluxos dos fundos de pré-adesão, por um lado, e dos fluxos de IDE, por outro lado.

Capítulo II:

Dimensões políticas da adesão da Roménia à UE.

Neste capítulo vamos lidar com a análise das dimensões políticas da adesão da Roménia à UE, a saber: a análise do processo de adesão da Roménia à UE no período 1990-2007, incluindo a relação custo-benefício da adesão.

II.1. O alargamento da UE à Europa Central e Oriental: lógicas e condicionamentos

Na literatura da especialidade, o alargamento ou a extensão da UE é considerada “an organization as a process of gradual and formal horizontal institutionalization of organizational rules and norms” (Schimmerlfenning Frank e U. Sedelmeier 2005). A institucionalização significa o processo pelo qual as acções e interacções de alguns agentes sociais se tornam modelos normativos.

Por outras palavras, o alargamento é um processo pelo qual o sistema político, económico e de regulamentação numa organização internacional, neste caso a UE, tem sido e é horizontalmente estendido a outros Estados-Membros. A diferença entre horizontal e vertical neste processo é comparada com a diferença entre “alargamento” e “aprofundamento”, conceitos utilizados na acepção comum do processo da integração europeia.

O processo é gradual porque se baseia em várias fases, que começam, no caso dos Estados da Europa Central e de Leste, com os pedidos de adesão, seguido do processo de negociação conforme os critérios de Copenhaga (1993), mas continuam após a adesão, quando os novos Estados-Membros implementam tanto os compromissos assumidos, bem como os objectivos políticos da UE.

Este processo gradual baseia-se no Tratado de Roma de 1957 (art.237), no qual se enfatizou que qualquer país europeu podia solicitar a candidatura para tornar-se membro das Comunidades Europeias (CE). Este Tratado foi reforçado pelo Tratado de Maastricht (1992), sem que a palavra “europeu” seja claramente definida. A falha de Marrocos para

aderir às Comunidades Económicas Europeias (CEE) tem demonstrado pelo menos que ser “europeu” significa geograficamente situar-se a norte do mar Mediterrâneo. (Coffey P., 2003)

A dimensão histórica e cultural do processo de integração tem sido um elemento constante de alargamento, especialmente porque corresponde à diversidade e ao pluralismo que têm caracterizado e caracteriza a Europa. Um dos fundadores da UE afirma que *“nós precisamos fazer a Europa não só para os povos livres, mas também para aqueles do Leste que precisam do nosso apoio e aderência moral.”* (Dumont Gerard-François, 1997).

O processo do alargamento foi baseado em diversos aspectos, tanto da parte da UE como também dos países candidato (Wallace Helen, 1999). No primeiro alargamento, que incluiu o Reino Unido, Irlanda e Dinamarca, os motores da integração foram económicos e políticos, enquanto no último alargamento, à Europa Central e de Leste, foram principalmente políticos (por razões de segurança).

A UE é a resposta actual que os Estados fundadores da CE e os que aderiram após a constituição desta deram ao plano de unidade europeia magistralmente apresentado por Robert Schuman no dia 9 de Maio de 1950. A UE tende a tornar-se um agente global cada vez mais importante, que pode e deve oferecer aos seus membros um quadro de desenvolvimento económico moderno, um mercado integrado, baseado na união económica e monetária, mas também de segurança. Além disso, a UE teve que responder às consequências da divisão causada pela Guerra Fria, pela transição nos países ex-comunistas através duma política coerente, progressiva, causada por razões de ordem económica (o mercado), políticas e de segurança (gestão de crises europeias), nas quais o alargamento ocupou uma dimensão muito importante, o que foi destacado por Jacques Delors, Romano Prodi, Gunther Verheugen etc.

No caso dos países como Grã-Bretanha, Irlanda, Dinamarca, que constituíram o primeiro alargamento (1973), não se tratava de voltar à Europa ou de unir-se à família europeia, porque estes nunca abandonaram a Europa. Como Desmond Dinan (2004) mostra, no caso de Grã-Bretanha, a razão económica foi, provavelmente, a mais importante. O exemplo mais ilustrativo a este respeito foi o momento em que a Grã-Bretanha, registando quaisquer danos resultantes das restrições que seus produtos

estavam sujeitos no mercado da CEE, não hesitou abandonar a Associação Europeia do Livre Comércio, uma organização criada por esta economia e mais 6 economias europeias, em 1959. Mais do que isso, os britânicos intuíram rapidamente o potencial global que a CE tinha, especialmente no comércio.

Quanto ao seguinte grupo de países incluídos na comunidade, Grécia (1981), Portugal e Espanha (1986), as razões de adesão foram sobretudo políticas, tendo em conta os regimes autoritários sobre quais se libertaram no final dos anos 70. A adesão destes países era a garantia da consolidação dos regimes democráticos, mas também o apoio ao desenvolvimento económico e à modernização.

O grupo que se seguiu, composto por Áustria, Suécia e Finlândia foi integrado em 1995. Todos os 3 Estados correspondiam à definição “europeia” dos critérios de integração, aproveitando o crescimento económico e consolidação dos regimes democráticos. Mesmo assim, sua neutralidade, tão importante durante a Guerra-fria, arriscava comprometer a sua posição internacional.

O alargamento à Europa Central e de Leste trouxe à UE não só numerosos nacionalismos e problemas de transição, mas também numerosas economias que se anunciavam dinâmicas, um número significativo de consumidores e mão-de-obra especializada, que podia constituir, num determinado momento, a vantagem comparativa da Europa Unida frente aos seus concorrentes globais (Lopez Maria, 2006).

A tendência de alargamento, anunciada pelas orientações do Conselho Europeu de Helsínquia (Dezembro de 1999), certamente foi influenciada também pelos efeitos da globalização económica, a migração em massa e a conquista de mercados, o comércio cada vez mais dinâmico com a Europa Central e de Leste já em plena fase de transição, mas também pelos efeitos positivos das reformas políticas e económicas na região. Em 2004, a UE alargou-se com 10 novos membros, o maior e talvez o mais desafiador da história do alargamento da UE.

O Livro Branco da CE, “O mercado interno perfeito”, publicado em 1985, apoiava em favor da finalização do mercado interno. Fortemente motivada pelos receios de uma diminuição da competitividade europeia na indústria de alta tecnologia, importante para a competitividade internacional e segurança nacional, o Livro Branco afirmava que, desde finais de 1992, deveriam ser retiradas todas as barreiras do interior da CE no caminho da

livre circulação de capitais, bens, serviços e pessoas. As propostas deste documento, incorporadas no Acto Único Europeu (1986), estiveram como base para a criação de um mercado único oeste-europeu de grandes dimensões e da União Económica e Monetária. (UEM)

A fundação da UE em Novembro de 1993 redireccionou o movimento europeu. Anteriormente, o alvo perseguido era “o alcance duma maior unidade política”, e a programação tinha como base um processo lento e seguro para esse objectivo implícito, mas incerto; a premissa básica era que a união económica, lenta mas bem-sucedida, impulsionaria a cooperação política e uma maior integração política. O Tratado de Maastrich transformou a natureza desse movimento, quando reformulou o objectivo a longo prazo e acelerou o processo da finalização duma Europa federal centralizada, através da construção dos fundamentos monetários e económicos necessários.

Podemos concluir esse capítulo, dizendo que uma Europa mais unida é certamente no caminho de seguir; as nações chegaram longe demais para voltar para trás, e interesses fortes encorajam a seguir em frente.

II.2. As relações da Roménia com a UE: uma visão romena sobre a ideia de “Europa”

Pouco tempo depois da revolução de Dezembro de 1989, a credibilidade da imagem da Roménia diminuiu significativamente, o estado romeno confrontou-se com um possível isolamento no plano exterior. Seguindo o exemplo de seus vizinhos na Europa Central (República Checa, Eslováquia, Hungria e Polónia), a Roménia manifestou categoricamente o desejo de “*retornar à Europa*”, de integrar-se à NATO e à UE. (Guilhaudis François, 1993)

No entanto, o caminho da Roménia foi apenas formal, o Estado romeno estava longe dos critérios de Copenhaga de 1993. Para responder a essas exigências, a Roménia devia passar rapidamente para uma reforma radical do sistema económico, impondo-se com prioridade a privatização das empresas subsidiadas pelo orçamento de Estado. (Dunod, 1996) A declaração no dia 7 de Janeiro de 1990 pôs em evidência o desejo da Roménia em colaborar com a CEE. Os primeiros resultados das novas orientações foram obtidos em Outubro de 1990, quando a Roménia assinou o Acordo de Comércio e

Cooperação com a CEE, que entrou em vigor em 1991 (Gog Radu, 2001). Embora este acordo tivesse inicialmente um prazo de concretização de 10 anos a Roménia podia finalizá-lo em 5 anos. Aplicava-se a todos os produtos originários da Comunidade, com excepção do carvão e do aço, bem como nos produtos agrícolas.

Na segunda fase, a Roménia assinou um Tratado de Associação com a UE (1 de Fevereiro de 1993), documento que faz parte dos “Acordos Europeus”. Esse Tratado previa um importante quadro jurídico para moldar o desnível entre o Estado romeno e o espaço de actividade representado pela organização europeia. A CEE comprometia-se em apoiar a Roménia sobre um novo sistema político e económico que respeitasse as regras do Estado de Direito e os direitos humanos fundamentais, incluindo os das minorias, praticar um sistema pluripartido, baseado em eleições livres e democráticas, e construir uma economia de mercado.

O Acordo de Associação criou um quadro institucional adequado ao desenvolvimento de relações mais estreitas entre a Roménia e a UE: O Conselho de Associação (ao nível político-social), a Associação Parlamentar (por via da criação de uma Comissão para a integração europeia da Roménia) e o Comité da Associação. Este último é composto por altos funcionários do Governo romeno, do Conselho e da Comissão Europeia e assiste o Conselho de Associação.

O novo quadro para o diálogo entre a Roménia e a UE permitiu um diálogo estruturado entre as duas partes em todos os níveis, melhorando o acesso dos produtos romenos no mercado comunitário, incluindo o Estado romeno em projectos de desenvolvimento das redes transeuropeias de infra-estruturas, transportes, comunicações, energia – a participação nos programas comunitários (investigação, cooperação industrial, energia, protecção ambiental, a cooperação transfronteiriça, o apoio na formação e desenvolvimento de pessoal). A parte essencial deste acordo foi o económico, profundamente afectado nos últimos anos mesmo por causa dos atrasos no que respeita à harmonização da legislação romena e da Comunidade.

O Conselho Europeu em Copenhaga definiu ainda mais claramente as exigências da União face aos países candidatos, as estruturas e direcções sintéticas para a avaliação na vida política, económica e social.

A Roménia e os outros países candidatos deveriam satisfazer estes critérios para assumir as obrigações decorrentes de Estado-Membro:

- Critérios políticos: estabilidade das instituições que garantam a democracia, o Estado de Direito, os direitos do Homem, bem como o respeito e a protecção das minorias.

- Critérios económicos: existência de uma economia de mercado viável e capacidade para enfrentar a pressão concorrencial e as forças do mercado na União Europeia.

- Capacidade para assumir as obrigações de membro, que decorrem do direito e das políticas da UE (ou do acervo), incluindo a adesão aos objectivos de união política, económica e monetária.

- Ter o país em causa criado as condições necessárias à sua integração através da adaptação das suas estruturas administrativas.

Todas as instituições deviam ser racionalizadas pelo modelo ocidental, para eliminar a corrupção, a incompetência, a burocracia excessiva, a ineficiência. Assim a legislação escrita deveria ser aplicada correctamente, por uma administração eficiente, competente, honesta e flexível. Uma capacidade administrativa significa avaliar o funcionamento da estrutura hierárquica do pessoal nos serviços públicos e representa um dos elementos da reforma da administração pública. Esta começa com o desenvolvimento da capacidade de gestão em todos os níveis da administração, tal como começou na Roménia em 2005 através da criação e repartição do “Corpo de Alto Nível de Funcionários Públicos”, mas envolvia também a capacidade do sector público de entrar em parceria com o sector privado e ONGs, tal como se manifestou na Roménia, embora não fosse sustentada.

Em 2006, a autoridade de gestão para o desenvolvimento da capacidade administrativa aplicou na prática o programa operacional “o Desenvolvimento da capacidade administrativa” da UE, propondo ao Parlamento romeno a lei de descentralização, que teve três objectivos principais:

- Reformar os serviços públicos e locais
- Consolidar o processo de descentralização administrativa

- Fortalecer a capacidade institucional de estruturas da administração pública central e local.

Mas a capacidade administrativa depende muito do tamanho das unidades administrativas territoriais, e a Roménia, tal como a França, por exemplo, é um sistema não integrado (tem muitas autoridades locais): em 2006 havia 6.924 habitantes por unidade administrativa territorial. A capacidade administrativa reduzida na Roménia aplica-se também através da:

- Baixa qualificação dos oficiais públicos locais
- Reticência dos especialistas em trabalhar na administração pública local
- Politização da administração pública local e do processo de gestão
- corrupção

Como essas tendências podem ser revertidas?

1. a criação de áreas metropolitanas para os grandes aglomerados urbanos, por exemplo, Constanta.
2. estabelecimento e implementação de indicadores de performance para os funcionários públicos (baseado em padrões de qualidade e custo); infelizmente este processo está numa fase de aprendizagem.
3. a introdução de cursos de mestrados nalgumas universidades de Bucareste sobre o reforço da capacidade administrativa de assunção do *acervo comunitário* através do estudo das boas práticas de outros países membros.
4. a elaboração, em 2008, da Guia do solicitante para capacidade administrativa (pela Autoridade de Gestão da Roménia)
5. A Roménia assinou a Convenção de Lisboa para o reconhecimento dos diplomas do ensino superior em 1997, ratificou-a em 1999 e agora faz parte da rede de centros nacionais de informação sobre o reconhecimento dos diplomas-NARIC.
6. Começando com o ano universitário 2005-2006, na Roménia foi introduzido também o sistema de ensino superior baseado em 2 ciclos: licenciatura e mestrado. (Declaração de Bolonha, 1999)

A reforma da justiça registou progressos evidentes no que refere à não interferência da política nesta, e às condições em que os magistrados trabalham. Realizaram-se

esforços também para o desenvolvimento da capacidade administrativa de implementação das políticas no domínio de vistos, do controlo das fronteiras, da circulação da mão-de-obra, da coordenação dos sistemas de assistência social etc., mas não nos esqueçamos que, tal como apreciava um representante do Banco Mundial (Peter Harold), na Roménia, “as regras pelas quais a UE se guia, são escritas para países mais prósperos do que a Roménia e com uma capacidade administrativa superior”. Apenas a harmonização da legislação romena com a de UE, a criação das instituições, formação dos funcionários públicos e outras categorias de pessoal em 2003 foi de 3,2 milhões de euros.

A partir destes objectivos e critérios de adesão, e tendo como base os relatórios anuais do país feitos pela Comissão Europeia, o Conselho Europeu decidiu a abertura das negociações de adesão. Conforme o Conselho Europeu de Helsinki de 1999, o único critério entre os quatro que deveria ser cumprido antes da abertura das negociações era o político. O objectivo final das negociações foi a adesão da Roménia à UE, quer dizer, o alcance de Estatuto de Membro da UE, com todos os direitos e obrigações decorrentes deste. A adesão dos países à UE consiste na adopção, na aplicação e no desenvolvimento do *acervo comunitário* como também no conjunto das políticas e instituições criadas para estes.

Um outro passo foi feito pelo Livro Branco de 1995 especialmente no âmbito dos assuntos da Agenda 2000, aprovados em 1997. Os documentos referidos foram precedidos de Estratégia de pré-adesão adoptada pelo Conselho Europeu em Essen (Dezembro de 1994), destinada a preparar a economia dos países candidatos para as regras do mercado interno da UE. Esta estratégia fazia a distinção entre o alinhamento no mercado interno e a adesão à UE. A Adesão à UE implicava a aceitação do *acervo comunitário* na sua totalidade.

A Roménia respondeu aos documentos mencionados através da elaboração de uma declaração (A Declaração de Snagov de 21 de Junho de 1995, assinada pela maioria das forças políticas romenas) que apoiou a Estratégia Nacional de preparação para a adesão da Roménia à UE (o Acordo Europeu entre a Roménia e as CE, 1995).

O documento manifestava alguma inabilidade, revelando uma falta de compreensão do fenómeno da integração europeia e não tendo em conta os custos económicos e sociais de tal acção.

Temos que especificar que no processo de adesão a Declaração de Snagov adotada por todas as forças políticas na Roménia (poder e oposição) da época constituiu um marco determinante no processo de adesão, porque a Declaração definiu as bases do processo, na perspectiva romena, de negociação, exprimindo a orientação política do processo, orientando a Roménia para a consolidação da democracia e para a implementação de uma economia assente no mercado livre, eficiente e sustentável, de acordo com os requisitos mínimos da UE. O seu principal objectivo era o da consolidação do processo democrático e a criação de garantias de liberdade dos seus cidadãos e da procura de aproximação da economia e da sociedade romena aos padrões de vida dos países mais desenvolvidos da UE. Após esta declaração, procedeu-se a uma análise por partes das forças políticas e por parte da população sobre as vantagens e as desvantagens, por um lado, e da relação entre os custos da adesão à UE, com as perspectivas financeiras e sociais, por outro lado.

Fazendo uma radiografia da situação do país à luz dos critérios de Copenhaga demarcava-se o facto de a Roménia agir politicamente na direcção certa, mas permaneciam coisas a fazer na área de privatização, da consolidação do regime jurídico e da coerência das políticas económicas, da concorrência e da adopção do *acervo comunitário*. A conclusão da Comissão foi, na maior parte desfavorável para a Roménia. O país não conseguia lidar adequadamente com a adesão e as obrigações económicas a médio prazo.

A Roménia respondeu à Comissão, em 1997, através do lançamento do *Programa Nacional de Adopção do acervo comunitário* apoiado por todos os partidos e formações políticas. Neste documento, a Roménia anunciou a sua intenção de criar uma economia de mercado funcional, implementar um controlo estrito das fronteiras, um quadro macroeconómico estável, prosseguir o reforço do quadro legislativo, respeitar a propriedade etc. As modestas realizações do Governo romeno decepcionaram a UE. Como resultado, o Estado romeno não foi incluído no grupo “*dos países de Luxemburgo*”. (As decisões do Conselho Europeu, 1997) O Conselho Europeu em Luxemburgo decidiu convocar na primavera de 1998, a Conferência Intergovernamental bilateral para iniciar negociações com Chipre, Hungria, Polónia, Estónia, República Checa e Eslovénia.

Apesar do fracasso do Conselho Europeu do Luxemburgo, a Roménia continuou o diálogo com a UE, assim que o lançamento do *Programa Nacional de Adopção do acervo comunitário* foi seguido por negociações entre as instituições romenas e as da UE. As instituições europeias visavam apoiar a Roménia na modernização das infra-estruturas, na protecção do ambiente, no desenvolvimento de pequenas e médias empresas, na administração pública e nas estatísticas. Infelizmente, o relatório da Comissão em 1998 apontou as fracas performances económicas governamentais no período 1996-1998.

O momento histórico da Roménia chegou em 10 e 11 de Dezembro de 1999 em Helsínquia, quando o Conselho Europeu decidiu realizar em Fevereiro de 2000, as conferências intergovernamentais bilaterais com a Roménia, Eslováquia, Letónia, Bulgária e Malta. (Regular Report from the Commission, 2000)

As negociações com a Roménia foram iniciadas em 16 de Fevereiro de 2000. O Governo aprovou em 26 de Maio de 2000, o resultado para cinco capítulos: pequenas e médias empresas, ciência e investigação, educação, formação profissional e juventude, relações externas, política externa e de segurança comum. Foram apresentados documentos de posição para a concorrência, estatística, o direito das sociedades comerciais, a defesa do consumidor, da cultura e do audiovisual, as telecomunicações e a tecnologia da informação, a união aduaneira, bem como para a política no domínio dos transportes. As negociações com a UE revelaram, mais uma vez a falta de formação das instituições romenas, facto evidenciado principalmente pela ausência de especialistas em diferentes áreas de integração. Além disso foi igualmente adicionado a insuficiência de coordenação entre os ministérios e os desajustamentos entre os anos 1999-2000. Todavia, comprovou-se uma melhoria das negociações e uma estratégia mais clara a este respeito, desde 2001, um facto relevante também nos relatórios das instituições europeias. (Puscas Vasile, 1999)

A decisão de Helsínquia de 1999 foi uma decisão política, condicionada pelo facto de Roménia relevar graves atrasos económicos, administrativos, jurídicos, atrasos que aumentaram em 1999-2000. A posição oficial da Roménia face à arquitectura europeia que se estava a construir e que devia ser discutida em Nice em Novembro de 2000 era a favor de uma Europa unida das nações, à semelhança de posição da Grã-Bretanha, que

sempre se revelou ser um país muito pouco disposto a transferências de soberania para a UE.

A reforma das instituições europeias de Nice (2001) colocou a Roménia no seguinte alargamento da UE (Vesa Vasile, 2001). A Roménia tornou-se muito mais activa nas relações com a UE, tendo representantes na Convenção Europeia que expressaram pontos de vista sobre a Constituição da Europa unida (Jinga Ion, 2002).

Infelizmente, o mau desempenho económico, e a falta de enquadramento legal adequado às exigências económicas da UE, conduziram ao adiamento da adesão da Roménia à UE. A supressão dos obstáculos à livre circulação dos romenos no espaço Schengen, no início de 2002, foi um sinal positivo, indicando que a Roménia começou a fazer progressos, especialmente no controle das fronteiras e na adopção de uma legislação compatível com a europeia nesta área. O Relatório de 2002 feito pela Comissão Europeia referente à Roménia registou os seus progressos económicos, mas, ao contrário da Bulgária, não lhe atribuiu o estatuto de economia de mercado funcional, o que era considerado um critério importante para concluir as negociações com a UE. Também o relatório da Comissão de 2003 não trouxe nenhuma mudança neste caso, utilizando-se uma fórmula ambígua que dizia que a Roménia podia ser considerada uma economia de mercado funcional se desenvolvesse os progressos satisfatórios até aquele momento. (Regular Report, 2003)

A Roménia continuava a satisfazer os critérios políticos, registou progressos económicos, operou reformas estruturais, progrediu na adopção do *acervo comunitário* tomou medidas anti-inflacionistas, mas continuava a ter problemas de corrupção generalizada que afectava toda a sociedade romena. Além disso, dispunha duma fraca capacidade administrativa de implementação para aplicar a legislação adoptada. Simultaneamente, a Comissão também criticou a falta de reforma profunda no sector da energia, agricultura, ambiente e minerais. Podemos, contudo, assinalar notáveis implicações positivas em termos de controlo da inflação, algumas medidas para combater a corrupção e a protecção das minorias étnicas, especialmente da comunidade cigana.

O Relatório de 2003 foi positivo, permitindo a continuação das negociações com a UE, porém as perspectivas para o ano de 2004 não foram muito animadoras, tendo em conta que a Roménia estava num ano eleitoral e, neste contexto, esperava-se um ritmo

lento das reformas estruturais. Pode-se notar, no entanto, que, desde 1995, quando foi feito o pedido de adesão à UE, até 2003, apesar seus atrasos económicos, a Roménia registou passos significativos para a conclusão das negociações que conduziram à assinatura do tratado de adesão à UE em 2005.

Todavia, pode-se notar que restaram capítulos importantes para negociar tal como a agricultura, a política de concorrência, a política de desenvolvimento regional, a energia, a justiça e os assuntos internos, o orçamento e as previsões financeiras, (entre outros), o que exigiu vontade política e implementações das reformas imediatas. No âmbito da agricultura, por exemplo, a Roménia terá de negociar o estatuto de mais de 4 milhões de famílias camponesas individuais que deixarão de ter acesso a subsídios a partir de 2011/1012.

A Roménia conseguiu concluir as negociações de adesão à UE em Dezembro de 2004, pouco tempo depois, no mesmo ano, recebeu o estatuto de economia de mercado funcional. No entanto, a conclusão das negociações foi acompanhada por 11 condições no que refere a reforma da justiça, o combate da corrupção, a redução da produção de aço, a protecção ambiental etc. O Tratado de Adesão foi assinado em Abril de 2005.

Seguiu-se um processo difícil de implementar o *acervo comunitário* para o qual a Roménia, acreditamos nós, não estava pronta. Ao mesmo tempo, impunha-se a continuação das reformas no domínio da justiça e assuntos internos, a aplicação do *acervo comunitário* a preparação da economia romena para adesão. Os últimos desenvolvimentos internacionais, o fracasso de ratificação do Tratado Constitucional em França e Holanda anunciavam em 2005 um momento difícil para a integração europeia, inclusivamente para a extinção sobre os dois Estados: a Roménia e a Bulgária. As últimas declarações dos oficiais europeus de 2006 em relação aos progressos da Roménia nos domínios de combate à corrupção e segurança das fronteiras parecem demonstrar o desejo da Comissão Europeia de fazer da expansão um sucesso para minimizar o fracasso da adopção da Constituição Europeia.

O relatório de acompanhamento de 16 de Maio de 2006 da Comissão Europeia relativo à adesão da Roménia e da Bulgária à UE constitui um momento de avaliação dos progressos e dos atrasos, indicando ao mesmo tempo as direcções de acção. A análise

deste documento complementado com o Tratado de Adesão e outros documentos oficiais permitiram perceber reflexões científicas necessárias no processo de adesão.

II.3. O objectivo da integração da Roménia

Após a Revolução de 1989, a integração da Roménia nas estruturas europeias e euro-atlânticas representava um objectivo importante, constante, a longo prazo da política interna e externa da Roménia. A Bulgária assumiu o mesmo objectivo de integração e os dois países tiveram uma evolução semelhante.

O objectivo final da apropriação da Roménia é, portanto, a sua plena integração nas estruturas da UE. Apresentadas sumariamente, as principais condições que deveriam ser cumpridas pela Roménia, tal como todos os países candidatos à adesão, são:

- a estabilidade das instituições que garantem o bom funcionamento da democracia, a supremacia da lei, os direitos humanos e o respeito pelas minorias;
- a capacidade de incorporar na própria legislação e de aplicar o *acervo comunitário*;
- o reconhecimento dos objectivos estabelecidos para o alcance da UEM e a possibilidade de agir para resolvê-los;
- a existência de uma economia de mercado funcional, a capacidade de fazer concorrência no âmbito do mercado único, reclamavam o alcance de um grau de desenvolvimento perto dos países membros da UE.

A exigência fundamental da plena integração da Roménia na UE era o alcance dos objectivos essenciais da transição para a economia de mercado, para que a esta economia chegasse a um tal nível de desenvolvimento que lhe permitisse competir com seus parceiros estrangeiros tanto no próprio mercado, como no mercado externo comunitário. Como poderiam ser estes objectivos realizados? Através da reestruturação económica, que conduzisse ao crescimento da competitividade da economia romena no contexto europeu. Também se impunha um amplo processo de construção legislativa e institucional para a adaptação às exigências comunitárias.

Este objetivo foi perseguido por todos os governos que se sucederam nos últimos 15 anos, em Bucareste e Sófia, e tiveram um grande apoio da opinião pública, da elite política e intelectual, e de todos os partidos políticos. Todos os partidos políticos, sindicatos, igrejas, organizações não-governamentais se comprometeram a apoiar a

integração da Roménia na UE, assinando em Snagov, em 1995, a Estratégia Nacional para a Preparação para Adesão à UE. Na verdade, em 22 de junho de 1995 a Roménia apresentou o pedido de adesão à UE, tal como a Estratégia Nacional de Preparação da Adesão.

Todos os governos em Bucareste, após 1989 tiveram como objectivo a integração da Roménia nas estruturas europeias e euro-atlânticas e alcançaram as reformas necessárias da transição para a democracia e economia de mercado. Destes, alguns têm demonstrado uma vontade política menos favorável ou uma capacidade administrativa menor na implementação de reformas radicais não populares. Não foi aplicada uma “*terapia de choque*”. Também é verdade que a “*herança comunista*” foi mais difícil aqui do que noutros países. Na Roménia, o regime totalitário de Ceausescu foi agressivo, não permitiu qualquer oposição, impossibilitou o desenvolvimento de uma sociedade civil participativa e depois de 1992 isolou o país de forma mais intensa do que o ocorrido noutros Estados comunistas, privou a população de muitos bens de consumo. A Roménia foi oficialmente considerada apenas “*um país em desenvolvimento*”, hierarquicamente atrás de outros países comunistas (como a Hungria, República Checa), que eram “*países pouco desenvolvidos*”. A economia romena era mais centralizada, mais atrasada, e a iniciativa privada era também proibida (ao contrário da Hungria, onde o regime comunista permitiu pequenos negócios para empresas privadas, ou da Polónia, onde os camponeses mantiveram suas pequenas explorações). (Rotschild, 1993)

Tendo esta herança pesada foram acrescentadas depois de 1989, a realização demasiado lenta das reformas necessárias, o aumento da pobreza, a burocracia excessiva e a ineficiência, a violação das leis, a manutenção das mentalidades marcadas pelos costumes do antigo regime comunista, mineiros etc. Estes fenómenos, mencionados nos relatórios do país da Comissão Europeia, (Regular Reports) colocaram a Roménia no último lugar entre os países de Leste envolvidos no processo de adesão à UE, sem excluí-la, contudo, deste processo. Com atrasos e sérias dificuldades a Roménia continuou o seu caminho para a UE.

Em 1993, a Roménia entrou como membro no Conselho Europeu e foi submetida a um processo de acompanhamento da parte deste. O Tribunal Europeu dos Direitos

Humanos exigiu ao Estado romeno e também ao búlgaro, certas decisões sobre o respeito dos direitos fundamentais.

II.4. As negociações de adesão e o Tratado de Adesão

As negociações entre a Roménia, a Bulgária e a UE foram determinantes para as condições de integração na UE de cada Estado candidato.² Estabeleceu-se que até à adesão à União, os Estados deveriam adoptar o *acervo comunitário* a Comissão Europeia verifica este facto, inclusivamente através dos Relatórios de países apresentados anualmente no mês de Outubro. A Roménia e a Bulgária negociaram não só os termos em que iriam adoptar e aplicar o acervo, mas também as disposições transitórias, que serão rigorosamente delimitadas no tempo, bem como as condições de aplicabilidade.

A conclusão dos 31 capítulos representa o *acervo comunitário* por parte do candidato, cumprindo assim um dos critérios para a adesão. O ritmo das negociações é ditado pelo grau de preparação do Estado candidato e da complexidade do assunto.

As etapas das negociações e do Tratado de Adesão

Em 22 de Junho de 1995, a Roménia apresentava o pedido de adesão à UE, e a Estratégia Nacional de Preparação para a Adesão da Roménia à UE. No mesmo ano, foram apresentados os pedidos de adesão da Bulgária, bem como de outros países do Leste Europeu.

Em 12-13 de Dezembro de 1999, em Helsínquia, o Conselho Europeu decidiu dar início às negociações com seis países candidatos, incluindo a Roménia e a Bulgária. A UE já tinha iniciado as negociações com outros 6 países desde Março de 1998. Em 15 de Fevereiro de 2000, aquando da reunião do Conselho da UE para “Assuntos Gerais” teve lugar o início oficial das negociações de adesão da Roménia e da Bulgária.

A UE concluiu as negociações com a Bulgária em Junho de 2004 e com a Roménia em Dezembro de 2004.

A Roménia orientou as preparações das negociações para os capítulos essenciais que visam as 4 liberdades fundamentais (a Livre circulação das mercadorias, dos serviços, das pessoas e do capital), capítulos que não foram abordados até ao final do ano

² Fonte: www.infoeuropa.ro, 02 de Março de 2011

2000. Os capítulos abordados acentuaram a preparação do mercado conforme os padrões Europeus através da criação de um ambiente de negócios, a conexão ao ambiente de negócios internacionais e Mercado Interno. Também, pode ser sublinhado que a Roménia seguiu a abordagem gradual dos capítulos com maior impacto orçamental.³

Através das negociações visava-se que a legislação do país candidato fosse harmonizada com a europeia, quer dizer, cada cidadão romeno teria os mesmos direitos e obrigações à semelhança dos da UE.

Em seguida são enumerados os capítulos mais relevantes e que tiveram mais impacto nas negociações da Roménia com a UE.

Capítulo 1. A livre circulação das mercadorias

A livre circulação das mercadorias representa uma das pedras basilares do mercado interno. O princípio da livre circulação dos bens impõe um quadro legislativo comum que assegura o tráfego sem restrições dos produtos no âmbito da UE, no mesmo modo em que este se realiza no interior de um país. Isso significa que os padrões técnicos de base e a certificação dos produtos devem respeitar regras estabelecidas ao nível europeu.⁴

Capítulo 2. A livre circulação das pessoas

O *acervo comunitário* que corresponde a este capítulo envolve 4 grandes domínios: o reconhecimento recíproco da qualificação profissional, os direitos dos cidadãos, a livre circulação dos trabalhadores e a coordenação dos esquemas de protecção social. Através do sistema geral de reconhecimento recíproco, a UE tenta eliminar os impedimentos que podem afectar a eleição e o seguimento de uma profissão reconhecida, seguindo o princípio de que uma pessoa plenamente qualificada para praticar uma profissão reconhecida num Estado-Membro deva ter o direito de praticá-la seja onde for no âmbito da UE.

Capítulo 3. A livre circulação de serviços

Este capítulo tem ligações estreitas com uma série de outros capítulos, especialmente com o que diz respeito à livre circulação do capital e com o que diz respeito à livre circulação das pessoas. Para aqueles países candidatos que negociaram ou solicitaram restrições para a circulação do capital, os compromissos transitórios podem

³ Fonte: www.europeana.ro, consultada em 02 de Março de 2011

⁴ Fonte: <http://www.europeana.ro/romania/capitole%20de%20negociere.htm>, consultadas em 2 de Março de 2011.

ter um impacto directo sobre o direito de estabelecimento da residência e sobre a liberdade de prestar serviços. No âmbito deste capítulo, além do processo de alinhamento para o *acervo comunitário* a criação de uma infra-estrutura legislativa eficiente tem uma importância à parte na implementação do *acervo comunitário* e o seguro da existência de um sector financeiro eficiente e vigiado correspondente.⁵

Capítulo 4. A livre circulação do capital

Enquanto durante várias décadas o movimento internacional de capital foi bastante insignificante em relação ao comércio de bens e serviços, e muitas vezes servia apenas para financiar os desequilíbrios da balança de transacções correntes, a circulação do capital constitui actualmente o tipo de transacção transfronteiriça que conhece o crescimento mais rápido. Além disso, a direcção da interacção mudou gradualmente: a distribuição internacional de capital determina cada vez mais as taxas de câmbio e as prestações internacionais dos juros, que, por sua vez, influenciam a evolução e a estrutura do comércio internacional.

Capítulo 5 – O direito das sociedades comerciais

O *acervo comunitário* deste capítulo abrange áreas legislativas muito diferentes: o direito das sociedades comerciais no sentido estrito, respectivamente as directivas no que se refere ao conhecimento da identidade dos autorizados para representarem uma sociedade, a situação financeira desta, o crescimento, a manutenção e a diminuição do capital das sociedades nas acções, a lei da contabilidade, a protecção dos direitos de propriedade intelectual e industrial, bem como a regulação que substitui a Convenção de Bruxelas sobre a jurisdição e aplicação das decisões judiciais em casos de matéria civil e comercial, e a Convenção de Roma sobre a lei aplicável das obrigações contratuais.

As principais questões abordadas neste capítulo são:

1. a protecção dos direitos de propriedade industrial para produtos farmacêuticos no âmbito da União alargada;
2. a aplicação dos direitos de propriedade intelectual, com acento no combate à pirataria e falsificação;

⁵ Fonte: <http://www.europeana.ro/romania/capitole%20de%20negociere.htm>, consultadas em 2 de Março de 2011.

3. a marca comercial comunitária – a União propôs a extinção automática das marcas comunitárias existentes ao território dos países candidatos.⁶

Capítulo 7 – Agricultura

A agricultura é o mais vasto capítulo de negociação. Excepto a legislação nas áreas veterinárias e fitossanitárias, este capítulo consiste em grande medida em regulamentações; a legislação seria aplicável na data de adesão e não necessita transposição por parte dos países candidatos. O acento no âmbito das preparações para a adesão será posto na capacidade do país candidato de implementar e pôr em vigor o acervo comunitário. Nos domínios veterinário e fitossanitário, a legislação comunitária consiste principalmente em directivas. A transposição completa do acervo na legislação nacional é portanto uma responsabilidade maior para os países candidatos.

Capítulo 8 – Pesca

A política comunitária no domínio das Pescas inclui a organização do mercado comum, a política estrutural, os acordos com países terceiros, a gestão e conservação dos recursos piscícolas e a investigação científica na área. As principais questões abordadas no estágio actual das negociações sobre este capítulo são a capacidade administrativa, bem como certos requisitos específicos evidenciados por alguns países candidatos, no que refere à inclusão de várias espécies nas regulamentações que governam a organização do mercado comum ou a definição do regime específico de gestão de algumas zonas aquáticas.

Capítulo 9 – Política no domínio dos transportes

No sector dos transportes, os países candidatos devem fazer o esforço de implementar um volume considerável de legislação na área, representando cerca de 10% do total do acervo. A implementação deste impõe não só a adaptação da legislação mas também um nível adequado da capacidade administrativa. O acervo no que refere ao transporte rodoviário inclui uma vasta gama de pedidos de ordem social, técnico, fiscal, ou que tem a ver com a segurança e a protecção do ambiente. O acervo comunitário no que refere ao transporte ferroviário sofreu alterações consideráveis, e a liberalização deste sector irá necessitar de uma maior abertura dos mercados ferroviários nacionais para as

⁶Fonte: <http://www.europeana.ro/romania/capitole%20de%20negociere.htm>, consultadas em 2 de Março de 2011.

estruturas similares concorrentes de outros Estados-Membros. No domínio da aviação impõe-se a abordagem dos problemas no que diz respeito ao acesso ao mercado, segurança e organização das infra-estruturas. Em relação ao transporte marítimo, colocar em vigor o *acervo comunitário* no que refere à segurança marítima, é um dos grandes desafios.⁷

Capítulo 10 – Impostos

O acervo da UE correspondente a este capítulo refere-se principalmente aos impostos indirectos, com acento no Imposto no Valor Acrescentado (IVA) e os regimes especiais de consumo. Quanto à fiscalidade directa, o *acervo comunitário* limita-se a legislar no que refere aos impostos da empresa.

Capítulo 11 – UEM

Na esfera económica, o mais importante é a coordenação das políticas nacionais (os programas nacionais de convergência, as linhas directoras para o domínio económico, a vigilância multilateral e o procedimento para défices excessivos). Todos os Estados deverão respeitar o Pacto de Estabilidade e Crescimento, impedir o financiamento directo do orçamento do Estado pelo Banco Central, proibir o acesso privilegiado de todas as autoridades públicas às instituições financeiras e assegurar a livre circulação do capital.

Capítulo 13 – A política social e a mão-de-obra

No domínio social, além dos programas específicos, por exemplo os que preveem acções ligadas à saúde pública, a legislação da UE cobre a saúde e a segurança do trabalho, a legislação do trabalho e as condições deste, oportunidades iguais para mulheres e homens, a coordenação dos sistemas de segurança social para os imigrantes e os produtos de tabaco. Nestes domínios, a legislação da UE solicita um mínimo de condições, acompanhadas de cláusulas de protecção para os Estados-Membros mais avançados.

Capítulo 14 – Energia

A UE é o principal agente no mercado internacional da energia, sendo o maior importador e o segundo maior consumidor. A energia é o maior factor económico e geopolítico. Metade do abastecimento energético da UE depende das importações e esta

⁷ Fonte: <http://www.europeana.ro/romania/capitole%20de%20negociere.htm>, consultada em 2 de Março de 2011

dependência pode chegar até 70% até ao ano 2030 se não forem tomadas nenhuma medidas. Quanto ao gás natural, a dependência poderá atingir 70%, e para o petróleo e o carvão será possível, mesmo o valor de 100%. Muito provavelmente, o alargamento irá acentuar estas tendências, apesar de que alguns países candidatos serem os produtores de energia (por exemplo, a Polónia produz carvão e a Roménia – gases naturais e petróleo).

Capítulo 15 – A política industrial

A política industrial da UE visa o aumento da competitividade, como base para a obtenção de elevados padrões de vida e a diminuição do desemprego. A política industrial tem como objectivo acelerar a acomodação às mudanças estruturais, encorajando a criação de um ambiente favorável à iniciativa, o desenvolvimento empresarial e a cooperação industrial na área inteira da UE, bem como um melhor aproveitamento do potencial industrial das políticas de inovação, investigação e desenvolvimento tecnológico. Esta política usa um grande número de instrumentos próprios de outras políticas, e inclui tanto as específicas do mercado (especificações do produto, o acesso ao mercado, política comercial, subsídios de Estado e concorrência) bem como medidas impostas pela capacidade de adaptação da indústria (estabilidade do ambiente macroeconómico, a tecnologia, a formação etc.).⁸

Capítulo 16 – As pequenas e médias empresas (PME)

O sujeito deste capítulo é importante no contexto do desenvolvimento económico e da capacidade de aguentar a pressão concorrencial. Três domínios têm uma importância à parte: a formulação com carácter geral e implementação da política no que refere às PMEs; o ambiente geral de negócios do país; a adopção e a aplicação da definição das PMEs.

Capítulo 23 – A protecção do consumidor e da saúde

O acervo correspondente a este capítulo inclui as seguintes áreas: a publicidade enganosa, a fiabilidade do produto, vendas directas, empréstimos ao consumidor, imitações perigosas, as embalagens, a segurança do produto, contractos viciosos, a utilização de recursos por vários clientes, tempo de partilha, venda à distância, a publicidade comparativa, os preços dos alimentos, as garantias para as vendas de bens de

⁸ Fonte: <http://www.europeana.ro/romania/capitole%20de%20negociere.htm>

consumo e instruções. A protecção dos consumidores deve ser vista como uma política horizontal que visa promover os interesses dos consumidores quando elabora-se a política relacionada com o mercado interno e as outras políticas da UE.

A compreensão e a implementação da política de protecção dos consumidores revela-se ser de uma particular importância para as economias em transição (da economia do Estado para a economia de mercado), como é o caso dos vários países candidatos. A harmonização das regras no que refere à protecção dos consumidores é um outro elemento essencial na eliminação das barreiras comerciais e a garantia de um espaço económico integrado, onde os serviços e os bens podem circular no mesmo padrão de qualidade e segurança e onde os consumidores podem beneficiar de um elevado nível de protecção e dos seus direitos.

O Conselho de Copenhaga reconheceu claramente a importância da harmonização do acervo no domínio da protecção dos consumidores, considerando-a uma prioridade evidente no processo de adesão e nos Acordos de Associação, que podem ser considerados um primeiro passo no processo de adesão e a base da extensão do Mercado Interno para os países candidatos, a necessidade de harmonizar as normas de protecção dos consumidores é claramente afirmada.

Capítulo 25 – União aduaneira

Desde o primeiro dia de adesão, a administração aduaneira dos Estados candidatos terá a obrigação de gerir e controlar as fronteiras dos países, que serão fronteiras externas da UE, servindo os interesses dos cidadãos e dos operadores económicos da UE. A implementação do acervo no que diz respeito ao regime aduaneiro deve ser feita harmonicamente em todos os pontos de fronteira da UE.

Capítulo 27 – Política Externa e de Segurança Comum

A Política Externa e de Segurança Comum (PESC) da UE não dispõe de instrumentos jurídicos (directivas, regulamentos), como outras políticas comuns. Seus instrumentos são acções comuns, as declarações e as conclusões do Conselho Europeu e do Conselho da UE. A grande parte do acervo tem a ver com a cooperação intergovernamental. Além disso, a PESC é implementada através de medidas negativas, muitas vezes, limitadas no tempo.

Capítulo 29 – Disposições financeiras e orçamentais

O acervo no domínio das disposições financeiras e orçamentais compreende regras relativas à organização, elaboração e execução do orçamento da UE. O acervo correspondente a este capítulo consiste em regulamentos e decisões (tais como: o Regulamento Financeiro e a Decisão sobre os recursos próprios), que serão directamente aplicáveis nos países candidatos após a adesão e, portanto, não exige a transposição nas legislações nacionais.

Capítulo 31 – Outros

Capítulo “Outros” não é tratado como os restantes capítulos de negociação. Este representa praticamente um quadro de negociação com vários elementos, em geral incontestados, mas que não encontram um lugar em nenhum dos restantes capítulos. Em Novembro de 2002 o capítulo “Outros” incluía as seguintes questões, em curso de negociações com os Estados candidatos: o Fundo Europeu de Desenvolvimento, o Fundo de Investigação do Carvão e do Aço, o Banco Central Europeu, o Banco Europeu de Investimentos, cláusulas de salvaguarda, a implementação e a gestão dos fundos de pré-adesão nos novos Estados-Membros, a criação de um mecanismo de transição para a construção institucional a favor dos novos Estados-Membros, após a adesão, medidas para o período provisório.

Em 17 de Dezembro de 2004, no Conselho Europeu de Bruxelas, a Roménia e a Bulgária receberam a confirmação política da conclusão das negociações de adesão à UE. Recomendava-se à Roménia e à Bulgária, prosseguirem as reformas e executar os compromissos no que se refere à transposição para a legislação nacional do *acervo comunitário* nomeadamente no domínio da justiça e assuntos internos, concorrência e ambiente. A UE continuou o acompanhamento dos dois países nos preparativos para a adesão e considerou que a Roménia e a Bulgária seriam capazes de assumir as obrigações decorrentes da adesão a partir de 1 de Janeiro de 2007.

Entre 21 de Fevereiro e 4 de Abril de 2005, foram concluídos, distribuídos, aprovados e transmitidos oficialmente os textos consolidados do Tratado de Adesão nas línguas oficiais da UE e, respectivamente em romeno e búlgaro. Em 13 de Abril de 2005, o Tratado foi aprovado no Parlamento Europeu e com 497 votos a favor, 93 contra e 71 abstenções, foi aprovada uma resolução que aprovava a adesão da Roménia. Em Abril de 2005, no Luxemburgo, o Conselho da UE aprovou o Tratado de Adesão, que foi

formalmente assinado no mesmo dia. Em 25 de Abril, aquando da cerimónia oficial na Abadia de Neumünster, no Luxemburgo, o presidente romeno Traian Basescu, e o primeiro ministro da Bulgária, Simeon Saxe Coburgo-Gotha, assinaram o Tratado de Adesão à UE, junto com os 25 representantes dos Estados-Membros. Durante 2005/2006, o Tratado foi ratificado por todos os 25 Estados-Membros da UE, pela Roménia e pela Bulgária.

Sob o aspecto do conteúdo, podemos apreciar que um dos mais difíceis capítulos foi o da Justiça e Negócios Estrangeiros visto que no relatório do país de 2004 foram mencionados várias faltas no cumprimento do critério político como por exemplo a capacidade administrativa limitada especialmente no domínio jurídico e a corrupção generalizada. O ponto crítico do capítulo “Energia” foi o montante em dívida do sector energético, 1.7 biliões de euros em 2003. Também, no domínio da Concorrência, a Roménia obrigou-se a aplicar a legislação comunitária tanto no domínio anti-trust como no apoio de Estado. De outro modo, os principais capítulos do Tratado referem-se a problemas espinhosos, mas vitais para um membro da UE tal como: a livre circulação das pessoas, serviços e capitais, a política no domínio da concorrência, a reestruturação do sector siderúrgico, desenvolvimento rural etc. O relatório de monitorização da Comissão Europeia de Maio de 2006 tinha de avaliar os progressos registados pela Roménia e pela Bulgária no processo difícil da adesão à UE.

Em conclusão, cremos que o aspecto o mais importante da adesão é que essas leis e regras comunitárias negociadas e adoptadas pela Roménia levaram através da sua aplicação, ao aumento da competitividade e da produtividade da economia romena e, em consequência destes, ao aumento dos padrões de vida e da civilização romena.

Capítulo III:

Dimensões económicas do processo de adesão da Roménia à UE (1995-2007)

Neste capítulo propomo-nos definir a transição para a economia de mercado e analisar em detalhe a transição para a economia de mercado na Roménia, no período 1995-2007.

O processo de transição é um processo global, mas foi realizado em sectores económicos como a agricultura, o sector financeiro-bancário. Um grande impulso dado a todos os sectores económicos teve origem no processo de privatização, nos fundos de pré-adesão e nos IDE, que analisaremos de seguida.

III.1. A transição para uma economia de mercado na Roménia: questões metodológicas

O povo romeno optou de vez por uma economia de mercado e pelo seu mecanismo funcional. A Revolução de Dezembro de 1989 teve o mérito de ajudar os romenos a compreender rapidamente, quase instantaneamente, que o sistema económico “socialista” baseado no monopólio absoluto da propriedade de Estado se revelava insolvente, que o mecanismo económico de controlo não podia mais fornecer as orientações das energias criadas da nação no seu trajecto normal, tendo como finalidade a satisfação das necessidades ilimitadas e em diversificação contínua.

A opção deste país para um tal tipo de economia baseou-se principalmente, na experiência directa das massas, que chegaram à conclusão que o sistema que lhe foi imposto não satisfazia os critérios de racionalidade e eficiência. A economia de mercado contemporânea é muito complexa e variada, os interesses dos agentes económicos não são muito diferentes, mas também divergentes. Portanto, a fundamentação científica

duma estratégia de criação da economia de mercado na Roménia provou ser obrigatória, problema que envolveu análises e debates amplos.

As economias de mercado actuais diferem entre si devido:

- ao lugar e ao papel da propriedade privada no conjunto da economia nacional, que permanecem dominantes e nos últimos anos têm vindo a aumentar;
- à estrutura geral do sistema de mercado e aos mecanismos específicos de funcionamento de cada uma delas;
- à natureza da intervenção do Estado democrático na economia, ao carácter político e económico da política fiscal e monetária, ao orçamento (em detrimento de todos os sujeitos de propriedade ou a favor de uns e em detrimento de outros);
- à medida que o Estado opera junto ao mecanismo de mercado (dos preços, do equilíbrio entre a oferta e a procura), ou pelo contrário, envolve-se nesses mecanismos, quer para o caminho normal deles, quer para o detrimento destes;
- ao peso dos bens públicos no conjunto da economia e sobre os sectores de actividade, bem como aos critérios de utilização do objecto dessa propriedade.

A orientação para o modelo europeu de economia de mercado tem muitas motivações. Em primeiro lugar, a Roménia tem relações económicas tradicionais com outros países europeus. Em segundo lugar, a Roménia tem mais elementos económicos comuns com os países europeus, especialmente com os vizinhos, em comparação com os países de outros continentes. É necessário ter presente os interesses das políticas de protecção social promovidas com sucesso há décadas entre os países nórdicos da Europa, porque:

1. nos países escandinavos a protecção social promove os negócios porque escapam as empresas dos custos da assistência médica e fornece uma força de trabalho educada e qualificada;
2. os impostos, especialmente de renda, são elevados, mas vale a pena pagar mais, se tens as garantias que o Estado vai cuidar mais de você (um trabalho bem pago, assistência médica e educação gratuita, férias longas, auxílio para criar uma criança e pensão bastante razoável);

3. os Estados nórdicos foram classificados nos primeiros dez lugares vários anos (2000-2005), em função de vários critérios, tais como o desenvolvimento humano, a competitividade, a qualidade de vida, o ambiente de negócios etc.;

4. nos primeiros anos após a revolução, no poder encontraram-se forças políticas social-democráticas que tornaram da protecção social da população um objectivo de prioridade.

Na Roménia, a transição para uma economia de mercado identifica-se com a criação da reforma económica, através da qual a economia romena – altamente centralizada e distorcida sob um relatório técnico-científico e económico – vai evoluir para uma estrutura liberalizada, com mecanismos de mercado bem definidos e correlacionados com as funções económicas do Estado de direito democrático, para a rentabilização de todas as actividades através da valorização eficaz das possibilidades económicas com base na diversidade do mercado e aplicação das tecnologias avançadas, usadas actualmente em todo o mundo.

No âmbito do processo da reforma económica, um lugar especial é ocupado pela concepção e introdução de novos mecanismos para a banca, finanças e seguros. As regras adoptadas já incluem uma base de um sistema bancário activo, como instrumento do Estado de Direito, democrático, através do qual se consegue gerir a moeda nacional e as finanças do país. (Daianu, D., 2006)

A libertação do comunismo pelo acto revolucionário de Dezembro de 1989 levantou perante o povo romeno o problema de transformação do sistema económico, respectivamente a transição duma economia socialista numa economia capitalista. Noutras palavras, tinha-se e ainda se tem como ponto de vista a liquidação de economia planificada e a transformação numa economia de mercado livre, específica dos países com economia desenvolvida. Este processo requer um esforço enorme que só pode ser alcançado a longo prazo, envolvendo imensos recursos, custos económicos e sociais elevados, mudanças radicais na mentalidade dos agentes económicos e das pessoas em geral.

Tal processo é inédito, não existe nenhuma teoria unitária da transição, modelos, e portanto, podem ocorrer erros, o que aumenta as dificuldades inerentes deste. Quaisquer que sejam as dificuldades, a transição é uma etapa necessária, e o estabelecimento da moderna economia de mercado é uma necessidade objectiva. Só assim pode ser colocado

em termos de valor as virtudes duma sociedade democrática onde a liberdade de acção humana é fundada numa base económica real.

A transição implica grandes mudanças na economia, uma verdadeira reforma do seu processo de transformação no quadro da propriedade, tal como no quadro das formas de organização, gestão, operação da vida económica, assim que o mercado e os seus mecanismos recuperem a vida normal.

A reforma económica exige a adopção e implementação de um conjunto de medidas que visam principalmente:

- A transformação gradual da propriedade de estado em propriedade privada, evitando o monopólio da propriedade do Estado e instalando-se na economia o pluralismo das formas de propriedade, o que assegura a descentralização da vida económica;
- a realização de um quadro legislativo bem construído que permita o funcionamento normal dos mecanismos de mercado;
- a promoção da concorrência e do livre comércio, garantindo-se assim a possibilidade de manifestação da livre iniciativa e da liberdade de acção de todos os agentes económicos;
- a criação e a promoção de políticas económicas estimulantes que permitam a estabilização macroeconómica nas condições da revigoração e a recuperação da economia real;
- a criação das condições de integração da economia romena na UE, bem como no âmbito de um conjunto do mecanismo económico mundial.

III.2. A transição para uma economia de mercado na Roménia: o processo de adesão posto em prática

Durante o processo de adesão da Roménia à UE, a Comissão Europeia realizou uma série de avaliações sobre o andamento da administração da economia de mercado funcional, na Roménia, cujas conclusões foram as seguintes:

2000: “A Roménia não pode ser considerada uma economia de mercado”

2001: “A Roménia fez progressos no processo de criação duma economia de mercado funcional”

2002: “A Roménia continuou a progredir sobre uma economia de mercado funcional, e as perspectivas de alcançá-lo melhoraram.”

2003: “A Roménia pode ser considerada uma economia de mercado viável desde que os progressos especiais registados até agora continuem de forma decidida.”

**“Quais os critérios sobre os quais, em Bruxelas, julgou-se a economia da Roménia?”
(Daianu, 2006)**

Foram estabelecidas condições económicas para a adesão à UE, fixadas por documentos da Comissão e acordos com os países candidatos. Estas condições prévias encontraram a razão na necessidade de convergência nominal e real para os Estados-Membros da UE. “Sem convergência, a União funcionaria ainda com mais dificuldade, seria ameaçada pela fragmentação e, ousado dizer, desmembramento.” (Ibidem)

Embora a UE tenha começado como um projecto político “*par excellence*”, perseguindo a pacificação da Europa Ocidental (através da conciliação, principalmente da França com a Alemanha), desde o fim da Guerra-fria, a dimensão económica tem vindo a ganhar uma importância cada vez maior ao longo do tempo. Aqui pode ser enquadrado o processo de fazer face à concorrência económica com os EUA e com países asiáticos que conheceram progressos extraordinário nas últimas décadas. Ao longo dos anos têm-se observado que mesmo o projecto político não tem hipóteses de sucesso sem o aprofundamento da integração económica. Além disso, a integração económica tem revelado os seus limites na falta da homogeneização do espaço da UE (convergência). A definição da convergência económica faz-se em duas faixas: a convergência nominal, evidente, em particular, nos indicadores macroeconómicos (inflação, dívida pública, o nível dos juros e variação cambial para os países que não adoptaram ainda a moeda única), e convergência real, que se refere ao rendimento *per capita*, às diferenças inter-regionais, ao funcionamento das instituições, incluindo os regimes fiscais etc. A necessidade de convergência real impõe a existência da política regional ao nível da UE, e dos fundos estruturais e de coesão.

De acordo com a lógica de convergência acima mencionada, aos países candidatos é pedido – por adesão – a satisfação de dois critérios essenciais:

a) ter uma tal chamada „economia de mercado funcional”

b) suportar as pressões competitivas no interior da UE.

O primeiro critério tem em vista o funcionamento da assembleia nacional como economia de mercado aberto, em que as instituições e os mecanismos principais garantiriam a afectação eficiente dos recursos (em termos de orientação para as utilizações que aumentam a riqueza individual e da sociedade), um nível adequado de poupança doméstica e investimento. A economia de „mercado funcional” é a tal que não tolera o desperdício dos resíduos endémicos, que as instituições os usam de forma eficiente, em que se investe para garantir o futuro – quer dizer para o crescimento sustentável. De facto, os peritos da Comissão referiram-se ao bom funcionamento da economia de mercado. Adicionaria mais uma característica às mencionadas acima: a capacidade para responder eficazmente aos choques externos adversos, ou seja, a capacidade de ajustar, através de vários instrumentos (monetários, cambiais, orçamentais etc.). O segundo critério tem em vista o funcionamento da UE como UEM, no interior do qual, os Estados-Membros desistem do instrumento monetário (através a existência da moeda única e do Banco Central Europeu) e da política actual (Daianu Daniel, 2006).

A Roménia realizou progressos incontestáveis em termos macroeconómicos, e mesmo em áreas tradicionalmente sob o lema das reformas estruturais. A inflação caiu de forma constante no período de pré-adesão da Roménia à UE, a recuperação económica registou um crescimento do PIB (soma do valor dos bens e serviços produzidos num ano), em cerca de 4,5-5% no período 2000-2003, o défice orçamental foi relativamente bem controlado mantendo-se em cerca de 3% do PIB no mesmo período (embora, é preciso dizer, o deficit quasi-fiscal, que exprime a ineficiência do sector público permaneceu significativo - cerca de 2,5% do PIB); as reservas do sistema bancário ascendem a mais de 8 biliões de euros, nas condições dum estatuto financeiro muito melhor, dos bancos comerciais e de um financiamento sem dificuldades dos défices externos (que não ultrapassaram, em média, 5% do PIB no período 2000-2003); o sector privado tem vindo a fornecer cerca de 2/3 do PIB.

Há também a parte “*cinzenta*” da economia romena. A indisciplina financeira (o volume dos atrasos), ainda é alta, temos uma alta tensão no sistema de pensões, que, sem as medidas adequadas criará uma pressão crescente sobre o orçamento nos próximos anos depois de 2010; a poupança e a taxa dos investimentos internos (doméstico) (cerca de

16% e 21% do PIB) são inferiores em comparação com o que implica um processo de redução das disparidades face aos países mais avançados na Europa; as mudanças na estrutura produtiva e, especialmente da exportação são muito lentas, sendo a Roménia um fornecedor de bens e serviços que inclui valor acrescentado baixo (daí o baixo nível de rendimento *per capita*); a emigração da força de trabalho de alta qualidade (o que afecta o potencial de desenvolvimento) e finalmente, a maior taxa de inflação na Europa Central e Oriental. Estas características explicam as reservas de alguns acerca da melhoria do estatuto da economia romena de acordo com a terminologia utilizada pela Comissão Europeia.

Perante tudo isto, vale a pena examinar também o contexto internacional. Alguns países que aderiram à UE em 2004 revelaram performances económicas em deterioração visível; défices orçamentais superiores a 6%, défices de conta corrente em crescimento e não só. Há países dentro da UE a satisfazer de forma cada vez mais difícil as condições de Maastricht (no que refere à convergência nominal). Portanto, foi difícil para a Comissão Europeia ignorar as performances da Roménia, dado que alguns países que aderiram à UE em 2004 toleraram-lhes grandes derrapagens, o que no presente, tendo em conta a crise económica global, já não se podem tolerar.

Os Fundos de Pré-Adesão

A UE tem apoiado desde 2000, os Estados candidatos da Europa Central e de Leste nos esforços destas para preparar a adesão através de três instrumentos financeiros: PHARE, ISPA e SAPARD.

O programa PHARE foi criado no início de 1989 para a Polónia e a Hungria, os dois primeiros países na região que renunciaram ao comunismo e à economia centralizada. O seu propósito era ajudar estes dois países no processo de transição do regime comunista para o regime democrático. Os objectivos deste programa visam reforçar as instituições da administração pública e os Estados que querem aderir, apoiar o esforço de investimento para alinhar as actividades industriais e as infra-estruturas às normas da UE e promover o desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas.

O ISPA (Instrumento Estrutural de Pré-Adesão) tem como objectivo o desenvolvimento das infra-estruturas de transporte e a protecção ambiental nos países

candidatos. A Roménia recebeu anualmente entre 200 e 260 milhões de euros (cerca de 20% do orçamento anual deste programa) para alinhar as suas normas ambientais com as da UE, para expandir e conectar as redes de transportes com as transeuropeias e para familiarizar-se com as políticas e procedimentos aplicadas no âmbito dos Fundos Estruturais e de Coesão da União Europeia.

O SAPARD (Programa Especial de Pré-Adesão para a Agricultura e Desenvolvimento Rural) tem como objectivo apoiar a agricultura e o desenvolvimento rural através de um melhor processamento do mercado e dos produtos agrícolas e pescas, o desenvolvimento e a melhoria da infra-estrutura rural, promover investimentos nas explorações agrícolas e melhorar a formação.

O apoio concedido pela Comunidade no período 2000-2006, através do programa SAPARD concentrou-se sobre as acções destinadas a contribuir para atingir os seguintes objectivos gerais propostos para SAPARD:

- a aplicação do acervo comunitário relativo à política agrícola comum e as políticas relacionadas, a protecção ambiental e as políticas no que refere ao domínio alimentar e aos regulamentos no domínio da protecção do consumidor, saúde pública, o bem-estar e a saúde dos animais e plantas;
- o compromisso para a protecção ambiental, a transposição na legislação nacional e a implementação da Directiva “Nitratos” do programa “Natura 2000” e da Directiva “Avaliação do Impacto sobre o Ambiente”;
- a resolução dos problemas prioritários e específicos para a adaptação sustentável do sector agrícola e do espaço rural da Roménia.

Esse objectivo da estratégia romena para integração na UE no sector da agricultura, indústria alimentar, a aquacultura e o desenvolvimento rural foi representado pela aplicação do acervo comunitário. O SAPARD apoiou o desenvolvimento prático para aplicar o acervo no que diz respeito:

- às normas alimentares
- às medidas de controlo para assegurar a protecção do consumidor, a saúde pública, animal e vegetal
- à protecção ambiental.

Os critérios de elegibilidade são condições obrigatórias que, tanto os solicitantes do financiamento, como o projecto depositado devem cumprir para que este possa respeitar as condições do Programa. Se um único critério de elegibilidade não for cumprido, o projecto é rejeitado.

- O projecto deverá ser localizado no espaço rural, e apenas para modernização das competências existentes pode ser colocado em ambiente urbano.

- Os investimentos devem contribuir para a melhoria da situação do sector de base da produção agrícola em que é feita a referência.

- São elegíveis para esta medida de transformação e comercialização de produtos agrícolas e das pescas, se forem incluídos no Anexo 1 do Tratado da UE. (A lista fornecida pelo artigo 38.º do Tratado da UE, que tem a ver com produtos de tipo: animais vivos, carnes e miudezas comestíveis, peixes, crustáceos e moluscos, leite e produtos lácteos, legumes, frutos comestíveis, cereais, produtos de padaria etc.). Os produtos agrícolas, com excepção dos produtos da pesca, devem ser provenientes dos Estados-Membros da UE e dos países candidatos.

- Deve ser demonstrada a viabilidade económica e financeira do projecto através de um estudo de viabilidade e plano de negócios. O plano de negócios é necessário para projectos com um valor total elegível superior a 50.000 euros. A viabilidade económica é definida como o uso total da unidade de processamento numa parte deste, através da informação de performances financeiras reais e a capacidade de operar sem recurso a apoio público na sua actividade operacional. O beneficiário deve demonstrar que pode pagar as suas obrigações e dívidas regularmente, sem submeter a qualquer risco o curso normal da sua actividade económica e que gira um rendimento significativo. De um modo importante é necessária a existência dos mercados de venda para os produtos respectivos (certificado através de estudos de mercado incluídos no plano de negócios). O projecto deve respeitar as normas ambientais da UE, higiene e bem-estar e a empresa beneficiária deve cumprir as normas nacionais.

- Os projectos devem cumprir as normas da UE no que refere a construção de novos edifícios ou a modernização dos já existentes ou de algumas partes destes, bem como os equipamentos necessários.

- O co-financiamento privado deve cobrir pelo menos 50% das despesas elegíveis, excepto para o açúcar, cereais e sementes oleaginosas (70%). Se houver outras contribuições financeiras nacionais serão consideradas na contribuição pública de 50% ou 60%, segundo MAFA. (Multi Annual Financial Agreement)
- O beneficiário ou as pessoas responsáveis pelo projecto, devem comprovar uma formação profissional no domínio da transformação e comercialização de produtos agrícolas e da pesca através uma cópia de um documento do qual resulta a experiência profissional na área de um mínimo de três anos.
 - O projecto deve ter acesso à infra-estrutura básica (estradas, abastecimento de água, electricidade, comunicações).
 - O beneficiário deve assegurar o controlo de qualidade dos produtos através dos serviços próprios ou de terceiros.
 - O beneficiário não deve ter perdas financeiras ou dívidas restantes no orçamento do Estado ou no orçamento da segurança social conforme as mais recentes declarações fiscais ou de outras declarações emitidas pelas administrações financeiras.

Os fundos estruturais

Os Estados-Membros da UE beneficiam de apoio financeiro através dos Fundos Estruturais. Estes instrumentos são geridos pela Comissão Europeia e tem como destino o financiamento das medidas de apoio estrutural ao nível comunitário, a fim de promover as regiões com atrasos no desenvolvimento, a conversão de zonas em declínio industrial, o combate ao desemprego de longo prazo, a empregabilidade dos jovens ou a promoção do desenvolvimento rural. Os Fundos Estruturais consistem em: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), Fundo Social Europeu (FSE), o Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEADER) – componente “Orientação” e Instrumento Financeiro de Orientação das Pescas (IFOP). A estes adiciona-se o Fundo de Coesão, criado em 1993.

Impactos dos fundos comunitários na economia romena

A Roménia e a Bulgária tiveram dificuldades em absorver os fundos de pré-adesão (ISPA, PHARE, SAPARD), mas melhoraram o seu desempenho com a ajuda da

Comissão Europeia. A absorção dos fundos ISPA na Bulgária foi de aproximadamente de 329 milhões de euros, de um total contractualizado de 1,5 biliões de euros, e a Roménia absorveu 887 milhões euros, de um total contractualizado de cerca dois biliões de euros para 388 de contratos.⁹

O valor total das subvenções europeias concedidas ao abrigo do ISPA (2000-2006) para a Roménia foi de 2.042 biliões euros, pelo programa PHARE (1991-2006) foi de 3,6 biliões de euros e pelo SAPARD – 1,160 biliões (2000-2006). Para estimular a competitividade, além da absorção dos fundos europeus, foi pedido à Roménia que concentrasse os seus esforços em atrair capital estrangeiro. O problema que a Roménia teve no processo de absorção foi a implementação dos projectos.¹⁰

A maioria do dinheiro (1,15 biliões de euros) foram atribuídos no sector ambiental para reabilitar e ampliar redes de água e esgotos. O dinheiro representa o valor de 79 contratos assinados. No que diz respeito ao ambiente, no âmbito do programa ISPA, foram celebrados novos contratos, dos quais o maior é a reabilitação e ampliação do abastecimento de água e esgotos em Cluj-Napoca, (uma cidade romena) fase I, no valor de 34,08 milhões de euros.

O sector ferroviário contractualizou com o ISPA mais de 625 milhões de euros para a reabilitação do troço ferroviário de Bucareste – Fetesti (338,74 milhões de euros) e a reabilitação do troço ferroviário Campina – Predeal e Bucareste – Brasov.¹¹

Menos verbas europeias através do ISPA foram contractualizadas para o sector rodoviário, cerca de 529 milhões de euros, para seis projectos. O maior projecto rodoviário ISPA, a Construção e a Reabilitação das secções 4 e 5 da auto-estrada Bucareste – Cernavoda, tem um valor que ultrapassa o montante de 135 milhões de euros.

No âmbito do programa SAPARD para a agricultura, a maior parte do dinheiro foi absorvido pela região Nordeste (mais de 354 milhões de euros). Conforme o Secretário de Estado do Ministério da Agricultura, Gheorghe Albu, a maioria dos agricultores estão nesta região, sendo os resultados evidentes no que se refere ao grande número de fábricas ultramodernas de processamento de pão e de leite. Este programa comunitário projectou um valor total dos contratos superior a 6.198 milhões de lei (1,79 biliões euros, a uma

⁹ Fonte: A revista Bussines Standard, nº 18, 2008

¹⁰ Conforme o Ministério do Ambiente e Desenvolvimento Sustentado (MMDD).

¹¹ Fonte: A revista Bussines Standard, nº 18, 2008.

taxa de cambio de 3,46 lei, a média dos anos 2000-2006),¹² representando a contribuição da UE e o co-financiamento do orçamento do Estado (para o período 2000-2006), em proporção de 20-25%.

A Comissão Europeia decidiu em Maio de 2009 não pagar à Roménia 13,9 milhões de euros através do programa Sapard, decisão tomada após a análise do plano de acção das autoridades romenas e de um relatório de auditoria sobre os pagamentos SAPARD, documentos que as autoridades romenas comprometeram-se a enviar à Comissão Europeia após o congelamento de quase 200 milhões de euros, em Junho de 2008, por causa do sistema de má gestão e de controlo.

Mas em Dezembro de 2008, a Comissão Europeia decidiu prorrogar por um ano o prazo concedido à Roménia e Bulgária para a utilização dos fundos de pré-adesão para a agricultura, SAPARD.

Finalmente, durante 2002-2009, a Roménia utilizou, apesar de algumas falhas, 90% dos fundos atribuídos no âmbito do SAPARD, ou seja, 1,35 biliões de euros de 1,52 biliões de euros, no âmbito de 4.457 projectos de modernização para as estradas locais, alimentação de água nas zonas rurais, a transformação dos produtos agrícolas e pesca, processamento da carne, do leite etc.

A Roménia iria receber da UE, através os fundos estruturais, para o período 2009-2014, o montante de 178.469.000 de euros como apoio para uma melhor adaptação das medidas de reforma no domínio vitícola. O país também solicitou e obteve um financiamento adicional de 100.000 de euros para os anos 2009-2013 e 200.000 de euros para o ano 2014.¹³

A Roménia iria receber da UE para o período 2009-2014 inclusivamente, o montante de 178.469.000 euros como apoio para uma melhor adaptação às medidas de reforma no domínio do sector da vinha. A Roménia solicitou e obteve um suplemento dos fundos de 100.000 euros para os anos 2009-2013 e 200.000 euros para 2014. No caso da Espanha o crescimento obtido foi de 7.000.000 euros em 2009 e 12,8 milhões de euros para 2014, enquanto na Itália, de 3,8 milhões em 2009 e 7,3 milhões de euros em 2014. Do total de 178.469.000 euros, a Roménia terá de outorgar anualmente, como todos os

¹² Conforme os dados oferecidos pelo jornal Business Standard e o Ministério da Agricultura.

¹³ Fonte: www.fonduri-finantari.eu, artigo tirado em 3 de Março de 2010.

outros 26 países da UE, um montante fixo destinado a promoção das marcas de vinho romeno; trata-se de 4.329.000 euros por ano, o que corresponde a 25.974.000 euros para o período 2009-2014 (para 2009-2010 foram concebidos ao sector da vinha 47,9 milhões de euros).¹⁴

Até 2015 a Roménia deve receber em cada ano 30.374.000 euros, dos quais 4.329.000 euros vão para a promoção dos vinhos romenos. Como título de comparação, a Espanha deverá beneficiar, durante 2009-2014, cerca de 1,240 biliões, Itália cerca de 1,280 mil milhões de euros e em França, cerca de 1,004 biliões euros.¹⁵ A atribuição destes montantes faz parte do conjunto de propostas para a reforma do sector vitivinícola da UE. O crescimento da competitividade da produção vitivinícola europeia, a criação de um equilíbrio entre a oferta e a procura, a reconquista dos mercados de venda perdidos e a conquista de novos mercados, estão entre os principais objectivos previstos pelo executivo comunitário da UE. Segundo o Comissário Europeu para a Agricultura e Desenvolvimento Rural, Mariann Fischer Boel, (2006-2009) as medidas previstas para atingir esses objectivos mencionados são a redução para metade das terras agrícolas destinadas aos vinhos europeus, a abolição dos regimes de destilação tal como do sistema de atribuição de direitos de plantação, a atribuição de dinheiro para promover o sector vitivinícola europeu em países terceiros e melhorar o sistema de rotulagem dos vinhos.

Os viticultores romenos desenvolveram projectos no valor de 40.000.000 euros para a modernização e reconversão das plantações de videira, na campanha de 2007-2008, embora os fundos europeus canalizados nesse sentido tenham sido metade, aproximadamente 23 milhões de euros. Os montantes que os viticultores podem receber, variam entre um mínimo de 4.000 euros por ha, podendo chegar a 14 800 euros/hectare, dependendo do trabalho realizado.

Um projecto é considerado elegível para obtenção dos fundos da UE, se a parcela de videira tem uma área entre 0,30 ha e 150 ha de plantação e o material utilizado é admissível pela legislação para o estabelecimento de vinhas.

Segundo o Instituto Nacional da Vinha e do Vinho (ONVV) para a campanha de 2006/2007, 41 projectos foram apresentados para a modernização das plantações de

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ Fonte: A revista Bussines Standard, nº 18, 2008.

vinhas e reconversão, numa área de 1.165 ha, estes projectos absorveram 8,067 milhões de euros do total de 9 milhões de euros. 5,58 biliões de euros representam o valor total de subsídios provenientes do orçamento da UE, através do FEGA, para os agricultores romenos, atribuídos para o período 2007-2013. Na Roménia, temos 27.000 explorações agrícolas com mais de 50 ha. Os proprietários destas detêm 50% da área e solicitam apoio financeiro. Quase 70% do total de agricultores romenos não poderiam receber pagamentos directos dos fundos europeus, devido à pequena dimensão das propriedades agrícolas. A maioria dos agricultores romenos não podem receber financiamento conforme a Política Agrícola Comum da UE, seja porque as terras são demasiado pequenas, seja porque estes não beneficiam das informações e dos meios necessários ao acesso dos fundos.

Desde 2007, uma grande fazenda pode receber até 300.000 euros por ano, enquanto por uma pequena fazenda canaliza-se um máximo de 1.000 euros anualmente. Para beneficiar do dinheiro europeu, a superfície agrícola elegível não deve ultrapassar um hectare, e da parcela mínima agrícola no âmbito da exploração de 0,3 ha. O número total das quintas camponesas na Roménia é de cerca de 4,5 milhões. Destas, segundo estimativas do Ministério da Agricultura, cerca de 3 milhões de propriedades possuem áreas inferiores a um hectare. Nestas condições, os subsídios da UE em 2007, no valor total de 440 milhões euros serão compartilhados apenas entre os cerca de 1,5 milhões de agricultores que possuem ou arrendam mais de um hectare de terras agrícolas, dependendo da área detida. Além do tamanho da área de propriedade agrícola, um dos principais requisitos para aceder ao dinheiro é, seguir e respeitar as boas condições agrícolas e ambientais.

A formação das associações agrícolas pode ser uma solução tanto para uma absorção mais rápida dos fundos europeus como para a modernização das fazendas romenas, assim que atinja um nível europeu de desenvolvimento. A tendência da agricultura moderna praticada nos últimos anos nos países da UE é de reduzir o número de fazendas de pequenas dimensões e de aumentar a produtividade das explorações agrícolas, em que um pequeno número de agricultores cultiva áreas maiores. Através da associação dos produtores agrícolas nas explorações profissionais, as fazendas podem beneficiar de uma gestão agrícola adequada, de equipamentos avançados e de mercados

de venda seguros. Para o desenvolvimento rural a UE disponibilizou para Roménia 1,54 biliões euros.¹⁶

A Agência Nacional das Pescas e Aquacultura (ANPA) é a instituição responsável pela execução do programa, e a Agência para o Desenvolvimento Rural e das Pescas (APDRP) lida com a parte financeira. No âmbito do Programa Operacional das Pescas, a Roménia vai receber nos próximos sete anos através o Fundo Europeu para Pesca, cerca de 230.7 milhões euros, para o financiamento dos investimentos no domínio da pesca, da aquicultura e transformação, mas também para a organização de associações de produtores. A estes montantes adiciona-se cerca de 76,9 milhões euros, representando a contribuição nacional. De acordo com a ANPA, para o ano 2008 disponibilizaram-se cerca de 22.1 milhões euros, o valor do financiamento crescente para 45,3 milhões de euros em 2013.

O financiamento do sector das Pescas através o Fundo Europeu para a Pesca será executado em cinco eixos, mas no Programa Operacional das Pescas, foram mantidos apenas quatro das cinco propostas pelo Fundo Europeu das Pescas. No Eixo 1 – Adaptação da frota de pesca – os proprietários de navios e embarcações de pesca vão beneficiar de apoio para a compra de equipamentos avançados de forma a manter e preservar as capturas a bordo, mas também para manter o fio da produção – transformação – comercialização. Além disso, os pescadores poderão obter compensações socio-económicas para diversificar o seu trabalho, para formação desta actividade. O orçamento europeu previsto para o 1º eixo é de 23.1 milhões de euros nos próximos sete anos.

Um orçamento de 115,3 milhões euros está previsto para o segundo eixo – Aquacultura, pesca interior, transformação e comercialização dos produtos da pesca e da aquicultura. No âmbito deste programa podem ser construídas e actualizadas as herdades aquaculturas por agricultores privados e pelas organizações de produtores. Além disso, os pescadores e associações de pesca das águas do interior podem modernizar os barcos, criar pontos de desembarque, alterar o destino de navios, acedendo às medidas de pesca nas águas interiores. Não menos importante, os transformadores e as organizações de

¹⁶ Fonte: o jornal “Ziarul Financiar”, n.º 34, de 26 de Janeiro de 2010

produtores podem obter financiamento para a compra de novos equipamentos para o processamento, qualidade e segurança dos produtos.

Eixo 3 – Medidas de interesse colectivo – tem um orçamento de 57,6 milhões de euros para o período 2007-2013. Dentro deste eixo, as organizações de produtores, os órgãos públicos e semi-públicos podem fazer investimentos para a compra de equipamentos para a comercialização do peixe, para a utilização dos métodos de pesca inovadores, para os manuais de boas práticas no domínio da aquacultura, a melhoria das competências profissionais, tal como para o apoio à criação de organizações de produtores.

Para o quarto eixo – o desenvolvimento sustentável das zonas piscatórias – foram distribuídos 23,1 milhões de euros para a prosperidade socio-económica e a valorização dos produtos da pesca da aquacultura das áreas seleccionadas.

O quinto eixo tem um orçamento de 11,6 milhões de euros e prevê o fornecimento de serviços e assistência técnica.

A pesca desempenha um importante papel social e económico para a Roménia, mesmo que assegure menos de 1% do PIB. A rede hidrográfica da Roménia é de 843.710 ha, o que representa 3% da área total do país. Conforme o Programa Operacional das Pescas, no período 1995-2005 a produção pesqueira romena entrou em declínio, assim em 2005, ela representou apenas 19,23% do que em 1995. O consumo de peixe era, até 1990, cerca de 8 kg por habitante por ano, passando para 2 kg no período 1990-2000, para atingir 4,5 kg em 2005, principalmente devido ao aumento das importações. Assim, entre 2001 – 2005, o volume médio de exportação foi de 693,37 toneladas/ano, em comparação com a das importações, que atingiu 60 336,40 toneladas/ano.

O Fundo Europeu das Pescas para o período 2007 – 2013 tem um orçamento de 3,8 biliões de euros, dos quais a Espanha vai receber 1 bilião de euros, seguida da Polónia – 651 milhões e Itália, 376 milhões de euros.

Considerando-se os pontos fortes, as diferenças, as deslocações e as oportunidades identificadas, a estratégia a médio e longo prazo proposta pelo PNADR teve os seguintes objectivos estratégicos:

- o desenvolvimento sustentável de um sector agro-alimentar competitivo através da modernização e melhoria da transformação e comercialização de produtos agrícolas e das pescas;
- o crescimento das normas de vida nas áreas rurais através da melhoria e desenvolvimento das infra-estruturas sociais e pela definição e implementação de boas práticas agrícolas necessárias para uma agricultura sustentável e desenvolvimento rural;
- o desenvolvimento da economia rural através a criação e modernização de imóveis para as explorações florestais privadas, o desenvolvimento e a diversificação das actividades económicas, para manter e/ou criar uns lucros alternativos, suplementares e novos empregos;
- o desenvolvimento dos recursos humanos através da melhoria da formação profissional dos produtores agrícolas e proprietários de terras florestais e pela construção e fortalecimento da capacidade institucional.¹⁷

As negociações com os funcionários europeus clarificaram igualmente o assunto da vinha híbrida, pois obteve-se um período de “graça”, de oito anos após a adesão, para substituir as vinhas “proibidas” pelas nobres. Apenas 30 mil ha foram considerados pela UE como híbridas proibidas que devem ser substituídos, em comparação com os mais de 250.000 ha de vinhas, dos quais a maioria recebeu o “ok” europeu. A boa notícia é que os pequenos agricultores vão continuar a fazer vinho caseiro porque as vinhas com uma área inferior a 0,1 ha não devem ser substituídas. O mesmo não pode ser dito acerca do leite, a este a UE aprovou só uma quota de produção de 3 milhões de toneladas pelos quais irá conceder subsídios, sobre uma produção 15 vezes maior. Uma situação quase similar é encontrada no sector do açúcar, onde fomos desclassificados porque foi tomada em conta a baixa produção dos últimos anos. Consequentemente, os desfavorecidos foram os produtores de beterraba de açúcar, que obtiveram uma quota de apenas 12,5% da produção total. Em contrapartida, com o açúcar obteve-se uma quota que cobre totalmente o consumo interno real da Roménia. A UE reconhece formalmente alguns dos nossos produtos tradicionais: palinca, tuica, o salame de Sibiu, salsichas Pleşcoi, compotas e cerca de 50 tipos de queijos (ver o Quadro nº 3, em anexo).

¹⁷Fonte: www.fonduri-finantari.eu, consultada em 3 de Março de 2010.

III.3. O papel da agricultura e da política agrícola na Roménia

A agricultura é um ramo fundamental da economia romena. A contribuição da agricultura e da silvicultura em relação ao PIB no período 1989 – 2000, foi constante e significativa, distinguindo-se um crescimento do peso de 13,7% em 1989 para 18,6% em 1992. O peso foi mantido até 1996, depois houve uma diminuição para 12,9% em 1999 e 11,4% em 2000. A população economicamente activa ocupada neste sector revelou uma tendência crescente, em particular porque foi demitido pessoal dos sectores das indústrias reestruturadas, representando 40,6% em 2000 comparado a 27,5% em 1989.

A agricultura agiu como um tampão contra a transição socio-económica do trabalho, através da absorção da força de trabalho disponibilizada pelas indústrias urbanas. Da área agrícola total de 14.856.845 ha ao final de 2000, a superfície arável representa 63,2%, as pastagens e os prados de 33,3%, o restante tem sido ocupado por vinhas e pomares. A área coberta com florestas, 6.669.933 ha, representa 27,7% da área total do país.

O sector privado é o principal proprietário das terras agrícolas, verificando-se no final de 2000, 8.098.300 ha de terras aráveis do total de 9.379.740 ha, 210,2 mil ha de vinhedos do total de 271,7 mil ha, 174,6 mil ha de fruticultura do total de 254,9 mil ha e 4.303,2 mil ha de pastagens e prados do total de 4.925,9 mil ha.¹⁸ As explorações agrícolas privadas são organizadas da seguinte forma: 10,9 mil explorações agrícolas numa área de 2.475 mil hectares, com uma média de 227,1 ha e 4.170,3 mil fazendas individuais, numa área de 10.311 mil hectares, com uma média de 2,47 ha cada.

O volume da produção agrícola global (PAG) caiu 3% em 1990 relativamente a 1989. No período 1990-2000, a produção de cereais oscilou entre 12 e 22 milhões de toneladas, devido às condições climáticas, à divisão dos terrenos, assim como à deterioração do sistema de irrigação. Em 2000, a produção vegetal caiu 20,4% em comparação com 1999, devido, principalmente à seca que afectou a Roménia. Durante 1990-2000, os efectivos animais foram reduzidos quase pela metade devido ao colapso da criação das cooperativas especializadas na criação de animais e na eliminação dos subsídios para as explorações agrícolas do Estado.

¹⁸ Fonte: INS.

A tendência da queda do nível da produção animal foi causada pela redução da procura doméstica por carne no mercado interno. Os pequenos produtores ajustaram o efectivo de animais para um nível adequado às necessidades de consumo próprio e às possibilidades limitadas de comercialização dos produtos da pecuária nacional no mercado interno. Antes de 1989, a Roménia era um exportador líquido de produtos agrícolas. Desde 1990, a Roménia tornou-se um importador líquido de produtos agrícolas. De 1990 até 2000, revelaram-se três grandes fases na evolução do comércio de produtos agrícolas na Roménia:

- 1990-1993, a balança agrícola comercial foi fortemente negativa;
- 1994-1997, a balança comercial agrícola melhorou;
- 1997-2000, fortes oscilações na balança comercial agrícola.

Em 2000, o volume total das trocas comerciais da Roménia de produtos agrícolas ascenderam a 1.270,5 mil dólares americanos, dos quais as exportações romenas foram 338,5 mil dólares americanos e as importações 932,0 mil dólares americanos. A balança comercial com produtos agrícolas registou um défice de 593,5 mil dólares americanos. A exportação consistia, principalmente, de produtos agrícolas não transformados, com valor acrescentado reduzido, como são os animais vivos, sementes e as oleaginosas. Os únicos produtos agrícolas processados e exportados em quantidades relativamente relevantes eram o óleo de girassol e os vinhos. O principal parceiro comercial da Roménia, no domínio do comércio com produtos agrícolas, já era a UE, com que realiza mais de 33% do total das trocas comerciais. O segundo parceiro importante é o CEFTA, (Central European Free Trade Agreement) que detém cerca de 20% do comércio externo com produtos agrícolas da Roménia.

Os objectivos prioritários prosseguidos pelo Programa do Governo para o período 2001 – 2004 foram o aumento da produtividade e da qualidade, o aumento dos rendimentos dos agricultores e o desenvolvimento sustentável da área rural de acordo com as exigências de protecção ambiental, a fim de criar um sector competitivo que atendesse à procura do mercado comum.

A Roménia tem prosseguido uma política de privatização e de reestruturação da agricultura, de apoio à produção agrícola, dentro dos recursos orçamentais disponíveis e de liberalização do comércio com produtos agro-alimentares. A privatização das terras

agrícolas levou à criação de milhões de explorações agrícolas familiares, de pequenas dimensões, que produzem, com baixa eficiência, principalmente para auto-consumo.

O Estado prestou apoio em 50% da compra de sementes, material certificado para a plantação e em 55% da compra de tractores e máquinas agrícolas. Outros apoios referem-se à isenção do imposto sobre o lucro aos agricultores individuais, à bonificação de juros sobre os empréstimos para o financiamento da produção agrícola, ao suporte pelo Orçamento do Estado dos custos de armazenamento e conservação de cereais e oleaginosas. O apoio interno oferecido aos agricultores não ultrapassou 10% do valor total da produção agrícola, de acordo com as disposições pertinentes da OMC para os países em desenvolvimento. Os investimentos na agricultura em 1999 cresceram a cerca de 4.000 biliões de lei¹⁹, dos quais o sector privado detinha uma quota de 91,6%.

A Roménia passou por dificuldades devido à concorrência, tanto no mercado interno como nos mercados mundiais, de produtos altamente subsidiados dos seus parceiros comerciais. Nesta situação, a Roménia tem implementado desde 1999, no âmbito de CEFTA, a cláusula de salvaguarda sobre as suas importações de trigo e farinha da Hungria e em 1999, 2000 e 2001 sobre as importações de carne de porco e de aves deste país. Devido à insuficiência de recursos orçamentais, as possibilidades da Roménia para subsidiar as exportações foram severamente restringidas. A Roménia cortou até ao ano de 2005 os gastos com subsídios à exportação em 24% e o volume de exportações subsidiadas em 14%. O comércio interno de produtos agrícolas foi liberalizado. A partir das orientações do Programa do Governo, o Ministério da Agricultura, Alimentação e Florestas desenvolveu “A Estratégia para o desenvolvimento da agricultura, da indústria Alimentar e Floresta”, durante 2001 – 2005, a fim de integrar rapidamente a Roménia nas estruturas europeias.

As principais áreas de agricultura

No domínio da produção vegetal e da análise da estrutura das áreas cultivadas com as principais culturas, resultou uma alta proporção (de mais de 60%) dos cereais em detrimento de outras culturas (ver o Quadro nº 1, em anexo). Nesse período, houve também um aumento do peso das culturas das plantas técnicas (16,3%).

¹⁹ Moeda nacional romena.

Essa estrutura é desfavorável, enquanto as produções médias para os cereais de palhas são relativamente pequenas, variando de ano para ano. Assim, de todo o período analisado, apenas em 1999 e 2001 se excedeu a produção em 1998. A produção média foi de 2.048kg/ha de trigo e centeio em comparação com o potencial médio do país de 5500-7000 kg/ha e no cultivo da produção de milho a produção média foi de 3042 kg/ha em comparação com um potencial de 8.000 kg/ha de grãos de milho. O ano de 2003 foi o mais desfavorável sob o aspecto climático para essas culturas, pelo que a produção de trigo e centeio ficou em 55,7% da produção do ano 1998 para essa cultura, e a da cevada em 68,5%. As condições naturais constituem o factor dominante que determina ainda o nível destas produções. Através das aplicações das tecnologias modernas, incluindo a irrigação em áreas de baixa altitude quando a seca se mantém, estes limites da produção podem ser ultrapassados.

No que respeita à área de viticultura e do vinho no período de 1998-2003 as áreas cultivadas com variedades nobres no fruto diminuiu de 138.400 ha para 115.800 ha. Foram apuradas as áreas de terra cultivadas com vinhas que tenham excedido o período ideal de valorização da produção. A falta de produção deveu-se ao facto da área desbravada ser maior do que a área plantada.

Durante o mesmo período, a área ocupada por vinhas híbridas, que pertencem quase inteiramente às propriedades camponesas, mostraram uma tendência ascendente, aumentando de 115.500 ha para 117.500 ha. No âmbito das negociações com a UE (Capítulo 7 “Agricultura”), foi aprovado uma área de 30.000 ha de vinha híbrida para replantação com vinha nobre (o período de transição estabelecido em 2007 foi de 8 anos). O esforço financeiro para estabelecer as vinhas nobres ascende a 10.000 euros/ha, o que se traduz num total de 300 milhões de euros.

A produtividade baixa das vinhas nobres para vinho na Roménia representa uma lacuna importante contra a média dos países membros da UE (30 hectolitros de vinho por ha na Roménia contra uma média de 50 hl de vinho por ha na UE). A superfície agrícola ocupada por pomares e viveiros no período de 1998-2003 diminuiu de 263,0 mil hectares em 1998 para 227,0 mil hectares em 2003.

Em conclusão, deve-se dizer que na agricultura romena é necessário fazer um esforço especial, tecnológico, organizacional, económico, social, para alcançar maior produção em todo o território e mesmo em condições climáticas menos favoráveis.

O sector da pecuária tem sido um dos problemas mais difíceis de ultrapassar da agricultura romena. A Roménia registou uma diminuição de animais e aves de capoeira a partir de 1990, tendência que se manteve também durante os anos 1999-2004. No período em análise, houve uma diminuição contínua do gado (sendo mais reduzido em 2004 com aproximadamente 7,8% em relação ao nível registado em 1999), suínos (em 2004 os efectivos reduziram-se em mais de 28,5% versus ao nível registado em 1999) e ovinos (em 2004 os efectivos foram reduzidos em mais de 11,4% versus ao nível registado em 1999). A redução dos efectivos de gado deveu-se por um lado, ao aumento dos preços na alimentação causada pela seca prolongada no período 2000-2003 e, por outro lado, pela concessão de subsídios aos produtos de origem animal que abrangiam apenas uma pequena parte dos custos de produção. Contudo, “O Plano de recuperação para os efectivos pecuários”, lançado pelo Ministério da Agricultura em 2003 marcou o início da situação de recuperação.

Além disso, os cavalos são as únicas espécies de animais que registaram um aumento, ou seja, 6,9% em 2003 em relação a 1998, devido ao facto dos pequenos agricultores precisarem de animais para trabalho, para o trabalho agrícola, inclusivamente o transporte da produção ou outros materiais. Os aumentos são registados também nos efectivos de rebanhos (em 2003 aumentou 16,1% em comparação com os efectivos de 1998).

No que refere ao número de culturas de abelhas, depois de uma redução contínua até ao período de 1999-2000, o número destas começou a aumentar, ultrapassando em 2004, 24,7% o número de culturas de 1998. Em 2003 registaram-se aumentos em comparação a 1998 na produção de carne de gado (24%), ovinos (4,6%) e aves (25,9%), mas a produção de carne de suínos permaneceu abaixo do nível do ano 1998 (ver o Quadro nº 2, em anexo). Para a produção de leite, a recuperação começou em 2002. A produção de lã diminuiu continuamente devido ao desinteresse que mostrou a indústria de transformação na utilização de matérias-primas locais. A produção de ovos registou um crescimento de ano para ano devido ao aumento da produção em aviários.

A contribuição da agricultura para a produção final da economia nacional situou-se no período 1998-2002 entre 13,5% (1998) e 12,8% (2002) e, no âmbito deste, o peso principal recai sobre o sector vegetal (entre 54,7% em 1998 e 42,5% em 2002), seguido pelo sector da pecuária (entre 39,8% em 1998 e 24,4% em 2002). Os serviços de apoio à agricultura tiveram um peso muito baixo (entre 2,5% e 1,8%). Essa situação reflecte um baixo nível de intensificação da produção agrícola através da produção de gado, tendência presente em todas as agriculturas em transição. A estrutura do VAB (valor acrescentado bruto) da agricultura, pelas regiões em desenvolvimento, apresentou no período 1998-2001 uma diversidade relativamente ampla, de 21% na região Bucareste-Ilfov, em 2000-2001, para 12,3% na região Nordeste em 2002.

A produtividade do trabalho em comparação com a média nacional (medida pelo rácio entre o VAB, nos preços em 2003, e a população ocupada com idade superior a 15 anos) teve uma forte tendência de queda durante 1998-2002, registando um nível de 27,5 em 2002 em comparação com 42,3 em 1998.

III.4. As principais alterações no enquadramento industrial

O sector industrial é o primeiro grande contribuinte para o valor acrescentado nacional. Portanto, a evolução do sector da indústria afecta significativamente o crescimento económico do país.

A indústria representa um terço do total do valor acrescentado, e a indústria transformadora produz 80% do valor adicionado industrial. O sector da manufactura foi um dos motores do crescimento durante o ciclo de crescimento expansionista, a taxa de crescimento anual mantinha-se entre 10% e 4%, o padrão de vida apresentando uma tendência positiva. A produtividade na indústria cresceu a uma taxa de crescimento média anual de 10% durante o período de 1999-2003, enquanto na indústria foi de 11%. O salário líquido mensal real da indústria aumentou em 3,1% ao ano e na produção 2,6%, o custo real mensal de trabalho (deflacionado pelo índice de preços do sector) não se alterou no período analisado na indústria, enquanto na produção anual diminuiu com 0,8%. O sector industrial é dominado por grandes empresas que produzem 73% da facturação, 84% do valor acrescentado bruto e empregam 66% do emprego industrial. Os sectores de maior produção são os alimentos, metalurgia, petróleo bruto, produtos

químicos, máquinas, equipamentos e meios de transporte rodoviário. Este sector representa 70% da produção industrial.

Os investimentos no sector da indústria aumentaram em 2001 relativamente a 1999, em 5%. A exposição externa e concorrência estrangeira (taxa de produção de importação) tiveram evolução positiva na maioria dos sectores. Apesar do grande declínio desde 1990, o sector industrial continua a representar um terço do valor acrescentado bruto total.

Há cinco ramos industriais cuja participação na produção industrial é superior a 5%. Estes ramos são os alimentos, vestuário, processamento de petróleo bruto, produtos químicos e metalurgia. Estes ramos representam juntos 68% da manufactura. As principais alterações na estrutura de produção industrial nos últimos dois anos (2002 e 2003) foram: o declínio da quota de alimentos e o aumento da quota de processamento de petróleo bruto, produtos têxteis e de sectores de metalurgia. A maioria dos sectores, com excepção dos produtos químicos, papel e celulose, apresentavam em 2003, 80% de sua capacidade total.²⁰ Parece que a maioria dos sectores transformadores não enfrentaram restrições de oferta. Os preços e as quantidades na maioria dos sectores industriais foram conduzidos, principalmente, por mudanças na procura.

A taxa de crescimento anual da produtividade foi maior do que a queda anual do emprego, indicando que o crescimento da produtividade não foi apenas o resultado do corte de postos de trabalho, mas também da melhoria da eficiência deste. A produtividade na indústria cresceu a uma taxa de crescimento médio anual de 10% no período analisado, enquanto em 11% na manufactura. O salário líquido mensal real da indústria aumentou em 3,1% ao ano e na produção 2,6%, o custo real mensal de trabalho (deflacionado pelo sector “índice de preços”) não se alterou no período analisado na indústria e na produção anual, diminuiu com 0,8 %. A diferença de crescimento entre os salários e o crescimento da produtividade constitui um impulso inflacionário doméstico. Em média no sector da manufactura não houve pressões inflacionárias durante o período analisado, com excepção de bens de couro, construção metálica e rádio, precisão médica, aparelhos de TV e equipamentos de comunicação. Também estes sectores estão expostos a perder competitividade no caso da apreciação da moeda nacional.

²⁰ Fonte: INS

A privatização é um assunto complexo com profundas implicações sociais, económicas e técnicas, de modo que, normalmente, exigem uma preparação muito cuidada. Na maioria dos países a preparação da privatização inclui várias etapas, a partir de um redesenho completo da empresa (no caso das menos lucrativas) até a reorganização da forma a atrair investimentos de capital.

A lei 58/1991 estabeleceu o âmbito da privatização através da criação de dois instrumentos institucionais: o Fundo da Propriedade Estatal, uma instituição pública que gere as acções detidas pelo Estado, representando 70% do capital de todas as empresas sujeitas à privatização; cinco Fundos Regionais da Propriedade Privada, organizados sob a forma das todas as sociedades submetidas a privatização: estes 30% eram para ser distribuídos de forma livre pela população sob a forma de milhões de certificados nas acções com valor nominal igual.

Apesar das inúmeras mudanças na legislação de referência, estas duas instituições deixaram a sua marca no processo de privatização. O Fundo da Propriedade Estatal, criado inicialmente para trabalhar não mais de sete anos, alargou a sua actividade, e, em 2001 mudou o nome para Agência de Privatização e Gestão das Propriedades do Estado (APAPS). De um portfólio de mais de 7.000 empresas estatais em 1993, mantinha-se menos de 400 que deviam se tornar privatizadas até o final de 2002. Os Fundos da Propriedade Privada transformaram-se mais tarde, em Sociedades de Investimento Financeiro e representam neste momento accionistas muito importantes na Bolsa de Valores de Bucareste (ver o Quadro n.º4, em anexo)

A privatização tem sido frequentemente considerada um remédio para a ineficácia das empresas pertencentes ao Estado e para a falta dos fundos provenientes do orçamento central. A privatização cria melhores condições para a reestruturação, muitas vezes através de uma melhor gestão das empresas e dos fluxos de capital. Contudo, como mostram vários casos na Roménia, a privatização não tem sempre um final feliz, por várias razões: condições do mercado desfavoráveis, concorrência desleal, pressões sindicais, os mecanismos de compensação com que os novos proprietários não estão familiarizados ou a incapacidade do novo dono compensar os prejuízos característicos das empresas privatizadas. Mesmo assim a privatização pode ser vista como um indicador

de escala que opera na reestruturação da economia, sob a forma de redistribuição de recursos.

Um dos resultados das privatizações foi a injeção da grande parte dos fundos na economia romena (49% de acordo com o relatório WIIW em 2002), por via dos investimentos directos estrangeiros, que desenvolveremos a seguir. A contribuição no PIB dos lucros resultantes das privatizações diminuiu nos últimos anos (de 1,8% em 1998 para 2% em 2002), tanto pela diminuição do número de contratos de mais de 1.000 por ano entre 1997 e 1999 para pouco mais de 100 por ano em 2001 e 2002 como também pelo crescimento do PIB. Isso não significa que o processo de privatização tenha ficado concluído. Conforme o relatório APAPS em 2002, os lucros de privatizações em 2002 foram de 84,8 milhões dólares e mais de 250 milhões foram para os investimentos. As maiorias dos compradores foram residentes. Considerando que o volume anual do IDE foi de cerca de 1 bilhão dólares americanos, significa que quase 9 em cada 10 milhões de dólares americanos, dos fundos IDE tenham entrado na Roménia, através de investimentos Greenfield.²¹

O ano 2001 foi marcado pelo sucesso da privatização da SIDEX (comprada pelo grupo anglo-indiano LNM), que é o maior produtor de aço no sudeste da Europa e também o maior *buraco negro* da economia romena. Um estudo recente desta privatização (Voinea Liviu, 2003) sugeriu que um tal final feliz não voltará a repetir-se a menos que uma certa combinação de certos factores seja cumprida: a existência de uma indústria dos bens de consumo ou, pelo menos uma que deseje fortalecer a procura, a existência da procura para os produtos da empresa em causa e de um investidor interessado nos mercados emergentes. A Petrom foi vendida em 2004, mas, como também noutros casos como a Romtelecom ou Distrigaz Sud, o comprador é uma empresa cujo principal accionista é o Estado, um Estado estrangeiro (austríaco – para a Petrom, francês – para a Distrigaz, e grego para a Romtelecom). Isto levanta um problema moral: podemos falar de privatização nestes casos? Estritamente, eles são a aquisição duma empresa estatal por uma outra empresa do Estado.

²¹ Tipo de investimento que começa do zero com um projecto e no final se obtém uma unidade industrial perfeitamente funcional numa região onde não havia qualquer estrutura nessa industria ou produto.

No âmbito da entrada de capital estrangeiro para a Roménia, nos primeiros anos de transição, 1990-1995, dominaram os fluxos oficiais dos credores multilaterais, mais tarde, 1996-1997, aumentaram os investimentos de portfólio e as dívidas externas privadas ao curto prazo. O IDE foi dominante apenas em 1998-1999, quando o volume dos fluxos especulativos foi claramente negativo. O total de entradas do IDE na Roménia no período 1990-2003 chegou aos 10 biliões de euros. O IDE aumentou substancialmente desde 1997. (ver Quadro nº 5, em anexo)

Os fluxos de IDE foram relançados numa época de recenseamento acentuado. Os anos de 1997/1998 e 1999 foram os testemunhos de um declínio dramático da procura interna, do aumento da taxa do desemprego e da diminuição dos salários.

A maioria dos fluxos de IDE estão concentrados na indústria (44,4%), o restante distribuiu-se pelo comércio a grosso (14,4%), serviços (17,0%), transportes (17,4%), construção (4,5%), agricultura (3,6%) e turismo (3,1%). Os investidores mais importantes na Roménia são: Holanda (14,3%), Alemanha (9,5%), França (8,4%), EUA (7,9%), Chipre (6,8%), Áustria (6,7%) e Itália (6,6%).²²

No que se refere à indústria de manufactura, as empresas com capital estrangeiro representam mais de um terço do capital de acções, 33,4% em 2001 em comparação a 4% em 1995, um quarto da força de trabalho e 43,9% das exportações.²³

Alternativo, Liviu Voinea,²⁴ considerou, com base nos dados da Câmara de Comércio, que a parte dos IDE dos lucros da indústria manufactureira cresceu de 5% em 1995, 11% em 1998 e 29% em 2001. Os sectores que registaram uma quota de mercado superior à média do capital estrangeiro foram a indústria alimentar, a indústria de minerais não ferrosos, a indústria metalúrgica, de máquinas e equipamentos, de equipamentos eléctricos e ópticos, e a indústria dos meios de transporte. Para o resto dos sectores, como a indústria têxtil, do vestuário e de calçados, móveis, que ultrapassam 55% das exportações romenas para a UE, a presença mais fraca do IDE é amplamente compensada por meio da contratação (principalmente empréstimo), através de intermediários (ver o Quadro nº 6, em anexo).

²² Os números acima mostram o valor total do IDE até ao final de 2001 (dados fornecidos pela Câmara de Comércio)

²³ Fonte: Câmara de Comércio da Roménia

²⁴ Analista financeiro

O grau de abertura ao comércio externo aumentou de 43% em 1993 e de 55% em 1999 para 74% em 2003. Criaram-se novas relações comerciais, em especial com a UE, e o volume de transacções entre a UE e a Roménia aumentou vertiginosamente de menos de 4 biliões de dólares americanos no início de 1990 para mais de 20 biliões de dólares americanos uma década depois. As novas relações com a UE têm sido acompanhadas por um processo de aprendizagem, reflectido para melhorar o grau de cobertura do comércio externo (a relação entre exportações e importações) de 62% em 1992 para 90% em 2003. As novas relações comerciais foram feitas também com os países CEFTA, mas neste caso, o grau de cobertura caiu de 54% antes de adesão à CEFTA (1997) para 44% em 2003.

O comércio externo romeno baseia-se principalmente na indústria dos têxteis, do vestuário e das máquinas e equipamentos, sendo a indústria do vestuário o maior exportador da Roménia (25% do valor das exportações), seguido pelo sector de máquinas e equipamentos. As exportações destes dois sectores estão, de facto, dependentes das importações de matérias-primas e a maioria das exportações é feita no sistema baseado em contratos de sistema *lohn* ou contratos de licença.

Dados de 2002 (José C, Elsa V., 2002) mostram que a Roménia tem a menor percentagem de taxa de importação de bens intermediários (mercadorias sujeitas a mudanças, mas que estão em vários estágios do processo de produção, tais como o aço, a madeira, o carvão, se não é bem final) de todos os países candidatos à UE. O enorme défice da balança comercial de bens intermediários torna-se num indicador relevante por falta de integração dos produtos romenos na rede internacional de produção e distribuição. A tendência do comércio exterior da Roménia nos últimos 10 anos foi de fazer comércio mais com os bens diferenciados verticalmente (ou seja, aqueles bens do comércio intra-industrial que têm níveis de qualidades diferentes, e cujo o preço pode aumentar se for exportado, se inclui um stocks de conhecimento quanto maior possível, o que é especialmente verdadeiro para os países desenvolvidos economicamente); assim os produtos baratos e de má qualidade permanecem dominantes (Constantin C., 2002).

Se considerarmos o preço como um indicador de qualidade, então dois terços das exportações da Roménia são de baixa qualidade; a concorrência vai para o nível do preço, e não da inovação. No entanto, pode-se notar (ver o Quadro nº 7, em anexo) um ligeiro

aumento das exportações de alta qualidade, incluindo um IVA maior, enquanto a estrutura do comércio externo continua a ficar, da perspectiva da relação qualidade-preço, uma das mais desequilibradas entre as economias candidatas para a integração.

O desenvolvimento e a diversificação do sistema bancário romeno principalmente, através da privatização, assim como pela expansão do crédito, das redes bancárias e do mercado de capital, praticamente inexistentes na economia socialista, representou uma outra direcção importante da política económica, dos governos romenos após 1989.

A exposição externa (relação entre a produção para exportação) e a concorrência estrangeira (taxa de produção de importação) tiveram uma evolução positiva na maioria dos sectores. Enquanto 68% da produção do sector de produção foi exportada, as importações no sector industrial representaram 83% da produção. Metade das exportações romenas estavam concentradas em quatro indústrias de vestuário, couro e calçados, metalurgia e máquinas eléctricas. Este padrão não se alterou nos últimos quatro anos (2000-2004). 40% das importações romenas estavam concentradas em três sectores têxteis, produtos químicos, máquinas e equipamentos.

De acordo com os números de 2003, a exposição externa é superior à concorrência estrangeira em vestuário, couro e calçados, transformação de madeira e outros meios de transporte. Em todos os outros sectores, excepto máquinas e aparelhos eléctricos, onde a exposição externa é igual a competição estrangeira, a concorrência externa é maior do que a exposição externa. Para a maioria dos sectores o consumo intermediário de produção própria é baixa. O consumo intermediário pode ser originário de importações. Se a participação das exportações na produção é inferior à quota de importação do consumo intermédio, a depreciação da moeda nacional tem, *ceteris paribus*, um efeito negativo sobre a rentabilidade. Isso acontece mais provavelmente para os sectores que produzem bens não-transaccionáveis (para o mercado interno). Esses sectores, a fim de compensarem os efeitos negativos sobre a depreciação da moeda e manter a rentabilidade devem, ou aumentar os seus preços ou reduzir outros custos (salariais e capital).

Há sectores onde as exportações excedem a produção (têxtil, couro e calçados, transformação de madeira, rádio, televisão e equipamentos de comunicações, mobiliário). Isso pode ser explicado apenas pela exportação das mercadorias importadas. Há poucas

excepções, como vestuário, processamento de madeira, processamento de petróleo, metalurgia, produtos minerais não-metálicos e outros meios de transporte.

III.5. A privatização do sistema bancário na Roménia

A reestruturação do sistema bancário romeno começou no final dos anos 90, após o surgimento dos problemas que abalaram o ambiente financeiro, levando a várias falências, algumas dessas instituições de crédito tendo uma posição bastante importante naquele momento no mercado. Outros bancos em dificuldade foram salvos depois de terem sido comprados por investidores estrangeiros ou absorvidos por outras instituições de crédito, como aconteceu com o Bancorex. A aquisição do BCR pelo grupo austríaco Erste foi concluída no Outono de 2006, embora o vencedor já tivesse sido anunciado desde Dezembro de 2005.

O Erste Bank transferiu em Outubro de 2006 o dinheiro para o pacote de acções comprado, participação que tem aumentado ulteriormente. O montante que o Estado romeno recebeu foi de 2,2 biliões de euros, o resto do dinheiro voltando para o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (BERD) e International Finance Corporation (IFC), que detinham pacotes de acções representando 12,5% do capital social do banco.

O sector bancário romeno tem experimentado também outros movimentos importantes. Alguns destes foram determinados pela evolução da situação ao nível global, pelas oportunidades que apresenta o mercado romeno na posição do novo Estado-Membro da UE. Um impacto importante foi a fusão em 2006, da HVB Bank com que o BC Ion Tiriac, juntamente com a UniCredit, que formaram um dos melhores jogadores no sistema bancário romeno em 2007.

O ano 2006 foi marcado pela entrada no mercado de jogadores internacionais, que compraram bancos romenos. Assim, em Março, o banco C.F. Firenze assumiu por 30,5 milhões de euros o pacote de 56,23% das acções Daewoo Bank Roménia, o nome alterou-se em Maio de 2006 para CR Firenze Roménia. Mais tarde, os italianos anunciaram investimentos de dois milhões de euros e projectos para o desenvolvimento do sector de retalho. Além disso, o ATEbank, o quinto maior banco na Grécia, pagou

32.06 milhões de euros para 50,94% das acções do Banco para a Pequena Indústria e Livre Iniciativa Mindbank.

No final de 2006, no sistema bancário romeno encontravam-se activas 38 instituições de crédito, das quais sete eram filiais de sucursais de bancos estrangeiros. Das 38 instituições, cinco têm capital maioritário romeno. O peso dos activos líquidos dos cinco bancos romenos cresceu em Dezembro de 2006, segundo os dados do BNR, aproximadamente 11,4% o valor dos activos sendo de 19,6 biliões de lei (5,8 biliões de euros).

Os principais investidores no sistema bancário romeno eram, em 2006, os austríacos. A participação destes no capital dos bancos era de 2,25 biliões de lei, o equivalente a uma quota de 23,9%.

Fortes agentes económicos internacionais entraram na Roménia quer através da compra de uns bancos já existentes, quer criando as suas próprias estruturas, atraídos pelas perspectivas e oportunidades do mercado romeno decorrentes tanto pela adesão à UE, bem como pelo potencial de desenvolvimento oferecido pela Roménia. (ver o Quadro nº 8, 9, 10 e 11)

Os primeiros anos após a Revolução significaram, para o sistema bancário romeno, como para toda a economia, um período de busca, caracterizado pelo surgimento de um grande número de jogadores. Alguns conseguiram sobreviver até agora por conta própria, outros fundiram-se e alguns, e não poucos, chegaram à falência. Logo após os anos 90, vimos um apetite extremamente elevado dos investidores privados, interessados em investir em novas instituições de crédito. A Roménia era um país em desenvolvimento, com um grau de risco relativamente alto, mas simultaneamente com ganhos elevados. Desde 1997, começou um amplo processo de melhoria do sector bancário, o período 1997-2003 foi marcado por uma série de escândalos e falências. Seis bancos, alguns deles colocados entre as maiores instituições de crédito na Roménia, naquele momento, foram para a falência, o Banco Albina, Bancop, Banco Internacional de Religiões, Banco Turco-Romeno, o Banco Romeno de Scont e o Banco Columna. Até ao ano de 2000, o sistema bancário romeno foi caracterizado por uma efervescência extrema, as instituições de crédito entravam e saíam do mercado a um ritmo impressionante, mas compreensível para um país que ainda busca uma direcção. Após o ano de 2000, as coisas começaram a

se estabelecer. Mesmo se depois do ano de 2000 foi pronunciada a falência da maioria dos bancos, foi apenas o efeito dos anos em que o sistema funcionou de forma caótica. Após o ano de 2000, o número dos jogadores do mercado continuou a flutuar, mas a um ritmo um pouco mais calmo. A percentagem dos activos em PIB oscilou de ano para ano, dependendo das condições do mercado, embora o nível registado na Roménia continuasse a ser inferior à média da UE.

Com a adesão da Roménia à UE em 1 de Janeiro de 2007, entrou em vigor “a nova lei bancária”, representada pelo artigo n.º 99/2006 sobre as instituições de crédito (OUG99/2006). OUG99/2006 revogou a antiga lei bancária número 58/1998, que ajudou ao longo dos anos para o desenvolvimento do sector bancário. Uma evolução que, através da adesão à UE, devia ser prosseguida nas bases duma nova lei. OUG99/2006 faz uma distinção clara no que se refere à regulação da maneira em que tem acesso no mercado da Roménia, as instituições da UE tal como as de fora da UE.

As instituições de crédito da UE podem usar duas maneiras através das quais podem chegar a executar actividades na Roménia, nomeadamente seja através duma sucursal, seja pela prestação de serviços directamente. Estes dois métodos reflectem o princípio comunitário segundo o qual no interior da UE as empresas comerciais devem ter o poder para escolher entre seja prestar serviços directos num outro Estado-Membro, seja ter o direito de estabelecer uma entidade no território de outro Estado-Membro. Quando se trata de instituições de crédito que optam por “permanecer” na Roménia, esta entidade assume a forma de uma afiliada.

Segundo as informações publicadas pelo BNR, até agora um total de 58 instituições de crédito dos Estados-Membros da UE notificaram a sua intenção de exercer actividades directamente na Roménia. Além disso, é importante notar que a maioria das instituições de crédito da UE notificaram a intenção de realizar todas as actividades realizadas por OUG99/2006, o que confirma uma vez mais o interesse para o mercado bancário na Roménia.

Em conclusão, no período de transição de 1995-2007, no plano económico, foram feitos progressos em toda a economia romena. Ao nível das principais actividades económicas os progressos foram evidentes, embora desiguais, e muitas vezes realizados

de forma inadequada, especialmente devido ao financiamento recebido da UE (através fundos de pré-adesão) e dos agentes económicos externos privados (através os IDE).

No entanto, é importante para analisar também avaliar a contribuição dos fundos estruturais recebidos da EU, após 1 ano, como país membro com plenos direitos.

Capítulo IV:

As fontes de financiamento da UE na Roménia

Neste capítulo vamos apresentar o financiamento da economia romena através dos instrumentos financeiros da UE, nomeadamente com base no Plano Nacional de Desenvolvimento adoptado pelo Governo Romeno, nomeadamente a programação ALOCAREA desses fundos e a realização efectiva da absorção destes.

IV.1. Os instrumentos estruturais e oportunidades de desenvolvimento para a Roménia

Após a adesão à UE, a Roménia tem participado como membro com direitos plenos na política de coesão da UE. Nesta política, a Roménia tem recebido apoio financeiro, através dos instrumentos estruturais, para o sustento do desenvolvimento económico do país, e o volume dos fundos disponíveis foi muito maior do que os recebidos através dos programas de pré-adesão PHARE, ISPA e SAPARD.

O acesso aos fundos estruturais da UE permitiu à Roménia o desenvolvimento equilibrado das regiões mais atrasadas, a modernização da infra-estrutura de transportes e do ambiente, a garantia de um desenvolvimento rural sustentável, a criação de novas oportunidades de emprego, especialmente nas áreas rurais e a promoção de políticas sociais que conduzam à melhoria da qualidade de vida.

A UE é uma das mais prósperas áreas do mundo, economicamente e potencialmente, uma das mais competitivas. No entanto, as disparidades no que se refere à riqueza e à produtividade entre os Estados-Membros e as regiões destes representam uma fraqueza estrutural maior. Na UE há mais de 19 milhões de desempregados, o que significa uma taxa de desemprego de cerca de 9% em comparação ao 5% nos EUA e Japão.²⁵ Além disso, os investimentos na investigação e desenvolvimento são muito mais baixos na UE comparando com estes países.

²⁵ Dados de 2009.

Estas disparidades têm aumentado significativamente com a integração dos 10 novos Estados-Membros em Maio de 2004. Portanto, 10% da população do nível da UE, que vive nas regiões mais dinâmicas, gera oito vezes mais rendimentos em termos de PIB do que 10% da população que vive nas áreas menos desenvolvidas. (O terceiro Relatório da Comissão Europeia, 2005)

Além das estatísticas em relação ao PIB, existem ainda desigualdades complexas entre os Estados-Membros e as outras regiões devido às diferenças no que refere:

- às infra-estruturas
- à qualidade ambiental
- ao desemprego e às competências da força de trabalho relevantes para o desenvolvimento
- ao tamanho e à diversidade de negócios
- ao grau de inovação e utilização da tecnologia nos negócios.

Essas desigualdades significativas na UE cresceram ainda mais com a adesão da Roménia e da Bulgária.

A política de coesão da UE destina-se a reduzir estas desigualdades e dificuldades económicas que gera para melhorar o Mercado Único Europeu. Este, por sua vez, aumentará a competitividade da UE e gerará aumento dos lucros, trazendo dessa forma benefícios em toda economia da UE. A Política de Coesão corroborada com as políticas de protecção ambiental e a Política da Igualdade das Oportunidades conduzem à promoção dum desenvolvimento sustentável na UE.

A redução das disparidades assegura que todas as regiões e grupos sociais podem contribuir e beneficiar do crescimento económico da UE. Qualquer Estado-Membro ou região com um PIB inferior a 75% da média do nível europeu receberá outorgamentos ao mais alto nível de financiamento no âmbito do objectivo de convergência da política de coesão da UE para 2007-2013.

Com o nível do PIB de aproximadamente 30% da média do nível europeu, a Roménia é elegível, desde a integração, para o apoio acordado no âmbito do objectivo de convergência.

Os relatórios anteriores sobre a situação socio-económica das regiões da UE indicam que a política de coesão tem conseguido reduzir as disparidades, principalmente

nos Estados-Membros menos desenvolvidos. Esta teve uma contribuição importante para o crescimento de 10% do PIB em países como Grécia, Irlanda e Portugal (1989-1999) e levou à criação ou manutenção de 2,2 milhões de empregos ao nível da União Europeia, no mesmo período.²⁶

A política de coesão da UE é financiada por instrumentos estruturais, que representam, em termos financeiros, a segunda maior percentagem concedida do orçamento da UE destinado às políticas europeias.

Na actual terminologia da UE, “os instrumentos estruturais” incluem: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), Fundo Social Europeu (FSE), também conhecido como “Fundos estruturais”, e o Fundo de Coesão (FC).

Conforme as providências do Tratado de adesão da Roménia e da Bulgária, a partir da data de adesão, a Roménia paga à UE 42.300.000 de euros em 8 prestações até 30 de Novembro de 2011. Os leilões, o desenrolamento dos contractos e os pagamentos para a assistência de pré-adesão no âmbito do programa Phare para cooperação transfronteiriça e para assistência no âmbito da Facilidade de transição são geridos, a partir da data de adesão, pelas agências de implementação dos dois países. As obrigações finais contratadas antes da data de adesão, como as de pré-adesão no âmbito da Facilidade de transição serão suportados dos capítulos orçamentais adequados até o fechamento dos programas e projectos em causa. O último exercício de programação da assistência de pré-adesão tem lugar no último ano, anterior a data de adesão e são contratados em 2 anos subsequentes. Mas os fundos de pré-adesão destinados às despesas administrativas podem ser outorgados nos primeiros anos após adesão, e os custos para avaliação podem ser outorgados durante até cinco anos após adesão.

No primeiro ano após a adesão, a UE concedeu à Roménia e Bulgária assistência final provisória chamada Facilidades de transição, para o desenvolvimento e o reforço da sua capacidade administrativa e judiciária de cumprir e respeitar a legislação comunitária, a saber: (para a Roménia, no âmbito da facilidade provisória Schengen), em 2007 – 297, 2 milhões de euros, em 2008 – 131,8 milhões de euros, em 2009 – 130,8 milhões de euros.

²⁶ “Lucrand pentru Regiuni”, Comissão Europeia, 2003.

Os créditos de obrigações globais para acções estruturais disponíveis para a Roménia pela UE no período 2007-2009 foram: 13,99 milhões de euros em 2007, 19,72 milhões de euros em 2008 e 26,03 milhões em 2009. Infelizmente, de acordo com o Relatório da Comissão Europeia de 15 de Julho de 2010, os números dos casos de irregularidades comunicadas pelos 14 países que recebem fundos de pré-adesão aumentaram com 35% em 2009, 81% de casos referindo-se à Roménia e Bulgária. De 2007 a 2013 preconiza-se que as verbas anuais destinadas à Roménia desses instrumentos subam para um nível quase quatro vezes maior do que o nível actual dos “instrumentos de pré-adesão” da UE – PHARE, ISPA e SAPARD.

As verbas financeiras globais foram fixadas para 4% do PIB, sendo reconhecido ao nível geral que é o máximo que qualquer país pode absorver de forma eficaz.

Cada instrumento estrutural tem um destino específico:

- O FEDER apoia os investimentos que podem ser divididos em duas categorias gerais:

- Investimentos em diferentes tipos de infra-estruturas, premissas para novos negócios, o desenvolvimento do turismo, a revitalização urbana, instalações sanitárias, unidades educacionais, a melhoria do ambiente, tal como o desenvolvimento das redes de transporte locais e regionais e dos meios de transporte público etc.

- Investimentos do tipo financeiro e de consultoria para as PME, investigação e desenvolvimento, iniciativas de transferência tecnológica, o reforço da capacidade institucional ao nível local etc.

O FEDER apoiará também os investimentos no contexto de iniciativas especiais de cooperação transfronteiriça e transnacional.

- O FSE apoia uma ampla gama de investimentos no desenvolvimento dos recursos humanos e formação, de acordo com a Estratégia Europeia de Ocupação da Força de Trabalho, centrando-se:

- Na integração no trabalho para os desempregados, através da formação e várias medidas no que diz respeito ao mercado de trabalho;

- No apoio dos empreendedores, através de medidas para melhorar os conhecimentos e a produtividade dos empregados;

- Em acções de inclusão social para grupos marginalizados;

- Na melhoria da educação, inclusivamente da profissional.

Os projectos que requerem financiamento através deste Fundo devem ter em vista: a reintegração profissional dos desempregados a longo prazo; a integração profissional dos desempregados jovens; a integração profissional das pessoas excluídas do mercado de trabalho; a promoção da igualdade de oportunidades no acesso ao emprego; as acções específicas para melhorar ao acesso das mulheres ao mercado de trabalho; e a reestruturação dos sistemas da educação e formação; a concentração do potencial humano nos domínios da investigação e desenvolvimento.

A atribuição do FSE para POS DRU (Programa Operacional Sectorial para o Desenvolvimento dos Recursos Humanos): 3, 476 biliões de euros, representando 85% do valor total do POS DRU. O co-financiamento nacional (público e privado) será de 670.45 milhões de euros, representando 15% do valor total do PO DRU. Consequentemente, o montante total atribuído POS DRU, representando a contribuição da UE e o co-financiamento nacional do FSE, é de cerca de 4,146 biliões de euros.

- O Fundo de Coesão contribui nos grandes projectos de infraestrutura, como por exemplo a construção de corredores transeuropeus e investimentos em larga escala no sector da protecção ambiental. O Fundo de Coesão está disponível para os Estados-Membros com um PIB inferior a 90% da média da UE. Os instrumentos estruturais da UE não podem co-financiar os investimentos no domínio da geração de energia nuclear, da construção de habitações, no sector da defesa ou no desenvolvimento do sector comercial a retalho.

IV.2. Os fundos adicionais

Na Roménia a aplicação dos instrumentos estruturais tem sido complementada com os fundos da Política Agrícola Comum da UE (PAC).

O Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) visa aumentar a competitividade da agricultura, o desenvolvimento rural e melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais, através da promoção da diversidade das actividades económicas. Através de uma rubrica orçamental específica, conhecida como LEADER+, a aplicação do FEADER financia a implementação das estratégias de desenvolvimento dos grupos locais de acção nas zonas rurais, bem como abordagens experimentais e piloto no desenvolvimento rural.

O Instrumento Financeiro de Orientação das Pescas (IFOP) investe no desenvolvimento dos recursos aquáticos vivos, na modernização dos barcos de pesca e na melhoria da transformação e comercialização dos produtos da pesca. Além disso, o IFOP apoia a implementação de estratégias para o desenvolvimento sustentável das zonas costeiras.

A aplicação dos fundos financeiros comunitários deve satisfazer o princípio do co-financiamento, o que significa que os instrumentos estruturais da UE não agem sozinhos. São co-financiados principalmente pelos recursos públicos do Estado-Membro, embora possam estar envolvidos recursos do sector privado. Dentro do Objectivo de Convergência, a taxa máxima de intervenção da UE seria em geral de 75% do custo total de cada investimento para o FEDER, FSE, FEADER, IFOP. Quanto ao Fundo de Coesão, a taxa máxima de intervenção é de 85% do custo total. Estas taxas são substancialmente reduzidas no caso dos investimentos que geram lucros dos investimentos nas empresas privadas.

A marcação dos fundos

O Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) é o documento estratégico com base no qual se negocia com a UE o apoio financeiro atribuído à Roménia.

O PND para a Roménia baseia-se numa análise cuidadosa da situação socio-económica do país e inclui as áreas prioritárias para investimentos a médio prazo. Nesta primeira fase de apoio para a Roménia no âmbito da política de coesão da UE, os instrumentos estruturais estão a ocorrer através de programas multi-operacionais para o período 2007-2013.

O PND é um documento de planeamento estratégico e programação financeira plurianual, desenvolvido numa ampla parceria, que orienta e estimula o desenvolvimento económico e social do país em consonância com os princípios da Política de Coesão da UE. Similar à programação realizada pelos restantes Estados-Membros da UE para o Objectivo “Convergência” dos Fundos Estruturais, a promoção do desenvolvimento e do ajustamento estrutural dos Estados/regiões com atrasos no desenvolvimento tem sido realizada através do fornecimento de infra-estruturas básicas e o encorajamento dos investimentos nas actividades económicas produtivas.

O PND é o primeiro plano de desenvolvimento que fundamentou o acesso da Roménia nos Instrumentos Estruturais da UE (fundos estruturais e de coesão), após a adesão, em qualidade de um dos 27 Estados-Membros com plenos direitos. Este está na base das negociações com a Comissão Europeia das prioridades e objectivos estratégicos de desenvolvimento da Roménia, que a UE apoiará através do financiamento estrutural no período 2007-2013, segundo as áreas de intervenção estabelecidas ao nível da UE. No plano interno, é uma ferramenta prioritária dos investimentos públicos para o desenvolvimento porque potencia a maximização do impacto.

O PND 2007-2013 realiza um planeamento plurianual do desenvolvimento económico e social do país, que promove a integração sectorial e regional, com base:

- nas estratégias nacionais sectoriais de desenvolvimento
- na estratégia nacional de desenvolvimento regional
- nas orientações estratégicas a nível europeu

As prioridades e os objectivos do PND 2007-2013 estão focados nas áreas elegíveis para as intervenções estruturais (FEDER, FSE e Fundo de Coesão) (ver o Quadro nº 12). As seis Prioridades Nacionais de Desenvolvimento para o PND 2007-2013 são:

- o crescimento da competitividade económica e do desenvolvimento da economia baseada no conhecimento
- o desenvolvimento e modernização das infra-estruturas de transporte
- a protecção e melhoria da qualidade ambiental
- o desenvolvimento dos recursos humanos, o aumento do emprego e o combate à exclusão social
- o desenvolvimento da economia rural e o aumento da produtividade agrícola
- o apoio do desenvolvimento equilibrado de todas as regiões do país.

Os programas operacionais são documentos estratégicos que representam o compromisso comum da UE e da Roménia para resolver as questões no que refere o desenvolvimento nos sectores prioritários e o desenvolvimento territorial identificadas nos Planos de Desenvolvimento nacional e regional.

O QREN, (Quadro de Referência Estratégico Nacional) adoptado pela Comissão Europeia em 25 de Junho de 2007, faz a ligação entre as PND, definidas pelo PND 2007-2013, e as prioridades ao nível europeu – as Orientações estratégicas comunitárias em

matéria de coesão 2007-2013 e a Estratégia de Lisboa. O QREN é um documento de programação de um Estado-Membro que define as prioridades temáticas a nível nacional para a utilização do apoio final da UE através instrumentos estruturais. O QREN contém uma lista dos programas operacionais e mostra o mecanismo de implementação das intervenções dos instrumentos estruturais.

O apoio financeiro da UE será atribuído através do QREN para os instrumentos estruturais. Cada programa operacional deve integrar também na estratégia os temas chave horizontais que reflectam outras políticas da UE, em especial para a protecção do ambiente e a promoção da igualdade nas oportunidades.

As verbas financeiras comunitárias, para o período 2007-2013, vêm para a Roménia através de sete Programas Operacionais (PO):

PO – Crescimento da Competitividade Económica: 2,55 biliões de euros

PO – Transportes: 4,56 biliões de euros

PO – Regional: 3,7 biliões de euros

PO – Assistência Técnica: 170 biliões de euros PO – Desenvolvimento de Recursos Humanos: 3.4 biliões de euros

PO – Desenvolvimento da Capacidade Administrativa: 208 milhões de euros

Cinco deles foram aprovados pela Comissão Europeia. A Roménia deve co-financiar estes projectos com uma taxa de 15%, o que aumenta proporcionalmente o valor dos programas.

Os beneficiários são as entidades que se candidatarem para financiamento e implementação de projectos individuais ou esquemas de regimes co-financiados pelo PO. Os beneficiários contratarão obras e serviços para implementar os seus projectos. Nalguns casos, os beneficiários vão gerir os esquemas de bolsas (de subvenções acordados pelo Estado) através dos quais as pequenas organizações ou as PME se candidatam para financiamento europeu.

Os beneficiários podem ser organizações governamentais ou não-governamentais (ONGs) ou parceiros do sector privado, em função da especificidade das medidas do programa respectivo.

Como no âmbito do PND o factor chave na determinação do crescimento económico da Roménia é considerado o crescimento da competitividade económico

(porque a Roménia tem diferenças de competitividade em comparação aos outros Estados-Membros da UE), iremos falar mais sobre o PO Competitividade. O crescimento da competitividade económico é um processo de construção de uma economia baseada nos investimentos de capital e no processo de pesquisa-desenvolvimento-inovação.

O PO da Competitividade dispunha para 2007-2013, de uma disponibilidade financeira de cerca de 2,5 biliões de euros, ao qual se acrescenta o co-financiamento nacional de aproximadamente 1,4 biliões de euros. O objectivo do PO Competitividade visa o crescimento da produção das empresas romenas e a redução do desnível sobre a produtividade média do nível da UE, através da criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento das empresas, o aumento da eficiência energética e a promoção dos recursos recicláveis de energia. O PO Competitividade tem os seguintes eixos prioritários em que o dinheiro vai ser investido:

1. Uma produção inovadora e eficiente (31%)
2. Investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação para a competitividade (21%)
3. A Tecnologia da Informação e Comunicação para os sectores público e privado (15%)
4. O aumento da eficiência energética e o desenvolvimento sustentável do sistema de energia (25%)
5. A Roménia – destino atraente para o turismo sustentável e negócios (5%)
6. Assistência técnica (3%)

As intervenções PO Competitividade são orientadas para o sector económico em aproximadamente 80% e para as autoridades locais nos restantes 20%.

Este documento traça as direcções prioritárias de desenvolvimento e, implicitamente, de atribuição dos fundos. Ele é detalhado nos documentos de implementação (programa complemento, guia dos beneficiários) para fornecer aos potenciais beneficiários elementos necessário para aceder ao programa (condições de elegibilidade dos beneficiários e dos projectos, a dimensão dos subsídios, a percentagem de co-financiamento, os custos elegíveis, as obrigações dos beneficiários, o sistema de implementação etc.). Uma característica importante do PO Competitividade (é a atribuição de aproximadamente 100 milhões de euros para facilitar o acesso ao

financiamento dos PME, através da criação de instrumentos financeiros adequados (garantias, micro créditos, capital de risco etc.). Esta operação será implementada através de uma recente iniciativa comunitária, JEREMIE (Joint European Resources for Micro to Medium Enterprises) que vai criar e gerir os fundos especializados dos instrumentos financeiros inovadores.²⁷

IV.3. Os fundos estruturais e de coesão

Os Fundos Estruturais são diferentes dos de pré-adesão. Primeiro, a responsabilidade pela sua gestão pertence 100% às autoridades romenas, enquanto para o PHARE, ISPA, e SAPARD a Comissão Europeia tem um papel preponderante. Os Fundos Estruturais e de Coesão (FEC) não financiam projectos individuais mas programas de desenvolvimento plurianuais junto das regiões, Estados-Membros e Comissão na base da orientação propostas pela Comissão para toda a UE. A sua atribuição é baseada no princípio da programação que envolve o diagnóstico da situação existente, a formulação de uma estratégia plurianual integrada e coerente e a definição dos objectivos específicos a serem alcançados. O actual período de programação é 2007-2013.

Ao contrário do ISPA e PHARE, os FEC operam no princípio do reembolso, tal como SAPARD. Isto implica que os beneficiários finais efectuem o pagamento aos prestadores de serviços ou serviços dos seus fundos próprios, e, em seguida, com base em facturas e ordens de pagamento comprovativas do seu pagamento, solicitam o reembolso das despesas efectuadas. De acordo com estas transferências financeiras, os maiores investimentos serão para implementar a prioridade “P2 – a modernização das infra-estruturas de transportes” e a prioridade “P5 – o desenvolvimento da economia rural e o aumento da produtividade na agricultura”, para os quais são canalizados cerca de um quarto do financiamento total.

Temos que evidenciar dois aspectos no que respeita ao planeamento financeiro: o primeiro refere-se aos recursos públicos nacionais, excluindo o co-financiamento, onde os montantes representam uma projecção dos fundos do orçamento do Estado e dos

²⁷ Fonte: o jornal “Bursa”, n.º 15, Março de 2010.

orçamentos locais, com base nos lucros actuais de investimentos, e o segundo diz respeito aos fundos comunitários e co-financiamento aferente, que são fontes novas, adicionais, que foram atribuídas sob diferentes prioridades. No que diz respeito aos fundos comunitários, devemos notar que a sua distribuição nas seis prioridades de desenvolvimento não foi decidida pelo PND, mas na sequência de negociações com a Comissão Europeia em 2006.

A programação financeira da PND propõe, portanto, apenas a repartição indicativa, que leva em conta, principalmente, as necessidades de financiamento existentes em várias áreas, o impacto económico e social que têm os investimentos sustentados por fundos comunitários, os compromissos dispendiosos realizados na Roménia nas negociações de adesão (por exemplo, a protecção do ambiente, transportes, energia), o nível das orientações estratégicas propostas a nível da UE para o período 2007-2013, bem como os modelos utilizados principalmente nos novos Estados-Membros, mas não só, na programação desses fundos.

Devemos dizer também que, para além dos montantes previstos na tabela global, será financiado um programa de assistência técnica (financiado por fundos estruturais) destinado para o reforço da capacidade administrativa das estruturas envolvidas ao nível central na gestão dos fundos estruturais e de coesão, no desenvolvimento do Sistema Único de Gestão e Monitorização dos Instrumentos Estruturais, bem como na promoção nacional destes fundos. Em estimativa, este programa será de cerca de 150 milhões de euros, seguindo-se o financiamento pelo orçamento do Estado.

A seguinte tabela mostra a estrutura nas fontes de financiamento das transferências planeadas para o período total de 2007-2013.

	Fundos UE	Fontes públicas nacionais	Fontes privadas	TOTAL
Volume financiamento (mil. Euros)	25.287,23	28.276,03	51.09,85	58.673,1 1
Peso no total PND (%)	43	48	9	100

Fonte: o Ministério das Finanças Públicas.

O FSE, o FEC e os fundos de tipo estrutural para a agricultura, desenvolvimento rural e pescas (FEADR e IFOP), asseguram cerca de 43% do investimento necessário total para alcançar os objectivos estratégicos do PDN. A sua programação financeira teve em conta as transferências estimadas e destinadas à Roménia do orçamento da UE para o período de 2007-2013, bem como as regras específicas que decorrem das disposições comunitárias aferentes a cada um dos cinco instrumentos em causa.

Os objectivos e os mecanismos de implementação desses fundos são relativamente semelhantes, mesmo quando se relacionam com políticas comunitárias diferentes. Além disso, as regras comunitárias para 2007-2013 exigem uma estreita correlação e alcance da complementaridade entre as intervenções financiadas por instrumentos estruturais, por um lado, e os fundos para a agricultura, desenvolvimento rural e das pescas, por outro lado. Como o suporte para as medidas de mercado e de ajudas agrícolas directas tem uma abordagem diferente dos instrumentos acima mencionados, eles não foram considerados na programação financeira do PND.

As fontes públicas nacionais destinam-se, em proporções relativamente iguais, ao co-financiamento dos fundos da UE e ao financiamento de fontes exclusivamente locais de programas de investimento semelhantes. A estimação do co-financiamento foi feita com base na disposição do Regulamento geral sobre os instrumentos estruturais, com a apreciação de algumas emendas ocorridas durante a negociação deste documento no Conselho da UE.

IV.4. A agregação dos fundos

Como se sabe, os programas da política de coesão incluem um conjunto de medidas. Para estimar o efeito global dos FEC, é necessário que estas medidas sejam agregadas em categorias de importância económica, ou seja, que sejam relevantes para os mecanismos de transmissão acima mencionadas. Assim, os montantes aferentes aos vários programas estão agregados em três tipos de custos:

- Investimento em infra-estrutura técnica;
- Investimentos para melhorar o capital humano;
- Apoio directo para investimentos na indústria, serviços de mercado e agricultura.

Além disso, no âmbito destas três categorias, é útil distinguir as possíveis fontes de financiamento:

- Transferências da UE sob a forma de subvenções para as autoridades públicas;
- Co-financiamento dos fundos públicos, tal como está estipulado nos regulamentos dos FEC;
- Co-financiamento dos fundos privados, também previsto nas regras dos FEC.

Nos seis eixos prioritários do Programa Operacional Regional 2007-2013, à Roménia são atribuídos 3.72 biliões de euros, (ver o Quadro nº 13) valores aos quais são adicionados a parte de co-financiamento nacional, totalizando cerca de 657.6 milhões de euros. O dinheiro é destinado a projectos urbanos (1.1 biliões de euros), infra-estrutura social (559 milhões de euros), ao ambiente de negócios regional e local (633, 4 milhões de euros), desenvolvimento do turismo (559 milhões de euros) e para programas de assistência técnica (98,6 milhões de euros).

Segundo a Comissão Europeia, dos mais de 19 biliões de euros, a Roménia recebeu, em 2007, 1,27 biliões de euros. A contribuição da Roménia para o orçamento da UE em 2007 foi de 1,1 biliões de euros. Infelizmente, a Roménia é o único país dos 10 que aderiram depois de 2004, sendo na posição de pagador líquido ao orçamento comunitário, com um saldo negativo de 455,9 milhões de euros no período 2007-2009 e com uma taxa de absorção dos fundos de coesão apenas de 10% durante o mesmo período. Assim, a Roménia obteve rendimentos dos fundos de pré-adesão da UE, em 2007-2009 de 3,225 biliões de euros e pagou 3,680 biliões de euros. Mesmo assim, em 2008, o montante total para a Roménia oferecido pelo orçamento da UE foi de 2,6 biliões de euros, o dobro comparado com a contribuição da Roménia, sendo portanto, um beneficiário líquido na relação final com a UE (a maioria do montante sendo outorgado para a Agricultura, 1 bilhão de euro, o que mostra o efeito benéfico da adesão da Roménia à UE). Os resultados são desiguais também porque muitos projectos foram rejeitados pela autoridade de gestão devido à má qualidade. As mais recentes estatísticas mostram que, no primeiro semestre de 2009, a Roménia atraiu fundos europeus de apenas 730 milhões de euros, e no primeiro semestre de 2010 de apenas 136 milhões de euros.²⁸ Mas os montantes crescem progressivamente. Em 2008, a Roménia recebeu 1,85 biliões de

²⁸ Fonte: INS.

euros; em 2009, 2,51 biliões de euros; em 2010, 3 biliões de euros, em 2011, 3, 26 biliões euros; em 2012, 3, 51 biliões euros, e em 2013, 3, 76 biliões de euros. Por isso, impõe-se com necessidade o crescimento do grau de absorção dos fundos europeus para que a Roménia seja um beneficiário líquido.

O que muda e quanto custa o dinheiro da UE:

Para o financiamento das acções de apoio à política comunitária para 2004-2007, a contribuição da Roménia à UE foi de 112.327 euros em 2005, 115.260 euros em 2006, 118.923 em 2007²⁹ (aproximadamente 1% do PIB como os restantes Estados-Membros). A adesão à UE será um marco para o caminho da Roménia durante os próximos seis anos. A pressão das mudanças institucionais vai desafiar mudanças económicas e, em última instância sociais. Os custos e os benefícios da adesão são: de ponto de vista económico, a adesão à UE implica, em primeiro lugar, eliminar as barreiras do caminho dos câmbios comerciais, a aplicação das perdas comunitárias em matéria de concorrência e do acesso aos fundos estruturais. Indirectamente, essas consequências consistem na reorientação dos fluxos comerciais, a reestruturação industrial e agrícola ou de adesão aos critérios de convergência para UE monetária de Maastricht, conforme o estudo de impacto sobre a avaliação dos custos e benefícios da adesão da Roménia à UE, publicado pelo Instituto Europeu da Roménia. Os custos relacionados directamente da adesão à UE têm a ver com a adopção do acervo comunitário de formação dos recursos humanos das novas estruturas e custos que tem a ver com o compromisso dos objectivos comunitários de política económica.

Como período de concentração estes custos foram sentidos especialmente durante o período de pré-adesão, ou seja, 2007-2008. A estes, podemos acrescentar os custos de modernização da economia romena, o crescimento da competitividade dos produtos e serviços romenos para lidar com as pressões da concorrência da UE.

²⁹ Esta contribuição para o orçamento da UE procede-se das principais fontes de financiamento deste, por exemplo, os recursos próprios tradicionais (as taxas aduaneiras), os recursos baseados no IVA, os recursos com base no rendimento nacional bruto. A Roménia contribui com cerca de 47 euros *per capita*, o penúltimo como tamanho entre os EM, o último sendo a Bulgária.

Implicações sobre os negócios

Em primeiro lugar, a adopção das normas de qualidades traz benefícios sem demora ao nível dos consumidores, bem como através do acesso ao mercado europeu. Um efeito importante dessas normas visa combater o acesso diferenciado à informação existente, de forma natural, entre os fabricantes e os clientes, assimetria que afecta a concorrência. Como resultado do aumento da produtividade na agricultura, através da assimilação dos fundos específicos da UE, bem como o crescimento comparativo do poder de compra da população romena, a procura por bens romenos pressupõe-se que irá obter um crescimento para o fim do intervalo previsto, no âmbito do cenário positivo, no qual a Roménia entra na UE conforme o planeamento.

A protecção do ambiente

Segundo as estimativas do Ministério do Ambiente e dos Recursos Hídricos, o custo total para a implementação do acervo comunitário para o ambiente, no período 2004-2021 é de cerca de 29,5 biliões de euros, dos quais 19,5% do orçamento do Estado, 28,8% dos fundos da UE, 35,76% dos agentes económicos e 15,94% de outras fontes. Os custos da implementação da política europeia do ambiente compreendem principalmente investimentos e a criação dos mecanismos de adaptação às normas europeias.

A proposta de pacote financeiro para a Roménia reflecte os seguintes compromissos da UE para o período de 2007-2009:

Agricultura: 4.037 milhões de euros

- medidas de mercado: 732 milhões de euros
- pagamentos directos: 881 milhões de euros
- política de desenvolvimento rural: 2.423 milhões de euros;
FEC: 5.973 milhões de euros
- políticas internas: 1.304 mil. Euro para a Roménia e Bulgária
- despesas administrativas: 346 milhões de euros para a Roménia e a Bulgária

Os fundos estruturais da UE são geridos pela Comissão Europeia e têm como destino o financiamento das medidas de apoio estrutural a nível comunitário, tendo como objectivo a promoção das regiões em atraso no que se refere ao seu desenvolvimento, à

reconversão de áreas afectadas pelo declínio industrial, ao combate ao desemprego de longa duração, à inserção profissional dos jovens ou à promoção do desenvolvimento rural.

No caso da Roménia muitas das regiões assistidas mantiveram-se relativamente pobres, manifestando-se regressões de crescimento e que não mostram nenhum impacto significativo dessas transferências. Infelizmente podemos concluir que, no período 2007-2011, a Roménia revelou-se um contribuinte líquido para o orçamento da EU devido à insuficiente absorção dos meios financeiros disponíveis.

Perante este panorama é também importante analisar como se apresenta a economia da Roménia após a adesão à UE em 1 de Janeiro de 2007, especialmente no domínio da competitividade.

Capítulo V:

A Roménia após a adesão

Vamos analisar neste capítulo os fluxos de IDE e a dinâmica do comércio exterior da Roménia após a integração da UE, salientando o progresso e os limites desta no que respeita à evolução da competitividade.

V.1. O comércio exterior da Roménia

Nos últimos anos, a Roménia dirigiu as suas exportações para produtos com alto valor acrescentado, como resultado da modernização e reestruturação da indústria, mas também devido à concorrência de produtos mais baratos de origem asiática. Assim, os produtos da indústria ligeira (têxteis, vestuário, couro, calçados) perderam no primeiro plano da produção e das exportações, enquanto a indústria automóvel, de comunicações, dos serviços financeiros e outros aumentaram significativamente e mantêm o seu potencial.

O défice comercial (exportações-importações) relevou um crescimento explosivo em 2007, atingindo quase 22 biliões de euros, um aumento de 45% relativamente a 2006. O défice tende a igualar essas exportações, que é uma situação sem precedentes: para um euro exportado, a Roménia, terá, em breve, um euro défice. Entre 2005-2007, o défice comercial saiu praticamente fora de controlo, crescendo com ritmos de 40% por ano. Assim, o desequilíbrio comercial quase triplicou em três anos, de 7,3 biliões de euros em 2004 para 21,7 biliões de euros em 2007. Mais especificamente, a situação é a seguinte: a cada euro exportado, a Roménia importou produtos no valor de um euro e 73 cêntimos, quer dizer que teve um défice comercial de 73 cêntimos. É uma das piores relações comerciais entre os países da UE, sendo a Roménia ultrapassada apenas por três países: Letónia (onde o défice a cada euro exportado é de 85 cêntimos), a Grécia (1,21 euros défice por cada euro exportado) e Chipre (cerca de 4 euros défice por cada euro exportado).

A Roménia foi colocada em 2007 na quinta posição, de entre os maiores défices comerciais da UE (em valor absoluto), superada apenas pela Grã-Bretanha, Espanha, a

França e a Grécia. Os analistas dizem em 2010 que o défice elevado e em rápido crescimento é o resultado de exportações mais fracas e menos competitivas, que reflectem realmente a situação da economia. Os problemas estão principalmente na categoria dos alimentos, onde praticamente não existe exportação, na energia e até mesmo nos sectores mais dinâmicos, o sector das máquinas e equipamentos, onde a cobertura das importações pelas exportações é de cerca de 50%. Face ao exposto podemos colocar a questão de saber como conseguiu a Roménia chegar ao top 5 dos Estados da UE, no que respeita à dimensão do seu défice comercial.

A causa principal do défice comercial é a clássica, ou seja, o desenvolvimento económico rápido, quando o investimento necessário da economia ultrapassa a poupança interna. O défice elevado é o efeito de duas causas que se sobrepõem: a necessidade de investimentos da economia, e o aumento recente dos preços globais nas matérias-primas. O primeiro efeito é devido à base inicial de capital baixo da Roménia. Por exemplo, 40% das importações são geradas pelos investimentos em equipamentos, máquinas, meios de transportes e outras. Com o desaparecimento das barreiras alfandegárias entre a Roménia e a UE tem aparecido a harmonização fiscal na esfera do IVA. Assim, as importações entre os Estados da UE chamam-se aquisições intracomunitárias, e as exportações entre os Estados da UE chamam-se fornecimentos intracomunitários. O código das trocas comerciais utiliza a noção de importação para a importação dos territórios terceiros e a de exportação para a exportação para os países terceiros. (ver o Quadro nº 14, em anexo)

As exportações romenas de produtos agrícolas alimentares aumentaram após os primeiros nove meses de 2009 em 11,6%, para 1,64 biliões de euros, em comparação aos 1,47 biliões de euros no mesmo período em 2008, enquanto as importações caíram em 8,3%, de três biliões de euros para 2,75 biliões de euros. Em termos geográficos, de acordo com dados do Ministério da Agricultura, entre Janeiro e Setembro de 2009, a Roménia exportou produtos agrícolas alimentares no valor de cerca de 1,25 biliões de euros para os países da UE, em comparação ao 998,4 milhões de euros no período igual de 2008. Em termos de exportações extracomunitárias, estas cifraram-se após os primeiros nove meses do ano de 2009 em 393,3 milhões de euros, comparado aos 470,7 milhões de euros no período homólogo do ano anterior. Além disso, de acordo com MADR, nos primeiros nove meses do ano passado, a Roménia importou produtos

alimentícios dos países da UE no valor de cerca de 2,22 biliões de euros, comparativamente com os 2,37 biliões de euros no mesmo período em 2008. Quanto às importações de países terceiros no período entre Janeiro e Setembro de 2009, a Roménia importou produtos agrícolas no valor de 535 milhões de euros, comparado aos 632 milhões de euros no período homólogo de 2008. A UE é o principal parceiro da Roménia no comércio agrícola. Nos primeiros nove meses de 2009, os abastecimentos de produtos agrícolas para a UE tinham um peso no valor de 76%, e as aquisições dos Estados-Membros da UE mantinham uma quota de 80%.³⁰ As mais importantes exportações, realizadas no período entre Janeiro e Setembro de 2008, são as de trigo, que se elevaram a mais de 1,96 milhões de toneladas, no valor de 257,6 milhões de euros. Também nos primeiros nove meses de 2008, a Roménia exportou mais de um milhão de toneladas de milho no valor de 169,5 milhões de euros, 675.100 toneladas de sementes de colza no valor de 195,2 milhões de euros, bem como 469.500 toneladas de cevada em valor de 52,2 milhões de euros.

Além disso, nos primeiros nove meses do mesmo ano (2009), foram exportadas 349.400 toneladas de sementes de girassol no valor de 96,4 milhões de euros, 14.000 toneladas de charutos e cigarrilhas com um valor de 268,8 milhões de euros, bem como 61.800 toneladas de animais vivos (ovinos, caprinos, equinos, muares e bovinos) no valor de 123,4 milhões de euros.³¹ Entre Janeiro e Setembro, a Roménia exportou 23.500 toneladas de carne de aves com um valor de 35,2 milhões de euros, 53.400 toneladas de óleo de girassol e soja (33,5 milhões de euros), produtos de panificação e confeitaria (27,5 milhões de euros), mel natural (20,2 milhões de euros), açúcar (17,8 milhões de euros), chocolate (14,8 milhões de euros) e vinho (9,2 milhões de euros).

A Roménia importou, nos primeiros nove meses de 2009, uma quantidade de 665.900 toneladas de milho no valor de 110,8 milhões de euros, 427 900 toneladas de trigo no valor de 54 milhões de euros, 365.200 toneladas de açúcar no valor de 135,9 milhões de euros e 20.100 toneladas de tabaco bruto no valor de 84,2 milhões de euros.

Também nos primeiros nove meses, os romenos importaram 163.700 toneladas de carne de porco no valor de 275,7 milhões de euros, 99.000 toneladas de carne de aves

³⁰ Fonte: o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

³¹ Fonte: o Ministério da Agricultura.

com um valor de 120,1 milhões de euros, 29.200 toneladas de suínos vivos no valor de 61,6 milhões de euros e 128.400 toneladas de preparados para a alimentação das animais no valor de 75,6 milhões de euros. Além disso, entre Janeiro e Setembro, a Roménia importou 133.700 toneladas de frutas cítricas e bananas (67,9 milhões de euros), 28.400 toneladas de café (70,4 milhões de euros), 35.300 toneladas de produtos de confeitaria e padaria (65,6 milhões de euros), 22.000 toneladas de queijo (56,2 milhões de euros), 15,6 mil toneladas de chocolate (45,4 milhões de euros) e 39.800 toneladas de peixe congelado (34 milhões de euros).

As exportações da Roménia de frutas e legumes enlatadas ascenderam a 500.000 de euros, em 2009, o dobro de 2008.³² Globalmente, em 2009, a Roménia exportou 5% do total da produção interna. A produção nacional de frutas e legumes em conserva é estimada para o ano de 2010 de cerca de 200.000 toneladas, com um valor total superior a 10 milhões de euros comparativamente com as 100.000 de toneladas obtidas no ano anterior.

Geograficamente, os principais clientes das exportações romenas de conservas de frutas e legumes são aqueles com muitos cidadãos romenos, como Itália, Alemanha e Espanha. O presidente da Romconserv afirmou em 2009 que os produtores romenos têm como objectivo para 2010 conseguir um crescimento das exportações para 15% do total da produção e até 40% nos próximos três anos. Um exemplo notável de empresa romena cujo excedente comercial cresceu devido aos investimentos estrangeiros franceses é a empresa de automóveis “Dacia-Pitesti”. Fundada em 1966, a empresa começa a fabricar, em 1968, o modelo Dacia 1100, sob licença Renault. Em Setembro de 1999, a empresa romena foi adquirida pela Renault. Os investimentos da empresa francesa foram substanciais, superando o valor de 1 bilhão de euros (só em 2004 ascendeu a cerca de 500 milhões de euros), mas a “Dacia” foi submetida a um processo de reestruturação, que resultou na redução pela metade do pessoal.

Tornando-se o mais importante investimento na indústria automóvel, a empresa começou a ter os resultados esperados: por exemplo, em 2005, chegou a 1,2 biliões de euros e um lucro de 57 milhões de euros. Na verdade, desde que começou a vender o Logan, um conceito franco-romeno, na Roménia, em Setembro de 2004, o modelo foi

³² Fonte: Revista Capital, n.º 60, 2010.

inundado com pedidos, tanto na Europa de Leste como no Ocidente, a este modelo adicionou-se a variante “break”. Através do Logan, procurou-se o espírito de um carro pequeno, popular, mas que pode servir tanto como carro para as pessoas com rendimentos modestos, bem como um segundo carro para uma família com rendimentos maiores. “O Logan é o embaixador mais eficaz para a Roménia”, afirmava o embaixador francês na Roménia em 2006.

Segundo os dados da empresa, em 2009, “a Dacia vendeu 311.282 veículos, com 20,5% mais do que o nível de 258.372 unidades registado em 2008. A Dacia termina assim o quinto ano consecutivo em que a taxa de crescimento de vendas foi expressa em dois valores, o que lhe permitiu a passagem de menos de 100 mil carros vendidos em 2004 para mais de 300.000 unidades em 2009”. No mercado da Roménia, esta marca vendeu 41.862 de veículos o que representou um aumento da quota de mercado de 1,5% relativamente a 2008, no contexto em que o mercado de automóveis sofreu uma diminuição global de 53,2 %.

Também em 2009, a Dacia vendeu através da oferta do apoio para o programa de renovação do parque automóvel nacional “a vantagem Dacia” mais de 18.000 carros. No que concerne às vendas de Dacia em termos de exportação, estes atingiram quase 270 mil unidades, com mais 56,1% do que em 2008. A Dacia consolidou o sucesso no mercado da Europa Ocidental, onde em 2009 foram matriculados 200.962 veículos.

Três países ocidentais listam no top das exportações Dacia. A Alemanha tornou-se em 2009 o primeiro destino de exportação da marca, com 84.708 unidades vendidas, que correspondem a um crescimento de 231,3%, relativamente a 2008. Em segundo lugar está a França, com 65.956 unidades vendidas, reflectindo um crescimento de 51,4%, seguido pela Itália com 21.739 veículos, demonstrando um crescimento de 151,9%. Em 2009, a Dacia atingiu uma quota de mercado de 2,13% do mercado alemão, 2,5% do francês e 0,93% do mercado italiano.³³ Outros destinos de exportação importantes são a Argélia (17.327 unidades), a Turquia (9727 unidades) e a Espanha (9.030 unidades). Em Marrocos, onde o modelo Logan é produzido na fábrica SOMACA, em Casablanca, foram vendidas o ano passado 18.112 unidades. A Dacia em 2009 alcançou o primeiro lugar entre o top dos exportadores, segundo os dados preliminares, tendo a crise também

³³ Fonte: o jornal “Ziarul financiar”, n.º 40, 2010.

um efeito de recolocação da oferta romena de exportação, declarou o secretário-geral da Associação Nacional de Exportadores e Importadores da Roménia, Mihai Ionescu, no The Money Channel, citado por Newsin. E para concluir com a empresa Dacia, devemos dizer que o Dacia Duster (versão jeep) está a concorrer para o melhor carro do ano 2011 (European Car of the Year).

No que respeita ao sector de armas e equipamentos militares,³⁴ a Roménia vendeu nos primeiros seis meses do 2009, armas e equipamentos militares no valor de mais de 43 milhões de euros, sendo os clientes mais importantes do Médio Oriente (11,5 milhões), EUA (10,5 milhões) e Geórgia (1,8 milhões), de acordo com um relatório ANCEX.³⁵ De acordo com as obrigações anuais, a Autoridade Nacional de Controlo das Exportações apresentou um relatório à UE sobre as exportações da Roménia de armas e munições no 1º semestre de 2009. Os dados fornecidos pela UE, revelam que as empresas romenas exportaram no 1º trimestre, armas e munições, no valor total de 18.889.973 euros, o que aumentou para 24.263.431 euros, no 2º trimestre. De acordo com os documentos ANCEX, a Roménia acordou no mesmo período, 268 licenças de exportação de armas e munições no valor de 95,86 milhões de euros (dos quais 49,14 milhões de euros no 1º trimestre e 46,71 milhões de euros no 2º trimestre).

Como em 2008, os principais países que receberam armas e munições da Roménia situavam-se os Estados do Médio Oriente (Israel, Egipto, os Emirados Árabes Unidos, Jordânia e Omã), mas também os EUA, Afeganistão, Paquistão ou Índia eram relevantes. Da Europa, os contratos mais importantes foram concluídos com a Geórgia, enquanto do continente africano os principais destinos das armas romenas são Burkina Faso, Gabão e Etiópia.

Dados do INS mostram que, no período 2000-2008, as exportações (em primeiro lugar com a UE) aumentaram continuamente de 11,2 biliões de euros, para 33,6 biliões de euros, mas, em seguida, no fundo da crise económica, começou a baixar, em 2009 sendo no valor de 29 biliões de euros. Após vários meses de declínio, o volume de negócios de comércio exterior em relação ao mês anterior, aumentou em Junho de 2010, em comparação a Maio do mesmo ano com 3,1%. Devemos dizer que é importante valorizar

³⁴ Artigo disponível on-line em: <http://www.hotnews.ro/stiri-esential>, consultado em 1 de Março de 2010.

³⁵ The National Agency for Controlling Exports of Strategic Products.

cada vez mais os IDE, assim como fizemos com a empresa Dacia Renault e aumentar a competitividade dos bens da Roménia, nomeadamente os de maior valor acrescentado.

V.2. O Investimento Directo Estrangeiro na Roménia

Os investimentos estrangeiros directos são definidos como a directa ou indirecta propriedade de uma entidade estrangeira que possui pelo menos 10% do direito de voto das acções de uma empresa. Um investimento directo estrangeiro pode significar uma aquisição, uma fusão, uma nova empresa, a prorrogação da sociedade ou a sua absorção. Esta definição é considerada a melhor, (pelos autores como Bonciu, F., Bora, B., 2007 etc.) por isso vai ser usada quando decidimos discutir sobre os investimentos directos estrangeiros.

Há muitos benefícios que um investimento estrangeiro poderia trazer, como por exemplo:

- o aumento da produção e da qualidade dos produtos em conformidade com os padrões ocidentais;
- a obtenção da quantidade necessária para todos os mercados externos e internos com potencial;
- a criação de novos empregos;
- o acesso a novos mercados.

A entrada de Bucareste no top das mais atraentes cidades como ambiente de negócios representa um sinal de confiança dado pelos investidores europeus (ver o quadro nº 15, em anexo). Estes têm uma opinião muito boa sobre a capital em termos de redução dos custos relacionados a recursos humanos, o nível de especialização dos empregados e a evolução do mercado imobiliário de escritórios. Simultaneamente, de acordo com um estudo da Cushman & Wakefield, apontam para capítulos onde estamos menos preparados, como o acesso ao mercado local e o sistema de transporte, interno e internacional. Cushman & Wakefield, empresa internacional de imóveis, realiza este estudo, European Cities Monitor, a cada ano, desde 1990. O estudo é baseado nas respostas fornecidas pelos representantes de mais de 507 companhias internacionais de nove países europeus, seleccionados de forma representativa para cobrir os sectores de

retalho, a indústria e os serviços. Até agora, o estudo teve em vista apenas 25 cidades europeias, sendo a lista alargada para 33.

No ranking das cidades em termos do processo de modernização, Bucareste ocupava o 12º lugar, à frente de grandes cidades como Munique, Manchester, Roma, Atenas ou Viena, nomeada por 5% dos entrevistados como cidade europeia que faz muitos esforços para melhorar as condições oferecidas à população local, mas também do ambiente de negócios e potenciais investidores estrangeiros. O topo é dominado pela Espanha, sendo mencionadas nos primeiros lugares Barcelona e Madrid. A seguir são mencionados Praga, Berlim, Budapeste e Varsóvia.

Para as empresas estrangeiras, o factor mais importante de influência do desenvolvimento dos negócios próprios é representado, por ordem decrescente, o crescimento económico da China, o desempenho das economias europeias que adoptaram a moeda única e o alargamento da UE. 9% dos entrevistados disseram que já têm pelo menos um representante em Bucareste, colocando a capital na posição 25, à frente de cidades como Atenas, Helsínquia e Oslo.

Questionados sobre quais são as cidades, nas quais gostariam de se expandir nos próximos cinco anos, 30 representantes de multinacionais europeias disseram que Bucareste está na sua mira. Comparativamente, Sófia foi mencionada por apenas oito empresas, enquanto Budapeste foi referida por 34.

A atracção das empresas multinacionais para a capital romena pode ser explicada também pelo grau de especialização do trabalho, onde Bucareste ocupa a posição 19, com seis posições acima de Budapeste, com duas posições acima de Genebra e com 11 posições acima da capital italiana. Um factor muito importante na decisão de expansão duma empresa é representado também pelo nível dos custos do trabalho, onde a capital romena, ocupa a segunda posição, já que apenas Varsóvia tem uma mão-de-obra mais barata do que Bucareste.

De acordo com as respostas dadas pelos representantes das empresas, a relação valor/preço do aluguer oferecida para os espaços de escritórios da capital, Bucareste ocupa o segundo lugar, empatada com Lisboa, sendo superada apenas por Varsóvia e deixando para trás cidades como Praga, Barcelona, Budapeste e Paris. Londres é

considerada a melhor cidade para abrir um negócio ou apenas para uma expansão, seguida de Berlim, Madrid, Barcelona e Paris.

No que diz respeito à qualidade de vida dos trabalhadores, a nossa capital deixou uma opinião bastante desagradável, já que se encontra na 30ª posição juntamente com Lisboa, de um total de 33 cidades. As duas únicas cidades em que as empresas europeias acreditam que os funcionários têm piores condições de trabalho do que na capital Bucareste e Portugal são, Oslo e Atenas. Os vizinhos da Europa Central percebem melhor as condições previstas de trabalho, com Varsóvia a ocupar a posição 23, empatada com Praga, e Budapeste classificada na posição 28. Mesmo tendo conseguido entrar pela primeira vez neste top, Bucareste não é suficiente conhecida a nível internacional. Ou pelo menos assim consideram os inquiridos neste estudo.

No que diz respeito ao grau de conhecimento da cidade e do ambiente de negócios locais, Bucareste ocupa o último lugar, apenas 15% dos entrevistados afirmaram que conhecem alguma coisa sobre a capital da Roménia. Questionados sobre quais são as cidades que põem à disposição a melhor rede de transporte externo, colocaram Bucareste na posição 30, dois lugares abaixo do que Budapeste ou Helsinkia, três posições abaixo de Moscovo e 7 lugares sob Varsóvia.

A situação não está melhor nem quando se trata do sistema de transportes interno, onde a capital se coloca em 32º lugar, o penúltimo lugar, sendo classificada como melhor apenas do que Atenas. O primeiro lugar, tal como no caso da qualidade dos transportes, está ocupado por Londres. Um aspecto interessante destacado deste estudo é que os investidores estrangeiros têm uma boa percepção sobre o clima empresarial local fornecido pelo governo local. Bucareste, apesar dos conhecidos problemas com a burocracia e a corrupção, colocava-se no 7º lugar.

Os factores mais importantes que estão na base da decisão de expansão das operações numa outra região são, de acordo com o estudo, a facilidade de entrar no mercado, a formação pessoal e o sistema de transporte.

Na região do Leste da Europa existem três factores de atracção para investimentos estrangeiros. Por um lado a saturação dos mercados ocidentais, que oferecem às empresas apenas um aumento relativamente pequeno na procura, tornando o Leste da Europa uma tábua de salvação. Segundo a empresa de pesquisa de mercado J. D. Power-

LMC, a região Central e Oriental da Europa registou crescimentos de produção de automóveis de 27% nos últimos cinco anos, enquanto a produção no Ocidente manteve-se constante.

O Leste é atraente também para as empresas que não estão em declínio no Ocidente. O motivo? O chamado fenómeno de “capture growth”: as empresas que não estão em declínio no Ocidente, mas chegaram ao amadurecimento, como se diz no ciclo económico, deslocam-se para o leste para o potencial de mercado. As empresas constataram que o “Return on Investment” (o dinheiro obtido a partir de um investimento) era 2 a 3 vezes maior no Oriente do que no Ocidente.

Por outro lado, importa também considerar um outro grupo de investidores na Europa Oriental, que corresponde às empresas que vêm tanto pelo mercado de venda de 21 milhões de habitantes, bem como para os baixos custos de produção no que se refere as exportações.

Um estudo do Banco Nacional Romeno e do INS confirmam que os investidores estrangeiros fazem a segunda industrialização na Roménia e contribuem decisivamente para o crescimento das exportações. 44% dos fluxos IDE foram para a indústria. A Roménia atraiu entre 1990 e 2006, 34 biliões de euros de investimentos estrangeiros directos. Um quarto deste montante representa um investimento em 2006, de mais de 9 biliões de euros, e quase 60% foram atraídos nos anos: 2004, 2005 e 2006.³⁶

O IDE diminuiu 90% em Novembro do 2009³⁷ para 105 milhões de euros, em comparação a 975 milhões de euros, em Novembro de 2008, conforme o BNR. Os dados estatísticos para o ano 2010 mostram que os fluxos de IDE se reduziram a metade no 1º semestre em comparação com o 1º do 2009.

Durante 2009, o IDE caiu com uma taxa de cerca de 45-50%, destacando-se a evolução de Novembro que registou uma quebra de tendência. Nos primeiros 11 meses de 2009, os investimentos estrangeiros foram de 3,8 biliões de euros, em comparação a 8,6 biliões de euros no mesmo período de 2008, o que significa uma queda de 56%.

³⁶ Fonte: o jornal “Ziarul financiar”, n.º. 10, 2010.

³⁷ Foram usados dados de 2009 por ainda não existirem dados mais recentes à data da conclusão este capítulo (2010).

**A evolução dos IDE atraídos pela Roménia,
2003-2008**

Unidade: Milhões de euros

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Fluxo de IDE	1946	5183	5213	9059	7250	9084

Fonte: O Banco Nacional da Roménia, A Balança de pagamentos

O BNR, em colaboração com INS, realizou uma pesquisa cujo objectivo principal foi determinar os fluxos de IDE na Roménia em 31 de Dezembro de 2007 com base no saldo no início de 2007 e dos fluxos durante o exercício financeiro de 2007, nas empresas de investimentos estrangeiros directos residentes.

Desta pesquisa destaca-se a informação que se segue.

1. O fluxo líquido de IDE, em 2007, foi 7250 milhões de euros, dos quais:

- 2 220 milhões de euros em participações ao capital (31%);
- 1 327 milhões de euros de rendimento líquido reinvestido (18%);
- 3 703 milhões de euros em crédito líquido recebido de investidores estrangeiros (51%).

2. O saldo final do IDE, em 31 de Dezembro de 2007, foi 42.770 milhões de euros, dos quais:

- 31 501 milhões de euros em participações ao capital social (74%);
- 11 269 milhões de euros de crédito líquido recebido de investidores estrangeiros (26%).

3. A distribuição desigual do fluxos de IDE por principais actividades económicas:

- Em termos de orientação dos investidores estrangeiros para os sectores económicos, o IDE foi localizado principalmente na indústria (32,9% do total), sendo as indústrias mais atraentes a metalurgia (7,5%), a indústria alimentar, das bebidas e tabaco (5,2%), o processamento de petróleo, produtos químicos, de borracha e plástico (4,4%), a indústria dos meios de transporte (3,6%) e o cimento, vidro, e cerâmica (3,5%).

- Os activos corpóreos e incorpóreos com um saldo de 21.398 milhões de euros, no final de 2007, representam 50% do total de IDE, induzindo um grau significativo de estabilidade dos investimentos estrangeiros directos. (ver o Quadro n.º 16, em anexo)

4. A distribuição de IDE por regiões de destino, igualmente desigual:

- Do ponto de vista territorial notamos a orientação dos IDE para Bucareste-Ilfov (64,3%) e outras regiões em desenvolvimento importantes que recebem IDE sendo o centro (8,3%), Sul (6,9%), Sudeste (5,7%) e Oeste (5,5%).

5. A distribuição de IDE por países de origem, menos diferenciada:

- A distribuição foi feita em função do país em proprietários com menos de 10% do capital social das empresas de investimento directo estrangeiro. Os primeiros cinco países classificados pelo peso detido no saldo do IDE em 31 de Dezembro de 2007 são a Áustria (21,4% em comparação aos 23% em 2006), Holanda (16,3% em comparação aos 17,1% em 2006), Alemanha (11,7% em comparação aos 10,1% em 2006), França (8,8% em comparação aos 8% em 2006) e Grécia (7,5%, que mantém o peso de 2006). (ver o Quadro n.º 17)

A contribuição do IDE nas exportações foi de 70,8%, enquanto nas importações foi de 59,2%, o que significa que os fluxos de IDE contribuíram para melhorar a balança comercial romena, reduzindo a dívida externa e fortalecendo a moeda nacional.

Uma pesquisa semelhante para 2008 permite destacar a seguinte informação:

- 1.** O fluxo líquido de IDE em 2008 atingiu um nível de 9496 milhões de euros, tendo as participações líquidas dos investidores estrangeiros directos no capital social das empresas IDE na Roménia atingido o montante de 4873 milhões de euros, (51,3% do fluxo líquido de IDE).
- 2.** O saldo do IDE, no fim de 2008, enquanto resultado de ajustamento do saldo inicial do fluxo líquido de IDE, bem como das diferenças positivas/negativas derivadas das estimativas devido as modificações do câmbio e dos preços de activos, registou um nível de 48.798 milhões de euros, com 14% a mais do que o saldo final do IDE do ano 2007. (ver o Quadro n.º 18, em anexo)

Para concluir podemos dizer que o efeito de formação do IDE na economia e na sociedade romena é obviamente positivo, no que se refere ao aumento dos lugares de trabalho, à estabilidade, ao crescimento dos salários em função do crescimento da produtividade, ao aumento do *rating* do país ou ao aumento das exportações romenas, entre outros aspectos.

V.3. A competitividade da Roménia

É expectável que de entre dois parceiros comerciais as vantagens vão para aquele com a economia mais desenvolvida. É o caso da UE.

Um baixo nível de desenvolvimento pode significar exportações dominadas por matérias-primas, produtos processados ao nível primário ou mercadoria barata que não traz montantes significativos ao orçamento de um país. Este é o caso da Roménia, contrariamente à UE, cuja estrutura dos produtos vendidos no mercado romeno mostra que as economias de proveniência são altamente desenvolvidas, e o ganho é elevado. A Roménia perdeu, em 2004, 2.164 milhões de euros por ter vendido produtos baratos na UE, mas também por ter comprado produtos caros, ou seja, altamente e tecnologicamente processados. Motivo: foram exportados produtos com pouco valor acrescentado, tais como recursos naturais, matérias-primas etc. Mas, a venda de produtos baratos pode ser um lucro apenas quando o país o faz a preços progressivos maiores para deter uma vantagem comparativa e promover a especialização de produtos. Portanto, não se respeita a teoria da vantagem absoluta de Adam Smith, que argumentava que, se a um país estrangeiro pode fornecer mercadorias mais baratas do que este está a produzir, é melhor comprá-los daquele país, e não ao contrário. Muito menos respeita-se o princípio apoiado por David Ricardo, o de vantagem comparativa: um país especializa-se na produção e exportação dos bens que produzem com um custo relativamente mais baixo do que o outro, e importa aqueles bens que os produzem a um custo maior, e cuja eficiência é portanto relativamente baixa, comparada com a de outros países.

A inclusão da Roménia como país membro, não traz apenas dinheiro do comércio, mas é parte da solução dos graves problemas sociais que a UE-27 está tentando resolver. A perspectiva não é muito optimista porque, com apenas duas excepções, França e

Irlanda, em 2050 as populações dos antigos países membros serão tão envelhecidas que a mão-de-obra activa naquele momento não poderá sustentar o sistema de segurança social, oprimido pelo número enorme dos reformados. As Nações Unidas, através do departamento competente, calcularam que, para evitar o colapso financeiro ter-se-ia que proceder à renovação da população activa. A Itália precisa de 12,6 milhões de pessoas com idade entre 20 e 40 anos, a Alemanha de 24 milhões de pessoas etc. Os imigrantes não são uma alternativa para a crise, porque, uma vez reformados, tornam-se um “peso” para os sistemas de segurança social, porque, uma vez reformados, tornam-se um “peso” para os sistemas de segurança social dos próprios países de origem, que irão sustentar a sua protecção social. Os cidadãos dos Estados-Membros, por sua vez, são uma solução. A livre circulação de trabalhadores e a aplicação da directiva do interior da UE (a directiva Bolkenstein) permitem a importação da mão-de-obra, sem importar também as obrigações sociais para os trabalhadores, que ficam “pendurados” nos sistemas nacionais de segurança social.

A directiva estabelece o quadro jurídico para a eliminação dos impedimentos no que refere a liberdade do estabelecimento dos fornecedores de serviços, a livre circulação entre os Estados-Membros. Esta foi adoptada em 12 de Dezembro de 2006, com prazo de implementação final em 28 de Dezembro de 2009. Desde o início dos anos 90, os antigos Estados-Membros têm visto na expansão da UE com os Estados ex-comunistas a solução a longo prazo da crise estrutural profunda que estava a aproximar-se e não se enganaram. Mas perderam de vista que devem dar também algo em troca, quer dizer implicar-se mais activamente, nas bases vantajosas recíprocas (no primeiro lugar económica) e no desenvolvimento dos novos países recebidos na UE.

Os principais sectores já são controlados por grandes empresas da UE, uma vez que as empresas europeias estão presentes em cada passo da vida dos romenos. O simples facto de se passar as portas de uma loja pode significar transacções com uma empresa da zona de UE. Se entramos no “METRO” (hipermercado), temos que lidar com investimento alemão, se entramos no Carrefour ou no Cora – os accionistas são franceses. Além das empresas de retalho, a maioria dos produtos nas prateleiras fazem parte também da pasta de empresas europeias. A regra generaliza-se se nos referimos aos

principais sectores de actividade económica. A construção, os imóveis, os carros ou os telefones são áreas onde as empresas europeias controlam o mercado.

Os produtos europeus desempenham um papel importante no mercado romeno. Isso vê-se independentemente do ramo de actividade. Por exemplo, da indústria do leite até à dos telefones ou construção, as principais empresas romenas são subsidiárias de grupos europeus. As maiores quantidades de leite e iogurtes comprados pelos romenos são produzidos pela Danone e Friesland, sendo o primeiro produtor francês e o segundo, holandês. Também no que diz respeito ao açúcar, as mais conhecidas marcas pertencem a companhias europeias, os austríacos da Agrana detém 33% das vendas, seguidos pelos franceses da Cristal Union.

Mas, além dos produtos de consumo, nos telefones ou nas construções os mais conhecidos são também as companhias da UE. No mercado dos telefones temos dois grandes nomes, partilhando mais de 96% do mercado. Atrás da Orange (empresa telefónica), está o operador francês France Telecom e a britânica Vodafone. Mesmo os agentes mais pequenos têm a sua origem nos Estados-Membros.

Os sectores da indústria pesada chegaram às mãos dos investidores da EU, mais frequentemente através de privatizações. Praticamente, tudo o que significa distribuição de gás na Roménia é gerido por alemães e franceses. O mesmo se verifica no que se refere à electricidade, tendo sido as privatizações ganhas por empresas da zona da UE. Embora a maioria das grandes marcas já estejam presentes na Roménia, o mercado interno não foi suficientemente atraente para algumas das maiores empresas europeias. Assim, no sector do petróleo, o grande ausente é a British Petroleum, o terceiro produtor mundial.

Após 10 anos de telefone móvel, o mercado atingiu, no final de 2005 mais de 13 milhões de utilizadores, e as empresas arrecadaram quase 2 biliões de euros na conta dos minutos falados por romenos.

Depois das grandes privatizações ganhas por investidores estrangeiros – como nos bancos BRD, Bancpost, o Banco Agrícola e BCR, a maioria do capital dos bancos romenos chegou às mãos de instituições financeiras da UE. Dos quase 35 biliões de euros que representam a actividade bancária na Roménia, três quartos são realizados por bancos estrangeiros. Os austríacos mantêm o primeiro lugar entre os investidores sobre o país de

origem, sendo accionistas maioritários da Raiffeisen, BCR (através Erste), Volksbank e HVB Tiriac. De seguida surgem os gregos, que participam em bancos como Bancpost, Alpha Bank, Piraeus Bank e o Banco Romeno.

A privatização das redes de distribuição de energia eléctrica, iniciadas em 2004, fez com que, das oito empresas regionais, cinco ficaram nas mãos de agentes europeus. Actualmente o mercado está “feito” por empresas da UE. Os italianos da Enel ganharam os processos de privatização da Eléctrica Muntenia Sud, Eléctrica Banat e Eléctrica Dobrogea.

Mais de 75% do mercado da cerveja está dividido entre os quatro melhores agentes: os Holandeses da Brau Union, os ingleses da Ursus, os belgas da Interbrew e os dinamarqueses da Tuborg. Entre as marcas romenas, a mais vendida é a Burger, mesmo se o nome soe mais a uma cerveja alemã e é produzida pela European Drinks.

Se no início dos anos 90 a presença de um carro estrangeiro era considerado um luxo, agora, em vez dos antigos Dacia 1300, apareceram carros semelhantes aos encontrados nas estradas dos Estados-Membros da UE. Mas, enquanto a marca é local, a empresa que detém a Dacia, a Renault, tem as suas origens na França. As seguintes marcas no top das preferências dos romenos são as alemãs – Volkswagen e Skoda, este último sendo um produtor de origem Checa patrocinado por alemães.

V.3.1. “Radiografia” ao nível de desenvolvimento da Roménia

Para reduzir o desnivelamento em comparação à EU, seriam necessários 170 biliões de euros ou 8.000 de euros *per capita* para cada romeno. A maior parte deste dinheiro iria para a infra-estrutura de transportes – 13 biliões de euros para cerca de 1.500 km de auto-estrada, cerca de 30 biliões de euros para a modernização e reabilitação de todas as vias públicas e mais de 30 biliões de euros para a reabilitação dos caminhos-de-ferro e a construção de uma linha de alta velocidade entre Constanta e a fronteira húngara.

A melhoria das condições de vida poderia custar pelo menos 70 biliões de euros, segundo as estimativas de especialistas. Montantes impressionantes seriam necessários no domínio sanitário (3,7 biliões de euros, por exemplo, para a construção de hospitais e 2 biliões de euros para a substituição dos equipamentos médicos), mas também para a modernização do sistema educativo ou a expansão de redes de comunicações.

Pouco mais de metade da via pública na Roménia foi asfaltada no final de 2008, o resto foi empedrado (cerca 30% do total) ou feito de terra (cerca de 14% do total, ou seja, não menos de 11.500 km). Além disso, mais de 50% de estradas melhoradas precisam de reparos sérios. Não é preciso mencionar que existem apenas 281 km de auto-estrada, sendo, também deste ponto de vista, os últimos entre os lugares da Europa. Também no que se refere às redes ferroviárias não estamos muito bem, já que mais de 1000 “pontos perigosos” fazem com que a circulação dos comboios tenha restrições de velocidade. Quanto aos aeroportos e portos marítimos e fluviais, a maioria deles necessitam urgentemente de modernização.

Em 2007, 2,4 milhões das cerca de 8,3 milhões de habitações da Roménia não tinham esgotos. Cerca de 3,9 milhões não tinham saneamento básico, 5,2 milhões não tinham aquecimento central, e 70.000 não tinham electricidade. De acordo com os dados do censo de 2002, metade das casas dos romenos não tinham chuveiro nem sanita e 900 milhões não tinham cozinha. Nesse mesmo ano, havia quase dois milhões de habitações de colmo, rolos ou em madeira – sensíveis às condições meteorológicas e pouco resistentes no caso de um terramoto forte ou uma inundação. Acredita-se que estes problemas estão concentrados nas áreas rurais, mas em 2007, mais de 1.000 ruas periféricas de Bucareste não tinham saneamento básico, muitas delas sem rede de água e gás.

Mesmo em 2009, uma boa parte do sistema de saúde local poderia ser definido do seguinte modo: dois pacientes numa cama, pacientes que vêm de casa com os seus comprimidos, miséria, frio, falta de equipamentos e centenas de aldeias sem médicos.

Segundo o ministro de saúde romeno, Ion Bazac, “É preciso 2 biliões de euros somente para equipar os hospitais com equipamentos modernos, um montante impossível de cobrir num ano”. Existem projectos, como hospitais novos (de emergência, municipais ou de cidade), no valor de 3,7 biliões de euros, renovações, extensões e modernizações, no valor de outras centenas de milhões de euros. Mas a sua implementação depende da generosidade do orçamento do Estado.

Apenas 51,5% das habitações tinham, em 30 de Junho de 2008, um telefone fixo. No mesmo ano, mais de 120 milhões de pedidos de instalação foram solicitados, mas impossíveis de serem cumpridos devido a condições técnicas. Também no que diz

respeito ao número de habitações com Internet, estas atingiam apenas cerca de 30% no final de 2008. Além disso, no meio rural, a taxa de penetração da Internet era, no final de 2007, apenas de 6%. Não deve surpreender-nos pois apenas 78% das habitações de campo tinham frigorífico, 34% tinham uma máquina de lavar roupa automática e apenas 15% tinham computador.

Desde 2002, o número de escolas foi reduzido três vezes, tendo o efectivo dos alunos diminuído apenas em 100 milhões, de 4,5 para 4,4 milhões. As mais afectadas foram as creches (de 9500 para 1700 unidades) e as escolas primárias (de 12.500 para 4.700 unidades). A principal causa desta diminuição é o processo de consolidação que começou no início de 2000, cujo funcionamento levava ao desperdício de recursos financeiros, (muito reduzidos pelo ensino romeno). Mesmo nessas condições, a ratificação orçamental cortou do orçamento para os investimentos desse ano. De acordo com o Secretário de Estado, Mihnea Costoiu, diz que os investimentos serão feitos onde é absolutamente necessário, como por exemplo nas escolas que estão quase a cair, e não para escolas nas aldeias despovoadas.

Custariam 80 biliões de euros equipar as redes de transportes para o nível do Ocidente. 20 biliões de euros deviam entrar na Roménia, até 2013, sob forma de fundos estruturais da parte da UE, principalmente para projectos de infra-estrutura. O ex-ministro do Meio Ambiente, Átila Korodi afirmou que é necessário cerca de dez biliões de euros para colocar os serviços de saneamento básico e água ao nível europeu, enquanto para a extensão das redes de electricidade em todo o país deveriam ser necessários cerca de 150 milhões de euros. A dotação de todas as habitações com casa de banho com água, cozinha e aquecimento central, bem como a substituição das construções frágeis, com materiais baratos, já não tem a ver com as autoridades. Uma estimativa mostra que seria necessário cerca de 60 biliões de euros para fazer as famílias que vivem no meio rural desistir do WC do quintal, dos fogões a lenha ou a gás, inefficientes de ponto de vista energético, ou das casas de colmo. Não foram consideradas as obras de renovação e modernização das habitações já “europeias”.

Um montante mais do que impressionante – cerca de 80 biliões de euros – adiciona-se também para os investimentos mínimos necessários para colocar a infra-estrutura de transporte local ao nível da Europa. 725 milhões de euros foi o orçamento para

investimentos em 2009 do Ministério da Educação. A quantia é pequena quando comparada às necessidades do sistema, estimada em vários biliões de euros.

As empresas afectadas pela crise podem exigir um novo esquema de auxílios temporários do Estado, aprovado pela Comissão Europeia, através da qual estas podem receber até 500.000 de euros. O regime destina-se aos agentes económicos que se encontravam numa situação de dificuldade no início de Julho do 2009.

O objectivo era manter os empregos existentes e apoiar o desenvolvimento e a modernização de suas respectivas empresas. A ajuda poderia ser aplicada por todas as empresas de todos os domínios de actividade, excepto as do sector das pescas e da aquicultura e as do sector da produção primária de produtos agrícolas. Mas existem também outras condições, como é o caso de uma empresa que tenha pelo menos três anos de funcionamento, que não tenha dívidas ao Estado e à Segurança Social do Estado, e que não esteja no caso de falência técnica ou liquidação. O Ministério para as PME, através da Agência para a Implementação dos Projectos e Programas para as PME (ANIMMC), irá fornecer ajuda na forma de subsídios no valor de mais de 250.000 euros. 1.000 agentes económicos podem beneficiar do novo regime temporário de auxílios estatais, para as empresas afectadas pela crise económica

O montante total dos fundos anti-crise disponível pelos Estados-Membros da UE, aprovado em 2008 pela Comissão Europeia, ascende-se a 3.361 biliões de euros, mas o valor dos fundos anti-crise contratados efectivamente em 2009 pelos Estados-Membros foi de 958 milhões de euros. O montante dos auxílios estatais é de 212.2 biliões de euros, o que representa 1,7% do PIB da UE-27.

V.3.2.O Relatório Global da Competitividade 2008-2009

O Grupo de Economia Aplicada, o parceiro para a Roménia do Fórum Económico Mundial apresentou os resultados do Relatório Global da Competitividade 2008-2009. O índice global da competitividade é um indicador composto, constituído por 12 sub-indicadores. Alguns deles são obtidos através de inquéritos a gestores, outros são obtidos por adaptação de dados estatísticos.

Internacionalmente, as economias mais competitivas do mundo são os EUA, a Suíça e a Dinamarca. A crise financeira recente dos EUA e a entrada em recessão da

Dinamarca levantaram problemas maiores mesmo para as economias mais competitivas do mundo.

No índice global de competitividade, em 2008, a Roménia está na posição 68, de entre 131 países, um pouco acima do ocorrido no ano anterior onde ocupou o lugar 74. Após a pontuação obtida numa escala de 1 (pior) a 7 (o melhor), a Roménia regista 4,1 pontos em comparação a 4,0 pontos em 2007. Mas a Roménia continua a ser o penúltimo país da UE em termos da competitividade, ultrapassando apenas a Bulgária (na posição 76 do ranking). Pela primeira vez desde que a Roménia está presente no relatório (2001), o maior problema para as empresas na Roménia é a instabilidade das políticas públicas (13,2% das respostas dos gerentes).

Em 2007 a instabilidade das políticas públicas foi mencionada apenas em sétimo lugar entre os obstáculos aos negócios. Em 2008, as outras barreiras importantes referidas foram o nível de tributação (12,8%), a complexidade da legislação fiscal (11,2%), a burocracia na administração pública (10,8%) e a infra-estrutura inadequada (9,7%).

A Roménia classifica-se no lugar 76 em termos de estabilidade macroeconómica – oito posições acima de Portugal. A Roménia ocupa o lugar 105 em termos de infra-estruturas, caindo cinco posições e estando no último lugar entre os países da UE. Para a qualidade das estradas, a Roménia está no lugar 126 de 131 países. É difícil conceber como é que a Roménia está numa posição inferior à de alguns países como o Zimbábue (lugar 88 do ranking) e o Burkina-Faso (posição 104 do ranking), porém mais relevante é a comparação com outros países europeus, nomeadamente a Alemanha e França que se encontram nos dois primeiros lugares, a Hungria na 57^a posição, a Bulgária na 95^a e a Polónia na 96^a.

A Roménia classifica-se na 124^a posição em termos de políticas públicas transparentes, na 113^a para o favoritismo nas decisões governamentais, na 111^a no desperdício do dinheiro público – o que confirma o facto de que a maneira como são feitas as políticas públicas representa a maior desvantagem competitiva da Roménia neste momento. A Roménia realizou progressos nos indicadores tecnológicos, especialmente em relação ao número de utilizadores da Internet (o lugar 23, representando um crescimento de 28 lugares) e telefones móveis (o lugar 50), bem como alguns progressos

em despesas das empresas em pesquisa (o 74º lugar, revelando um crescimento de 15 lugares) e na intensidade da concorrência local (82º lugar, em crescimento de 4 lugares). “Situada à margem da Europa, é relevante questionar o que se pode esperar da Roménia nos próximos 10 anos?”³⁸

No Outono de 2008, quando a economia mal sentiu a brisa da crise, o primeiro-ministro Calin Popescu Tariceanu (que governava naquele momento), apresentou uma previsão bastante optimista: se a taxa de crescimento se mantivesse nos próximos anos, disse ele, em 2014, a Roménia seria a sétima potência económica da UE, e assim chegaria onde ela pertence no âmbito da UE, já que é o sétimo país (em termos de áreas geográficas e de população). Porém, naquele momento a economia estava a crescer com um ritmo de 7% ao ano e ninguém antecipava o abismo em que havia de sucumbir. Vale a pena trazer à discussão a perspectiva evocada por Tariceanu? Nem por isso, disse o analista financeiro Dragos Cabat. Mas, a versão optimista dele é que após um horizonte de 10 anos, a Roménia irá estar entre os primeiros 15 Estados da UE, como PIB *per capita*, do lugar 26 onde está agora.

Para 2011, o Eurostat prevê um aumento de 2,6%. O Relatório sobre a situação macroeconómica que acompanhou o projecto do Orçamento de Estado para 2010 está ligeiramente mais optimista, prevendo um crescimento de 1,3% em 2010 e de 2,4 em 2011, sendo o crescimento médio para 2011-2013 de 3,3 %. Como número da população e como área, a Roménia é, de facto, o sétimo país da UE e não é inconcebível que possa chegar a ser a sétima potência económica, coisa que conferiria, sem dúvida, um maior poder de influência dentro da UE. A verdade é que, após 20 anos, a Roménia continua, na periferia da Europa, em quase todos os capítulos, e o futuro não se prevê brilhante.

Por exemplo, em termos de volume do PIB, a Roménia está no lugar 16 entre os 27 países da UE. Com um PIB previsto pelo FMI em 2009 de 118 biliões de euros, a Roménia está atrás da República Checa (com uma previsão do PIB de 139 biliões de euros) e à frente da Hungria (com um PIB estimado para 91 biliões de euros). A República Checa tem uma população de 10,2 milhões de habitantes, a Hungria tem 9,9 milhões de habitantes, enquanto a Roménia tem 22 milhões de habitantes. Isto significa que a República Checa e a Hungria em conjunto tem menos habitantes do que a Roménia,

³⁸ Fonte: o jornal “Financiarul”, nº. 5, 5 de Março de 2010.

mas o PIB dos dois países em conjunto é quase o dobro do da Roménia. O Eurostat mostra que, em 2007, a Roménia estava muito abaixo da média da UE em termos de PIB *per capita* expresso nos níveis do poder de compra. O PIB *per capita* em 2007 representava 41,6% da média da UE (46% em 2008, para um PIB *per capita* de 6.300 de euros), sendo a Roménia colocada no 26º lugar na UE-27 e o último lugar ocupado pela Bulgária. A integração, em 2007, da Roménia e da Bulgária na UE tornou a União mais pobre, uma vez que o PIB médio *per capita* na UE-25 (os antigos Estados e os 10 países da Europa de Leste integrados em 2004) representava em 2008, 103% da média da UE-27 (os 25 mais a Roménia e Bulgária). Mas não devemos falar do 26º ou 27º lugar na UE, mas sim de continuar o programa de convergência, um dos objectivos da UE de aproximar os países mais pobres da média da UE.

Mas para entrarmos no grupo dos primeiros 15 Estados em termos de PIB *per capita*, a economia devia crescer de 6.300 de euros em 2008 para mais de 20.000 de euros, valor revelado pelo 15º país da UE neste ponto de vista, o Chipre. Quer dizer que o PIB devia crescer quase 4 vezes mais em 10 anos, o que pressupõe taxas de crescimento de mais de 10% ao ano, o que é inverosímil.

Os especialistas afirmam que, se a Roménia conseguir aderir à moeda única em 2014-2015, este facto seria um sinal do sucesso. O banco romeno BNR mostrou, em Março de 2010, que o programa de convergência nominal (que tem a ver com a adesão ao euro) continua de pé, o que significa que a Roménia a meta de adesão em 2014-2015.

Uma análise do UniCredit para a competitividade romena no plano internacional revelou que nalguns casos, a decisão dos investidores internacionais para mudar para a Roménia foi determinada pelo posicionamento estratégico do nosso país, o que lhes permite penetrar noutros mercados da Europa Oriental, onde a sua presença directa pode ser demasiado arriscada por causa da incerteza relativa do ambiente empresarial local. A Roménia torna-se, dessa maneira, uma base das operações da Europa de Leste para algumas empresas estrangeiras. Mesmo no caso da internacionalização comercial, a boa posição geográfica do país é um forte argumento para os investidores estrangeiros entrarem neste mercado. Embora a maioria dos empresários entrevistados tenham dito que estão muito satisfeitos com o ritmo de desenvolvimento dos seus investimentos na Roménia e repararam melhorias significativas do ambiente empresarial nos últimos anos,

estes indicam como principais fontes de ineficiência, o sistema burocrático lento, especialmente no âmbito dos concursos públicos.

A maioria dos empresários estrangeiros disseram que o risco de crescimento da falta de competências de gestão na Roménia, após a adesão à UE, constitui já um problema nalguns sectores, onde a diferença entre oferta e a procura conduziu a aumentos significativos nos salários para atrair empregados e até mesmo, o que é mais importante, para atrair gerentes com experiência. As perspectivas para os próximos anos não são agradáveis e estima-se que o número de pessoas com mão-de-obra especializada e qualificada tornar-se-á um problema, enquanto mais e mais romenos procuram trabalho no estrangeiro. As estratégias possíveis para atenuar este fenómeno e o problema dos altos custos dos salários não deviam focar-se nos incentivos puramente financeiros, mas sim, na retenção e programas de treino profissional para os funcionários.

Embora estejam em crescimento, as vantagens em relação aos custos continuam a desempenhar um papel importante na actividade da Roménia no contexto internacional. Os custos médios mensais de trabalho continuam baixos, mesmo em comparação aos níveis da Europa de Leste, pouco menos de 400 euros, mas aumentaram significativamente nos últimos anos. Em termos absolutos, os benefícios em termos de custos são ainda mais fortes nos países vizinhos, como a Moldávia (onde o custo mensal do trabalho é de cerca de 130 euros) e na Ásia de Leste (China - menos de 200 de euros por mês). No que refere a outros factores, como a proximidade, a qualidade de membro da UE ou os riscos, os países do Leste Europeu como a Roménia e a Bulgária ainda podem ser considerados competitivos.

O nosso país tem agora outras vantagens, que incluem oportunidades após a adesão na UE, um ambiente de negócios relativamente flexível, mão-de-obra bem preparada e um mercado com o consumo cada vez maior.

A Roménia está no sétimo lugar numa classificação sobre a qualidade do capital humano, realizado pelo Instituto de Pesquisa do Conselho de Lisboa, entre os dez Estados que aderiram à UE em 2004 e 2007, aos quais se juntam também as aspirantes Croácia e Turquia. Para a realização desta classificação, o Instituto de Pesquisa calculou um índice que tem em conta a capacidade de um Estado para desenvolver e manter o capital humano, em função de quatro factores, nomeadamente a qualidade do factor humano, a

utilização do capital humano, a produtividade do capital humano e as perspectivas demográficas. Cada categoria recebeu uma pontuação, e os dados foram colectados como um índice composto.

A Roménia, com uma pontuação de 29,9 pontos, ficou na sétima posição, nas condições em que zero é o valor ideal (ótimo), e 48 reflectia a mais fraca performance. Na primeira posição estava a Eslovénia com 22,3 pontos, seguida pela Turquia, Lituânia, República Checa, Letónia e Estónia. Após a Roménia seguem-se a Hungria, Eslováquia, Polónia e, por último, a Croácia, com 35 pontos. A colocação da Turquia na segunda posição reflecte o rápido crescimento demográfico, em comparação com outros Estados da Europa Central e Oriental, onde está antecipado um decréscimo.

Quanto à qualidade da educação, uma área considerada essencial para o desenvolvimento do factor humano, a Roménia é colocada no grupo dos países que têm conseguido poucos progressos, juntamente com a Letónia, a Lituânia, a Bulgária, a Eslováquia e a Turquia. Segundo o relatório, a educação na Roménia preserva características da era comunista e não educou uma nova geração, que seja competitiva nos mercados de trabalho da UE. Uma das razões é o baixo investimento e a probabilidade de que a situação mudará no futuro próximo é pequena.

Em contrapartida, progressos significativos foram realizados pela República Checa, Hungria, Eslováquia e Eslovénia. Os investimentos médios realizados pela Roménia na educação e na formação de uma pessoa, durante o seu período activo, são de 64,379 dólares americanos, estando no antepenúltimo lugar da classificação. Em último lugar ficou a Turquia, com 61.375 dólares americanos. A Eslovénia colocou-se na primeira posição, com 156.081 dólares americanos, enquanto a média nos 14 Estados-membros mais antigos da UE é de 242.772 dólares americanos.

A Roménia está melhor posicionada no que refere o uso do capital humano, respectivamente na sexta posição, bem como no caso da produtividade do capital humano, onde ocupa o terceiro lugar. Para o cálculo deste indicador, o estudo compara a quota do consumo no PIB, em relação a cada dólar americano investido no factor humano, ajustado para o poder de compra.

Mas a Roménia fica em pior posição no acesso da população à Internet. Dos dez Estados do Centro e do Leste Europeu que aderiram à UE, a Roménia está na última

posição em termos de acesso às redes de comunicações multimédia, sendo ultrapassada pela Bulgária também. No primeiro lugar, a este respeito, está novamente a Eslovénia seguida da Estónia, Letónia, Polónia, Lituânia, Hungria, República Checa e Eslováquia.

De acordo com o GEA (o Grupo de Economia Aplicada), a melhoria ao nível da pontuação obtida pela Roménia é insignificante – 4,11 em comparação a 4,1 (numa escala de 1 – o mais fraco, para 7 - o melhor).

Também nos indicadores “Saúde e educação de base” e “a Formação tecnológica” o nosso país tem a menor pontuação dos países membros.

Outros pontos fracos são a “Educação e formação superior”, e “a sofisticação dos negócios”, onde, entre os países da UE, apenas a Bulgária ocupa uma posição inferior. Uma das melhores pontuações foi conseguida pelo grau de sofisticação dos mercados financeiros, o lugar 56, em que o nosso país está posicionado, acima de países como a Grécia, Itália e Letónia. O melhor lugar no ranking (41) é obtido no capítulo “o Tamanho do Mercado”, mas a Roménia perde terreno em termos de eficiência do mercado de bens (no lugar 61, embora à frente da Bulgária, Hungria e Itália) e da eficiência do mercado de trabalho (no lugar 79, um nível consideravelmente superior da Itália – 117, da Grécia – 116, ou de Portugal - 103). No primeiro lugar estava a Suíça, à frente do líder tradicional, os EUA. Este está no segundo lugar, seguido por Singapura, Suécia e Dinamarca.

V.3.3. As prioridades nacionais de desenvolvimento

O crescimento da competitividade económica e o desenvolvimento da economia baseada no conhecimento.

Fundamentação

Com a adesão à UE, o desenvolvimento da Roménia vai acompanhar a convergência com o Espaço Económico Europeu, tanto ao nível nominal, como ao nível real. Este processo de recuperação dos atrasos pressupõe que, no período 2007-2013, a Roménia terá ritmos altos de crescimento económico, mas mantendo-se estáveis os equilíbrios macroeconómicos. O factor chave na determinação do crescimento económico

nas condições da entrada total num mercado marcado por fortes forças competitivas está no aumento da competitividade económica.

Além disso, o desenvolvimento de vantagens económicas competitivas deve ser um processo constante, que deve ter em conta as tendências europeias, mas também do processo de globalização no conjunto. Portanto, o aumento da competitividade não deve ser visto como um processo de exploração das vantagens a curto prazo (por exemplo, o baixo custo da mão de obra), mas como um processo de construção de uma estrutura económica baseada nos investimentos de capital e nos processos de investigação, desenvolvimento e inovação.

O crescimento económico sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população são determinadas pelo desenvolvimento da competitividade económica, no contexto dos desafios globais (globalização da economia, a abertura dos mercados internacionais, as mudanças tecnológicas rápidas), desafios que devem ser transformados em oportunidades para a economia romena. Apesar dos progressos substanciais nos últimos anos, a Roménia tem graves lacunas em termos de competitividade em relação à Europa Ocidental e Central. As razões para este atraso são encontradas ao nível de todos os elementos que determinam a capacidade competitiva. Todos são expressos em última instância, numa baixa produtividade, o que define o problema da competitividade na Roménia.

Apesar dos progressos na privatização, na eficiência e na regulação do sector financeiro, o acesso das empresas ao capital ainda é muito limitado. O uso de algumas tecnologias e equipamentos ultrapassados reduzem drasticamente a produtividade na maioria dos sectores industriais. O sector das PME é, provavelmente, o mais afectado, tendo uma estrutura que revela uma orientação relativamente baixa para actividades produtivas. Apesar duma dinâmica positiva, o peso das PME em PIB ainda é insuficiente, exigindo tanto o seu crescimento tanto quantitativo como qualitativo.

O acesso das PME ao capital, tecnologia e infra-estrutura é baixo, muito abaixo do nível que permitiria a prática do papel vital das PME no reforço da competitividade económica através processos inovadores, que permitem uma maior flexibilidade e adaptabilidade às necessidades do mercado. A pesquisa científica sempre sofreu devido ao declínio do investimento no domínio por parte do sector público e privado, da redução

do número de profissionais altamente qualificados, bem como do número extremamente reduzido de *clusters*. Em matéria de estratégia empresarial, a redução de competências na gestão é uma deficiência que se manifesta em todos os níveis.

A maioria das empresas locais ainda baseia as suas estratégias competitivas na redução de custos e não na melhoria da produtividade. As empresas inovadoras representam três a quatro vezes menos do total das empresas, em comparação com a UE. A protecção da propriedade intelectual registou progressos a nível regulamentar, mas inferiores ao nível de implementação. No que refere as indústrias e serviços de apoio, a economia romena apresenta insuficiências maiores.

Muitos dos sectores da economia têm conseguido desenvolver-se, quer por causa de vantagens naturais (o processamento de madeira, materiais de construção, turismo) quer como resultado de uma intervenção massiva do estado de industrialização forçada (máquinas, metalurgia, química, petroquímica). Ambas as abordagens determinaram um baixo grau de agregação e de cooperação no âmbito dos mesmos sectores, com graves lacunas na segurança de uma cadeia de produção adequada, capaz de criar valor acrescentado.

A infra-estrutura de negócios tem muitas desvantagens e os serviços de apoio estão ainda numa fase inicial de desenvolvimento. O sector das PME, que empregam quase metade da população, tem acesso limitado aos serviços de consultoria especializada. Apesar da Roménia ter diminuído nos últimos anos, a diferença sobre a implementação da sociedade da informação através o desenvolvimento da indústria TIC (Tecnologias da informação e comunicação), da infra-estrutura (hardware, software, meios de comunicação) e das aplicações e serviços específicos, o nível de penetração da informação e das comunicações é bastante baixo, tanto devido de um pedido deficitário, determinado parcialmente pelo baixo poder de compra da população, como da educação deficitária e da disponibilização baixa da infra-estrutura em termos de acesso e dos custos de utilização.

A competitividade duma economia baseia-se também no consumo eficiente de recursos energéticos e energia. Neste contexto, deve-se atribuir uma especial importância à produção, ao transporte, à distribuição e utilização eficiente de energia.

A Roménia é caracterizada por uma intensidade energética elevada em comparação não só com a média da UE, mas também com a média dos antigos países comunistas da região. Além disso, a análise comparativa dos indicadores de competitividade seleccionados mostram que a intensidade energética representa o factor de competitividade com a maior diferença sobre os países da UE. Esta diferença pode ser uma desvantagem importante para a competitividade da economia nacional, especialmente à luz do aumento gradual dos preços da energia e seu alinhamento com as empresas europeias.

Além disso, existem também outros factores determinantes da competitividade, que não entram directamente sob a incidência desta estratégia, mas que devem ser vistos em estreito relacionamento com o processo de desenvolvimento competitivo. A infra-estrutura de transporte e ambiente têm graves deficiências, tanto em termos quantitativos, como qualitativos, depois de décadas de investimentos insuficientes. O acesso ao ensino universitário continua ainda abaixo da média regional, com uma situação muito desfavorável em termos de licenciados nas áreas rurais (em conjunto com um baixo grau de urbanização ao nível de todo o país). A melhoria desses factores é abordada noutras prioridades do PND.

O aumento da competitividade económica depende tanto das actividades económicas efectuadas, como da sua localização em termos territoriais, da distribuição e das relações espaciais em que se encontram estas dentro dos recursos, relacionadas com o emprego, as facilidades, os serviços e os mercados de venda. No contexto espacial, a competitividade económica é determinada pelo envolvimento dos centros urbanos na valorização criativa e inovadora do potencial nacional.

Estes centros formam um sistema hierárquico de poli/áreas de desenvolvimento, através da concentração de combinações de produtos e serviços competitivos que tem oportunidades de se tornarem competitivos (informática, financeiro, as indústrias criativas, serviços ambientais, serviços personalizados, turismo, etc.), ao mesmo tempo do desenvolvimento da acessibilidade, dos recursos de educação e pesquisa – inovação, da infra-estrutura de negócios, da qualidade ambiental e qualidade de vida, do desenvolvimento e a promoção do turismo, através a valorização do património natural e cultural e da perspectiva baseada na paisagem natural e cultural.

Objectivos

O objectivo geral da Prioridade 1 do PND é o crescimento da produtividade das empresas romenas para a redução das diferenças relativamente à produtividade média da UE. O facto da estimativa até o ano 2015 ser de um crescimento médio da produtividade de cerca 5,5% por ano, permite à Roménia atingir um nível de cerca 55% da média da UE. O acompanhamento deste objectivo realiza-se através da monitorização do crescimento da produtividade do trabalho por pessoa, que pode ser decomposto na contribuição de dois factores: a contribuição do capital por trabalhador, e a mudança do residual Solow, chamado também, produtividade total dos factores.

Portanto, este indicador capta a evolução de todos os factores de produção utilizados no desenvolvimento de uma economia, incluindo os recursos naturais, a mão-de-obra, os investimentos de capital e mesmo a contribuição do PDI (pesquisa, desenvolvimento, inovação), como grau de desenvolvimento da sociedade da informação.

Podem-se discriminar os seguintes objectivos específicos:

- O crescimento da contribuição do PIB para as PME em 20% até 2015.
- O crescimento do valor das despesas totais até 3% do PIB em 2015.
- O crescimento do número de utilizadores de Internet – empresas/população – de 52% /19% em 2003 para 70% /55% em 2015.
- A redução da intensidade energética primária em 40 % até 2015, em comparação com o ano 2001.
- O crescimento da competitividade através o melhoramento do acesso ao mercado das empresas, especialmente das PME

As empresas são o motor do crescimento económico, da sua performance dependendo a competitividade de toda a economia. O melhoramento da sua participação no mercado único europeu, através do apoio ao acesso ao financiamento, aos investimentos na optimização de base industrial, respeitando os princípios do desenvolvimento sustentável representa uma condição vital para o funcionamento competitivo da economia romena.

No que diz respeito às PME, apesar dos nítidos progressos realizados na implementação da Carta Europeia das PME, ainda há dificuldades devido à limitação de

recursos disponíveis para estas, a dificuldade de acesso ao financiamento, ao maior fosso tecnológico e da falta de “know-how” que permitam uma rápida adaptação às exigências do mercado europeu e as mudanças na economia global.

Para o desenvolvimento das empresas é necessário a sustentabilidade dos investimentos produtivos (ferramentas e novas tecnologias) que permitam a adaptação da produção para a procura do mercado único europeu. Tem-se como objectivo a aquisição de equipamentos com alta eficiência energética e não poluentes, ajudando tanto na redução do consumo de energia na produção romena como também para reduzir a poluição ambiental.

Nas condições de forte concorrência no mercado interno da UE e do elevado grau de complexidade das exigências dos consumidores, as empresas romenas terão de melhorar a qualidade dos produtos colocados no mercado o que atesta a sua performance, proporcionando maior segurança e protecção do consumidor. A ampla implementação voluntária das normas europeias e internacionais representa uma boa prática já usada nos mercados desenvolvidos. A certificação ambiental e de qualidade não é mais do que um investimento que garante a aceitação de produtos romenos na Europa e o acesso ao mercado interno.

Evidentemente, a existência de uma infra-estrutura de certificação adequada é uma condição fundamental para a eliminação de quaisquer barreiras no processo de certificação.

O financiamento nas condições comerciais envolve uma melhor supervisão por parte do doador, que trazem, dessa maneira, conhecimentos acrescentados e que garantem a validação do processo de “selecção” das empresas ou dos modelos de negócios competitivos. As intervenções são necessárias para determinadas categorias de PME (como start-up ou PME de alta tecnologia), que estão em desvantagem por experiência insuficiente para a obtenção de financiamento e dos critérios de performance impostos pelas instituições financeiras.

Um factor importante no fortalecimento das empresas existentes, mas também no apoio do start-ups, é o desenvolvimento de uma infra-estrutura de negócios adequada através de instrumentos específicos hard e soft, harmonizada com as necessidades das PME, beneficiando assim das vantagens da gestão empresarial, de recursos financeiros e

garantias associados, de vantagens técnicas dos serviços da sociedade da informação e de cooperação activa com o ambiente académico e de exploração dos conhecimentos científicos e da valorização do potencial criativo próprio.

Um factor que pode desempenhar um papel importante no aumento da competitividade global da economia romena a médio prazo é também a criação do objectivo de crescimento da competitividade do turismo romeno e o melhoramento da imagem da Roménia pela promoção do potencial turístico. Este objectivo requer a intensificação das acções que visam o desenvolvimento e a promoção internacional da Roménia como destino turístico, juntamente com o desenvolvimento de uma indústria turística sustentável e de interesse nacional.

Este sector económico está a crescer devido ao benefício natural distinto, do património cultural e histórico, diversificado e uniformemente distribuído por toda a Roménia.

Além disso, o conhecimento de produtos romenos através do turismo é um factor importante de promoção nos mercados externos da economia específica e do desenvolvimento do mercado interno desta. Neste contexto, o desenvolvimento de marca do turismo nacional é tanto uma prioridade global, através da contribuição para realizar a marca do país com objectivo de atrair as IDE e o equilíbrio da conta corrente, bem como específica, se tomamos em conta o desenvolvimento do turismo, bastante reduzido, devido, principalmente, à falta da infra-estrutura turística.

Para aumentar a competitividade da economia romena é necessário desenvolver um ambiente seguro e dinâmico para os negócios, aumentando o número e o grau de exploração das oportunidades de negócios pelas empresas em geral e em particular pelas PME.

O comércio electrónico em particular, como as TIC em geral, geram reduções significativas nos custos a longo prazo e de facilitar o acesso aos mercados internos e externos. O reforço da segurança das redes de comunicações electrónicas, a adopção de soluções anti-fraude das TIC e promoção de cartões inteligentes, ajudam a desenvolver o ambiente de negócios, do governo e a melhor a utilização pelas empresas do ambiente das TIC. Portanto, esta medida é muito importante para o sucesso de outras medidas ligadas ao desenvolvimento do ambiente de TIC na Roménia.

Apreciámos que, apesar dos progressos realizados pela Roménia na problemática muito complexa da competitividade económica, estes são modestos e inegáveis, embora os factores de decisão percebam cada vez mais a necessidade de reduzir o diferencial de competitividade e tomam medidas limitadas todavia pela insuficiência dos recursos financeiros, para que essa possa tornar-se realmente o factor chave na determinação do crescimento económico e de uma integração cada vez mais eficiente da economia romena na economia da UE. A partir daqui e até à aplicação prática das exigências de princípio moderno da vantagem competitiva é apenas um passo: a eficiência da competitividade externa depende (sustente-se na teoria da vantagem competitiva) sobre tudo da capacidade dos países, das empresas de se envolver com sucesso nos mercados internacionais. E a adesão e integração da Roménia na UE, nas condições de eficiência, atenua justamente a insuficiência das vantagens internas. Claro que o factor decisivo é o capital humano, que na minha opinião, deve por conseguinte apostar num maior no conhecimento, inovação e optimização.

O crescimento das despesas governamentais para pesquisa-desenvolvimento, % do PIB, mesmo modestamente, em 2000-2007 (de 0,37 para 0,45), com para a educação (de 3,1 para 4,1) e – nesta base – o aumento do peso das empresas inovadoras, são argumentos que atestam que a Roménia encontra-se no caminho certo e que o processo da transição para a economia de mercado e os primeiros anos após a adesão a UE confirmam que as expectativas oferecidas pela teoria económica.

Breve conclusão:

A experiência dos Estados que aderiram à UE ensina que a redução da burocracia e da fiscalidade são a receita para o sucesso, e não o dinheiro europeu. Devemos ser capazes de consumir quanto mais possível dos fundos que a UE nos “abençoou” e tentar “erradicar” a corrupção. Esta foi a reacção unânime, independentemente de onde ela veio: do poder, da oposição ou dos funcionários europeus, ao saber o veredicto final sobre a data de adesão à UE. Mas o que eles ignoravam é que o desenvolvimento económico depende mais da reforma interna e não da ajuda externa e que os principais beneficiários destes fundos são os políticos e seus clientes. E daqui até a corrupção é apenas um passo. À disposição da Roménia estarão disponíveis mais de 30 biliões de euros, dinheiro para

investimentos em áreas essenciais, mas que, devem ser obtidos com base de projectos a serem aprovados pela Comissão Europeia. Quem pensa que, uma vez dentro da UE, *fluirá leite e mel*, e que será suficiente esperarmos que a UE nos dê, está enganado.

Na verdade, os três Estados com peso no acesso aos fundos comunitários provenientes do PIB interno, Grécia, Portugal e Espanha, ainda estão atrás da média europeia ao nível do PIB *per capita*. Pelo contrário, a “Cinderela” de duas décadas atrás, a Irlanda, optou por outro caminho, reduzindo a quota de assistência da UE, atingindo um PIB *per capita* record: 140% da UE. Mas porque são os políticos tão entusiastas da ajuda externa? Simples – porque estes são os principais beneficiários. O apoio financeiro externo concedido pelos países ocidentais tornou a vida dos burocratas dos Estados em transição mais agradável e mais fácil. Muito pouco foi feito para o crescimento da produtividade, e da estimulação dos indivíduos a ajudarem-se mutuamente. “Os fundos externos servem apenas para subsidiar a burocracia, para permitir aos governos não corrigir os seus erros e salvar as empresas estatais falidas”, afirmou James Bovard, analista do Wall Street Journal. Na verdade, o nível da corrupção sustenta o mesmo analista, é directamente proporcional com os fundos que o Estado deve distribuir. (Bovard é o tal que afirmava que “a democracia deve significar mais do que dois lobos e uma ovelha que votam o que comer ao jantar”). E se os impostos e as taxas recolhidos dos contribuintes são apoiados por fundos externos, tanto melhor para eles. De acordo com a escola da eleição pública, de Buchanan³⁹, também os governadores se comportam de acordo com o princípio da maximização de preferências, como qualquer indivíduo do mercado livre. É por isso que não há, com poucas excepções, nenhum burocrata para apoiar o aumento das receitas orçamentais, sejam provenientes de impostos ou de assistência financeira externa. A teoria da escolha pública afirma, por conseguinte, que os governos devem gastar o máximo de recursos obtidos mesmo nas condições dos défices orçamentais e a dívida pública, subordinando assim o regime fiscal para as necessidades orçamentais e os interesses políticos. É por isso que se faz a distinção entre uma gestão para o lucro que iria trabalhar ao nível das empresas, baseado nos cálculos económicos, e um burocrático ao nível do Estado, não sendo baseado nestes cálculos.

³⁹ Economista americano, laureado do premio Nobel para economia em 1986 para suas contribuições no desenvolvimento da teoria contractual e constitucional fundada no estudo do processo de preparação e da tomada das decisões políticas e económicas.

Este é o primeiro passo. A segunda é uma batalha no orçamento, como aconteceu em 2007: o Ministro das Finanças atribuía um nível das despesas de 36,4% do PIB, os outros ministros pedem cada um mais, porque não se preocuparam que, desta maneira, chegassem a um nível das despesas orçamentais de 45,1% do PIB e a um défice de mais de 10%. Afinal, esse dinheiro, mesmo se não fosse adquirido através de vários meios (subornos, favorecimento nos concursos etc.) oferece-lhes uma maior influência na vida pública. Influência essa que pode trazer patrocínios nas eleições e uma posição privilegiada na liderança das formações a que pertencem. O facto de os fundos europeus encorajam a corrupção é reconhecido indirectamente também pelos oficiais europeus.

Em vez de oferecer o modelo espanhol, os governantes deviam fazer “uma visita de trabalho” à Irlanda. Depois de aplicar uma política intervencionista e proteccionista, após a Segunda Guerra Mundial, a Irlanda foi um dos países mais pobres da Europa. Depois de aderir à UE, entre 1973-1986, o governo irlandês tentou apanhar os outros países europeus, aplicando uma política expansionista, assumida a partir “dos ensinamentos” de Lord Keynes⁴⁰, acompanhada por uma absorção considerável dos fundos da UE (em média de 4% do PIB). O resultado – em 1983 a economia da Irlanda era uma cesta, marcada por elevados níveis de desemprego, com taxas de juros altas e uma inflação em pleno crescimento. Estas palavras não pertencem a nenhum economista liberal, invejoso do sucesso de John Maynard Keynes, mas de Roy Maurice Keane – ex-capitão do Manchester United, naquela época um estudante de uma escola em Cork.

Constrangidos pelo país em falência, os irlandeses passaram para reformas e reduziram o nível geral de tributação a um nível próximo do preferencial, concedidas as empresas de áreas específicas, ou seja, uniformizaram os impostos para 12,5%. Renunciaram também ao dinheiro europeu, que caiu abaixo de 1% do PIB. Como resultado dessas medidas, a Irlanda tornou-se o país com menor carga fiscal da União (cerca de 30% do PIB, contra uma média europeia de quase 50%). Além disso, os gastos com a saúde reduziram-se com 6%, os da educação com 7%, a agricultura teve um orçamento menor, de 18%, as despesas militares diminuíram com 7%, as estradas e os subsídios de habitação beneficiaram de fundos reduzidos de 11%. Como resultado,

⁴⁰ Economista britânico, considerado por muitos o principal criador da macroeconomia teórica moderna. A mais citada expressão dele “A longo prazo somos todos mortos” ainda é citada.

enquanto o PIB *per capita* da Grécia (que passada também por uma semi-reforma liberal) estagnava a 70-80% da média da UE, o dos irlandeses avançou, em 20 anos, de 70% para 140% da média da UE.

Em conclusão, não são os fundos externos e o planeamento central (seja o centro Bruxelas ou Bucaresti), que conduzem ao desenvolvimento de um país, mas uma economia de mercado. Ou, como dizia o economista austríaco Ludwig von Mises, 52 anos atrás, “o problema do desenvolvimento dos Estados em transição não pode ser resolvido através de apoios externos materiais. Trata-se de um problema espiritual e intelectual. A prosperidade não é apenas um simples problema de investimento do capital. É também uma questão ideológica. As economias em transição precisam em primeiro lugar de uma ideologia de liberdade económica, da propriedade privada e da iniciativa que levará a investimentos de capital da melhor forma possível e à satisfação das mais urgentes necessidades dos consumidores.”

Conclusões

Fazendo referência às dimensões políticas da adesão da Roménia à UE, lembro que o actual regime político romeno nasceu da revolução anticomunista de Dezembro de 1989, a mais violenta do antigo bloco soviético, mas também a mais rápida. O alargamento da UE à Europa Central e Oriental foi um processo gradual de expansão dos sistemas políticos, económicos e jurídicos da UE na horizontal, para outros Estados-Membros. Este processo tem razões gerais relacionadas com a interdependência entre as políticas globais e as questões geopolíticas, bem como razões práticas específicas de país para país na Europa. A ideia da Europa, que designa uma área geográfica específica politicamente e espiritualmente, remonta há milénios. Todavia, a construção europeia é o processo consciente de formação da unidade económica, política e institucional deste espaço, começando no contexto da bipolaridade mundial após a Segunda Guerra Mundial. As maneiras preconizadas ao longo do tempo para a unificação do espaço europeu centrou-se principalmente em torno de duas soluções possíveis: a Imperial, uma unificação através de força do continente de um poder hegemónico, e a de associação dos Estados europeus, com base na vontade própria. Nem todos os países e as personalidades políticas compartilham a ideia de que a Europa deve ser construída pela UE, como Mihail Gorbaciov, o fundador da Perestroika soviética. Além disso, ele sustenta que os EUA precisam também de uma Perestroika, começando uma vez com a eleição do presidente Obama. Gorbaciov afirmou recentemente na Roménia que “Não sabemos como lidar na Europa, não apenas no mundo”.

Um facto esquecido pela UE, acerca do alargamento desta de 15 para 25 de Estados, é que a Roménia foi o primeiro país da Europa Central e Oriental que desenvolveu relações oficiais com a CE. Os dois lados assinaram um acordo através do qual, em 1974 a Roménia estava incluída no Sistema Geral de Preferências e, em 1980, o Acordo sobre os Produtos Industriais. As relações diplomáticas entre a Roménia e a UE datam desde 1990. Em 1991 foi assinado o Acordo referente ao Comércio e à Cooperação, que entrou em vigor em 1 de Fevereiro de 1995. Este Acordo de Associação estabeleceu uma zona de livre comércio com a UE. Em Dezembro de 1993 havia sido definido, em Copenhaga, pelo Conselho Europeu, os critérios de adesão e do acervo, a saber: políticos, económicos

(economia de mercado), legislativos (a adopção do acervo comunitário) e administrativos (a capacidade do Estado candidato de assumir as obrigações decorrentes da adesão à UE).

Em 22 de Junho de 1995 a Roménia apresentava o pedido de adesão e em Fevereiro de 2000 começou o processo de negociação da adesão da Roménia à UE, que foi concluído em Dezembro de 2004. Em Abril de 2005 o Parlamento Europeu deu o seu parecer sobre a adesão da Roménia e da Bulgária e assinou o Tratado de Adesão destas.

Um capítulo muito importante do Tratado de Adesão para a Roménia foi a livre circulação das pessoas, que foi muito reduzida no período socialista. Por exemplo, os cidadãos romenos que trabalham legalmente num Estado-Membro a partir da data de adesão à UE, mas também depois a adesão, e são admitidos no mercado de trabalho 12 meses sem interrupção, podem beneficiar de acesso ao mercado de trabalho do Estado respectivo com direitos iguais aos cidadãos desse Estado. Muito importante é também a disposição em que, no caso de perturbações no mercado de trabalho que possam ameaçar gravemente as condições de vida de trabalho ou de uma região ou profissão, esse Estado informa a Comissão Europeia e pode suspender, total ou parcialmente a aplicação da disposição referida acima.

Igualmente importante para a Roménia são os capítulos sobre a livre circulação de capital, a concorrência ou o desenvolvimento rural. Não nos esqueçamos que a UE tem tomado medidas cautelares, chamadas cláusulas de salvaguarda em caso de algumas sínopes ao longo da adesão ou nos primeiros anos após a adesão em vários sectores económicos.

O objectivo principal das negociações foi a adesão da Roménia à UE. Isso significa a adopção, a implementação e o desenvolvimento do acervo comunitário, ou seja, a legislação primária e secundária, como o conjunto das políticas e instituições criadas para cumprir essas leis. Na verdade, não se negocia o acervo, somente as condições da sua aplicação antes e depois da adesão. O acervo comunitário foi agrupado em 31 capítulos, aberto sucessivamente às negociações, da livre circulação de mercadorias até às disposições financeiras e orçamentais. A abertura de cada capítulo de negociações foi condicionada para atingir um nível considerado mínimo pela UE de adopção e aplicação do acervo comunitário, de apresentação de documentos de posição (oficiais romenos),

que apresentam a situação da adopção e aplicação do acervo, bem como da realização de programas fundamentais para cumprir as exigências de adesão no futuro.

Durante as negociações, a Roménia obteve 50 períodos de transição e disposições transitórias que lhe permitirá completar as reformas nalgumas áreas também após a data de adesão efectiva à UE. Por exemplo, no Capítulo 7: a Agricultura, o maior e o mais complicado para todos os candidatos, a Roménia obteve 13 períodos de transição, bem como um período de três anos para a modernização das unidades de adaptação de leite, carne e um de oito anos para eliminar as videiras híbridas numa área de 30.000 hectares. Importante para a negociação dos capítulos foi a maneira de negociar e o que ganhou o cidadão romeno. Mas o poder de negociar, além da própria vistoria, está apoiado pelo desempenho económico. Em conclusão, o encerramento, parcial e total dos 31 capítulos de negociações para a Roménia provou que esta mereceu ser recebida na grande organização económica da UE.

Um importante problema de qualquer economia, e mais ainda da economia romena, colocado no complexo processo de adesão à UE é a competitividade. Esta representa a medida em que os produtos fabricados por um país podem enfrentar a concorrência do mercado em função dos preços relativos dos bens e da lei da vantagem comparativa. A produtividade é um dos meios de obter competitividade e define-se como sendo o rendimento da utilização dos factores de produção numa actividade económica da empresa, do ramo económico ou da economia nacional. A competitividade e a vantagem competitiva das empresas envolvem a consideração de factores como, a oferta e a procura, a qualidade dos produtos, os preços, a necessidade social, a adaptabilidade, entre outros. Tratam-se de factores relacionados tanto com o ambiente interno como com o ambiente externo. A vantagem competitiva significa o alcance pelas empresas, inclusivamente das romenas, de produtos superiores do ponto de vista da qualidade ou produtos similares dos concorrentes que devem ser identificados, eles e os seus objectivos. Não devemos esquecer que as forças da competitividade no plano mundial referem-se ao crescimento da semelhança dos países em termos de infra-estrutura, dos canais de distribuição, do marketing, dos mercados de capitais globais, da reestruturação da tecnologia etc. Estas, como também as anteriores, são importantes questões teóricas e metodológicas que se precisa ter em consideração tanto pelo governo romeno como

também por cada empresa no complexo processo de adesão e integração na UE, para que os benefícios excedam os custos, e o tipo europeu da economia de mercado seja realmente eficaz e capaz de conduzir a um crescimento do nível de vida dos romenos.

A orientação da Roménia para o tipo europeu de economia de mercado deveu-se ao facto de ter relações tradicionais com os outros países europeus, como também muitos elementos económicos e culturais comuns.

A transição na Roménia significou a passagem da economia socialista para uma economia capitalista, mas também das mentalidades socialistas para as capitalistas. A transição económica visou um amplo processo de mudanças na economia, chamadas genericamente de reformas económicas. A reforma económica teve em vista os processos da transformação da propriedade, das formas de organização, gestão e funcionamento da vida económica, de modo que o mercado e os seus mecanismos se tornassem predominantes, e simultaneamente com o predomínio da propriedade privada.

A economia de mercado funcional exigida pela UE à Roménia significou a liberalização dos preços e do comércio, a livre entrada e saída do mercado, a estabilidade macroeconómica, a criação de um sector financeiro desenvolvido e a abertura aos investimentos estrangeiros. Além disso, as pré-condições económicas da adesão à UE encontram a razão na necessidade de convergência nominal e real dos países candidatos. Se nos perguntarmos: “Merece a Roménia o estatuto de economia de mercado funcional por parte da UE?”, podemos responder que a Roménia realizou progressos macroeconómicos incontestáveis provados pelo crescimento do PIB em 2005-2007 e pelo facto do sector privado já fornecer cerca de 2/3 do PIB. Mas existe também uma parte cinzenta da economia romena, evidenciada pela indisciplina financeira, pelo tamanho dos défices orçamentais, a pela pressão elevada no sistema de pensões (reformas) ou pelas taxas económicas de juros desequilibrados, acentuados pela crise económica mundial.

A Roménia tem sido, desde há muito tempo chamada “o Celeiro da Europa”, mas hoje podemos perguntar que lugar e que papel na agricultura tem a UE? É um outro desafio para a Roménia. A diversidade das estruturas agrícolas nos países membros da UE baseia-se na propriedade privada da terra, leasing e associação dos fabricantes. A fase actual do processo de modernização das estruturas económicas e sociais da agricultura da UE significa a promoção do novo modelo europeu de agricultura no contexto da

diminuição da população da agricultura e das zonas rurais e da agricultura orgânica e o apoio dos pequenos produtores agrícolas a estabilizarem-se nas áreas rurais.

A agricultura e a silvicultura da Roménia tiveram uma grande contribuição para o PIB no período 1989-2000, principalmente através do sector vegetal. A percentagem da população na agricultura, em 2000 era muito elevada atingindo 40,6% da população total. Realizou-se também a melhoria da infra-estrutura técnica utilitária nas aldeias, dos transportes, das telecomunicações e da saúde. Gradualmente, o sector privado tornou-se predominante e a UE tornou-se o principal parceiro. Entre os não cumprimentos podemos incluir a baixa produtividade, a dinâmica irregular da produção de carne, a perda de peso da indústria de processamento de alimentos, bem como o crescimento do défice comercial agro-alimentar visto que os produtos agrícolas primários têm um baixo grau de competitividade, porque têm também um baixo grau de processamento.

Um papel importante na modernização da agricultura e da silvicultura é desempenhado pelos fundos europeus, e principalmente o SAPARD, um dos fundos de pré-adesão para implementar o acervo comunitário neste domínio. Os projectos apresentados pelos agentes económicos devem cumprir todos os critérios de elegibilidade geral impostos pela UE, e a maioria dos fundos tem sido absorvida pela região Nordeste. Embora para o período 2007-2013, 5,58 biliões de euros sejam subvenções do orçamento da UE através do FEOGA para os agricultores romenos, cerca de 70% destes não podem receber pagamentos directos dos fundos europeus porque tem dimensões pequenas das propriedades agrícolas ou, pior, não tem as informações e os meios necessários para aceder aos fundos. Podemos adicionar também o embargo da UE sobre as importações de carne de porco e de suínos vivos provenientes da Roménia, devido à gripe suína.

A estratégia da Roménia para o sector agro-alimentar é o desenvolvimento sustentável deste através do aumento quantitativo e qualitativo, o crescimento da competitividade, inclusivamente através da melhoria da comercialização dos produtos agrícolas. Até 2007 a Roménia assegurou a plena aplicação dos requisitos institucionais e legislativos sobre a legislação comunitária específica, FEOGA, mas solicitou um período de transição de cinco anos em que pode adoptar medidas de salvaguarda sobre as importações de produtos agrícolas de países da UE, se estes gerarem ou ameaçarem causar distorções no mercado romeno de produtos agrícolas. Entre as causas está também

a vantagem relativa dos produtos importados da UE provenientes de zonas agrícolas já beneficiárias das reformas estruturais, bem como o défice crónico das trocas bilaterais desfavoráveis à Roménia.

Mesmo quando a Roménia aceitou o acordo em matéria de qualidade, ela exigiu a protecção de alguns bens alimentares romenos, incluindo os tradicionais através da gravação nestes de indicações geográficas e denominações de origem. A agricultura ecológica é uma das formas de desenvolvimento da agricultura sustentável, mas infelizmente, na Roménia é um sector novo. Como o número de fazendas que o aplica é pequeno, embora em crescimento, o governo romeno tem como objectivo criar um mercado interno de produtos alimentares biológicos, bem como de um disponível para a exportação através da criação de explorações-piloto, a organização de cursos de formação ou o aumento da investigação neste domínio.

Desde 2002 que as explorações agrícolas romenas beneficiam de facilidades financeiras semelhantes às praticadas na UE através da concessão dos subsídios por produto. O desenvolvimento rural, enquanto piloto do desenvolvimento sustentável, é outro objectivo importante do governo romeno que se está a realizar através do desenvolvimento sustentável de um sector agrícola competitivo, o aumento dos padrões de vida nas aldeias, o desenvolvimento económico rural, assim como dos recursos humanos com o apoio dos fundos europeus de pré-adesão e dos fundos estruturais.

Infelizmente, após as negociações com a UE e o fecho do capítulo da Agricultura, as autoridades europeias referenciaram-se mais aos feitos actuais afectados pela reestruturação da propriedade, às flutuações climáticas ou à diminuição da procura no mercado interno, e não ao potencial agrícola da Roménia. Portanto, se analisarmos as quotas de produção obtidas nas negociações com a UE, encontramos, por exemplo que para o leite, a UE tem aprovado apenas uma quota de produção de 3 milhões de toneladas a que serão concedidos subsídios, em comparação com uma produção de 15 vezes maior (semelhantes também no domínio do açúcar etc.). Após as negociações com a UE no que refere o regime do comércio bilateral de produtos agrícolas de base foram estabelecidas também as contingências, excepto do pagamento de impostos alfandegários. Embora o número de pequenas explorações agrícolas esteja em declínio, apenas 33% das explorações são compatíveis com as da UE, ou seja, que alcançam o nível de unidade

económica europeia (IESU), em comparação com os 44% na Polónia e os 79% na Eslovénia.

Concluindo, temos que dizer que, se antes da revolução de 1989 a Roménia era um exportadora líquida de produtos agrícolas, a partir de 1990 a Roménia tornou-se importadora líquida destes produtos. No entanto, a agricultura pode tornar-se um sector competitivo da economia romena devido à adesão e integração na UE através da utilização eficiente do financiamento europeu e um comércio exterior activo, que poderão trazer também um desenvolvimento rural duradouro.

Se em Dezembro de 1989 o sector público de Estado na Roménia detinha um peso de 77,4%, neste momento o peso deste baixou significativamente através do processo de privatização das indústrias de Estado, respectivamente através dos métodos MEBO (a compra de acções pelos empregados e gestores), ou dos certificados de acções (programa da privatização em massa, vendas directas, licitações ou privatizações através os canais de mercado de capital). Em 2004, o peso do sector privado no PIB era de 70%.

Um papel importante tiveram também os fluxos de capital estrangeiro na Roménia no período 1990-1995. Se no período 1996-1997 aumentaram os investimentos de *portfolio* e as dívidas externas privadas, no período 2000-2004 predominaram as transferências privadas externas. Os fluxos de IDE foram modestos nos primeiros anos de transição devido às barreiras administrativas e ao predomínio dos métodos de privatização pobres em capital estrangeiro, como o MEBO. Mas globalmente, no período 1990-2003, os fluxos IDE na Roménia foram de 10 biliões de euros, aumentando a contribuição deste para o PIB da Roménia, nomeadamente de 20% em 2003. Também se assistiu a um amplo processo de reestruturação dos ramos industriais, baixando a indústria extractiva e aumentando as indústrias transformadoras, sobretudo as de materiais de construção devido à grande procura de habitações, escritórios, e criação de novas empresas a grande ritmo, de cerca de 16,8% em 2004. Evolução análoga ocorreu na indústria dos meios de transporte rodoviários ou dos carros e aparelhos eléctricos. Infelizmente, no fundo da crise económica mundial, o índice da produção industrial baixou pouco a pouco até aos valores negativos de 2009.

O índice da abertura comercial das empresas industriais romenas aumentou no período 1989-2007 para mais de 75%, especialmente com a UE. O comércio exterior da

Roménia baseou-se mais na indústria dos têxteis, nomeadamente das confecções, das máquinas e equipamentos. Estes dois sectores são também os maiores importadores, porque a sua exportação está de facto, dependente de importação de matérias-primas e a maioria das exportações são realizadas com base em contratos Lohn (contratos de licenciamento). Simultaneamente, a Roménia tem um défice muito grande da balança comercial para bens intermediários e este é um índice revelador da falta de integração das mercadorias romenas na rede internacional de produção e distribuição. Além disso, se consideramos o preço como um indicador da qualidade, então 2/3 das exportações da Roménia seriam de baixa qualidade, estando a competição no nível do preço, e não na inovação. Mesmo assim, o peso das mercadorias exportadas com intensidade técnica pequena baixou pouco a pouco de 78% em 1993 para 64% em 2000.

Para o crescimento da competitividade da economia romena, nos últimos anos do processo de privatização, um objectivo prioritário constituiu a rentabilização das actividades das empresas comerciais, às quais, pacotes de acções foram oferecidos para a venda através da negociação de programas de desenvolvimento e reestruturação tecnológica destas. Dos 1452 contratos de privatização, 1420 prevêem a cláusula de investimentos tecnológicos e de ambiente. E é natural, por que a privatização se justifica só na medida em que traz um acréscimo de eficiência.

A privatização foi o principal meio de desenvolvimento e diversificação do sector bancário romeno, como também do mercado de capital, praticamente inexistente na economia socialista. Assim, a venda do BCR ao ERSTE Bank foi considerada a privatização melhor sucedida da Roménia e da região. Uma das privatizações com mais impacto foi a fusão em 2006 do Banco HVB com o Banco Comercial “Ion Tiriac” e o Unicredit, formando-se um dos mais fortes agentes do sector bancário romeno desde 2007. Além disso, os agentes internacionais fortes entraram na Roménia através da aquisição de bancos existentes ou através da criação das suas próprias estruturas, atraídos pelas perspectivas e oportunidades de mercado romeno decorrentes da adesão à UE, bem como do potencial de desenvolvimento oferecido pela Roménia. Em 2006 os investidores estrangeiros detinham cerca de 90% do sector bancário, em comparação aos 96% na economia Checa e aos 57% na Letónia.

Assim que a Roménia aderiu à UE entrou em vigor a nova lei bancária e apareceram duas formas em que as instituições de crédito da UE podem colocar actividades na Roménia: através de sucursais e pela prestação de serviços directos. Também com a adesão à UE, aumentou a liquidez, mas a BVB tem vindo a ganhar uma maior sensibilidade, sendo influenciada pelas flutuações dos mercados internacionais. Mas por agora, devido ao nível ainda baixo da capitalização bolsista em percentagem do PIB, este não é um barómetro real da economia romena. Para atrair mais investidores estrangeiros fortes, o mercado de capital romeno deve aumentar a sua liquidez e diversificar os instrumentos financeiros de investimento.

A Roménia e a Bulgária não foram Estados contribuintes líquidos no primeiro ano de adesão e, portanto, o pacote financeiro para eles foi limitado para 3 anos: 15,3 biliões de euros nos compromissos (contratos), dos quais 9,1 biliões de euros nos pagamentos (despesas efectivas) para o período 2007-2009, sendo a diferença de 6,4 biliões de euros gasta após 2009. Para a agricultura estabeleceu-se a introdução progressiva dos pagamentos directos por um período de 10 anos, começando de 25% (em 2007-2009 foram concedidos 881 milhões de euros sem co-financiamento do Orçamento do Estado, e para o desenvolvimento rural 2308 biliões de euros com co-financiamento de 25%). Em termos dos fundos estruturais e de coesão a quantia negociada com a UE foi de 5.973 milhões de euros com co-financiamento de 25% para o mesmo período. Após a adesão à UE em 1 de Janeiro de 2007, a Roménia beneficiou de um volume financeiro muito superior ao recebido pelos programas de pré-adesão por parte da UE. O acesso a estes fundos permitiu à Roménia desenvolver de forma equilibrada as regiões que ficaram para trás, modernizar a infra-estrutura de transporte e ambiente, um desenvolvimento rural sustentável, bem como a promoção de políticas sociais activas.

Cada instrumento estrutural como o FEDER, FSE ou o Fundo de Coesão, tem uma finalidade especial e foram complementados com os Fundos da Política Agrícola Comum da UE, como por exemplo o FEADER. O PND é o documento estratégico na base do qual se negociou com a UE o apoio financeiro atribuído à Roménia para o período 2007-2013. Este tem seis prioridades, mas as principais são, claro, o crescimento da competitividade económica e o desenvolvimento da economia baseada no conhecimento. Os fundos europeus para 2007-2013 chegam à Roménia através de sete programas

operacionais, tal como o de aumento da competitividade económica. Um beneficiário dos fundos da UE deve ter 3 fontes de financiamento: a parcela recebida do Estado sob a forma de co-financiamento, fundos próprios para efectuar as despesas não elegíveis e fundos da UE. Porque os fundos não-reembolsáveis, conforme o projecto orçamental da UE no período 2007-2013, ultrapassa os 30 milhões de euros, levanta-se o problema de uma boa preparação para os receber.

De acordo com a programação financeira global da PND para o período 2007-2013, os maiores investimentos são para o desenvolvimento da infra-estrutura de transportes, o desenvolvimento rural e o aumento da produtividade agrícola, tendo o montante recebido pela Roménia aumentando gradualmente de 1,27 biliões de euros para 3,76 biliões de euros. Mas não devemos esquecer que, para o financiamento das acções no apoio da política comunitária, a Roménia teve de contribuir em 2005 com 112.327 euros, 115.260 euros em 2006 e 118.193 euros em 2007. Por enquanto, a Roménia contribui mais do que aproveitou do orçamento comunitário que lhe foi reservado, e a relação custo/benefício é de 6:1 até agora nas condições em que a taxa global de absorção é apenas de 4,6%. As principais causas do baixo grau de absorção na Roménia são: a falta de transparência, a falta de previsibilidade nos procedimentos de acesso aos fundos, a falta de colaboração entre as instituições, a grande burocracia e a fiscalidade elevada.

Um bom exemplo de boas práticas na aplicação do FSE observou-se em Portugal durante 2000-2006 através do projecto para facilitar a inserção no mercado de trabalho do grupo-alvo composto por desempregados com mais de 50 anos, após despedimentos na indústria têxtil e vestuário, onde o nível da qualificação era baixo, e por isso foram formados para usar o computador. O facto de apenas 43% dos projectos apresentados após a adesão receberam financiamento é devido aos erros na elaboração dos projectos que vão desde a falha do requerente ao guia do solicitante e sobrestimação dos custos elegíveis etc.

Em conclusão, a adesão e a integração na UE apoiadas por fundos comunitários ajuda tanto os investidores como os consumidores na Roménia, através da transferência da tecnologia ou know-how. Estima-se que, após 2012, a relação custo-benefício seja a favor da Roménia, facto que se começou já a manifestar em Março de 2010, quando a Roménia recebeu dinheiro da UE para quatro projectos de energia estratégica (240

milhões de euros para 18 meses). Temos que ter em conta que se nos reportarmos ao grau de absorção para os instrumentos estruturais, a Roménia está ao nível médio dos Estados que aderiram em 2004.

O comércio externo da Roménia é um espelho fiel do desenvolvimento económico, os investimentos estrangeiros no nosso país contribuíram decisivamente para o desenvolvimento dos sectores económicos e, nessa base, para o aumento da sua capacidade de exportação e competitividade. Portanto, nos últimos anos, a Roménia passou para exportações de bens com alto valor acrescentado, tais como a indústria automóvel, os serviços financeiros ou as telecomunicações. Isso ocorreu devido à concorrência das mercadorias mais baratas, com pequeno valor acrescentado, de origem asiática.

O défice comercial triplicou no período 2005-2007, devido à necessidade de investimento para a economia romena e ao aumento dos preços das matérias-primas, pelo que em 2007 o défice comercial foi de 22 biliões de euros (principalmente na indústria automóvel, bens manufacturados, combustíveis, alimentos e animais vivos). As entregas e as aquisições intracomunitárias estão no primeiro lugar no âmbito do comércio externo romeno (cerca de 70% deste), especialmente para a Itália, Alemanha, França, Hungria. Nas exportações FOB (free on board) predominam as máquinas e os equipamentos para transporte, como por exemplo o Dacia Logan, combustíveis fósseis, artigos manufacturados, e como importações predominam os produtos químicos e os bens manufacturados. Concluindo, o nível de desenvolvimento reduzido significa exportações de bens com valor acrescentado baixo, como os da Roménia para a UE, e a compra de produtos caros e altamente transformados tecnologicamente, situação que leva a um excedente comercial da UE na linha inteira nas relações com a Roménia.

Com a integração no circuito económico mundial e principalmente na UE, a competitividade a longo prazo de uma economia realiza-se através de várias maneiras, sendo uma destas a atracção de IDE. Através deste realiza-se a transferência de tecnologia avançada, sustenta-se o ajuste estrutural da produção às exigências do desenvolvimento moderno, e pode-se aumentar a produtividade e a competitividade nos novos mercados. Existe, portanto uma correlação positiva entre a evolução das entradas

dos fluxos de IDE e o crescimento económico dos países receptores, tal como tem acontecido com a Roménia.

Reportando para as áreas de interesse, o valor mais elevado de IDE está registado no sector industrial, estando os investidores estrangeiros a fazer praticamente a segunda industrialização da Roménia (cerca de 30% desses investimentos são orientados para as indústrias transformadoras). Geograficamente, o IDE direcciona-se principalmente para a área que inclui a Capital, devido à intensificação do processo de modernização, ao grau elevado de qualificação da mão-de-obra barata ou da dinâmica particular do mercado imobiliário.

Estima-se, em geral, que na Europa de Leste são 3 os factores de atracção para o IDE como por exemplo: a *saturação dos mercados ocidentais* na indústria de cervejas, de refrigerantes, de telecomunicações; o *fenómeno de Capture Growth*, que se verifica nas empresas que estão a chegar à maturidade no Ocidente e vêm para Oriente para o potencial do mercado, como o sector bancário, IT etc.; o *fenómeno nearshoring*, um nicho nos negócios de outsourcing, que corresponde ao destaque da produção num país com salários mais baixos, mas esta sendo compensada da apropriação geográfica e cultural. Além disso, já existem empresas romenas que são fortes para se orientarem para a expansão no estrangeiro, como o Softwin, Mobespert e Petrom.

Os investimentos romenos no estrangeiro representaram após 1 de Janeiro de 2007 cerca de 0,1 biliões de euros por ano, e em 2009 o saldo do IDE dos romenos aumentou para 12% em relação ao ano anterior (o importante é também o facto de que os romenos têm ido trabalhar para o exterior e enviarem montantes em euros ou dólares cada vez maiores, tendo em 2009 o montante dos depósitos detidos no estrangeiro aumentando em 80% em relação ao 2008, para 4,46 biliões de euros).

O factor chave no crescimento económico da Roménia, em termos de integração na UE, onde existe uma concorrência feroz é o crescimento da competitividade económica e o desenvolvimento constante da vantagem competitiva. Apesar dos progressos substanciais dos últimos 20 anos, a Roménia apresenta diferenças em matéria de competitividade em relação aos outros Estados-Membros, devido à baixa produtividade. A investigação científica é influenciada pelo baixo nível dos investimentos públicos e privados, cerca de quatro vezes inferiores em termos de percentagem do PIB em relação à

UE-27, pela redução do número das especialistas altamente qualificados ou pelos níveis baixos de competências em gestão e marketing. Como resultado, as empresas inovadoras são num número 3 a 4 vezes menor do total das empresas da UE.

A penetração das tecnologias informáticas e comunicações têm um nível bastante baixo na economia e na sociedade. Entre as causas estão a baixa procura, a diminuição do poder de compra da população e a educação IT deficitária. Embora tenha aumentado na última década, o ensino universitário continua abaixo da média regional, nomeadamente sobre os diplomados do meio rural. Também é inaceitável que no século XXI o peso da população ocupada na agricultura seja cerca de 30% em comparação a 5,6% da média da UE-27 (existem discrepâncias também nos serviços, cujo peso é quase metade da média da UE). Em consequência, a Roménia e a Bulgária estão nos últimos lugares no ranking dos Estados-Membros da UE em termos de nível de vida, como também no ranking de competitividade, de acordo com o Eurostat (tendo em conta como factor de competitividade o desempenho económico, a eficiência governamental, a infra-estrutura e a eficiência dos negócios). Por este motivo, o Governo romeno propôs-se reduzir as diferenças de produtividade com a UE através do crescimento da produtividade anual em 5,5% até 2015, quando deverá atingir 55% da média da UE. Os meios propostos são: o aumento da contribuição das PME para o PIB, atribuir 3% do PIB para investigação e desenvolvimento e baixar os níveis da intensidade energética primária em 40% relativamente a 2001.

No âmbito do Programa Operacional Sectorial – “Aumento da Competitividade Económica”, as PME podem aceder desde Maio de 2008 a fundos perdidos até 10 000 euros de um orçamento de 6.34 milhões de euros para consultoria e na base da elaboração de projectos e contribuições de 30% do valor das despesa elegíveis. Serão elegíveis os serviços para a criação de soluções inovadoras, elaboração de planos de negócios, marketing, análise financeira, etc. Foram concedidos também fundos anti-crise pela Comissão Europeia, mas o seu valor real do compromisso foi bastante baixo.

Embora consciente das diferenças de competitividade e tomando medidas para a aumentar, a economia romena obteve resultados inegáveis sobre os factores de competitividade. Os objectivos propostos até 2015 são ambiciosos, mas exigem não só

financiamento externo e interno sustentável, mas também a sua utilização mais eficiente e máxima para que a relação custo-benefício evolua em seu favor.

Perspectivas:

Em 2008, a Roménia registou a maior taxa de crescimento económico na UE, de 7,3%, mas no início da crise económica teve um défice orçamental de 5,2%. Em 2009, a Roménia registou um dos mais graves colapsos da UE, sendo ultrapassada apenas pelos países Bálticos. A Comissão Europeia lançou no dia 3 de Março de 2010 a estratégia económica para os próximos 10 anos “Europa 2020”, a fim de tornar a UE a mais competitiva economia do mundo. Qual o caminho que deve seguir a Roménia numa UE que está por seu lado a confrontar-se com incertezas e problemas complexos? Um dos objectivos da Europa 2020 é que 75% da população com idade entre 20 e 64 anos tenha um posto de trabalho, mas no final do ano 2009 a Roménia registava uma taxa de emprego nesta faixa etária de 59,2%. Os países membros da UE terão de desbloquear para pesquisa e desenvolvimento 3% do PIB da UE, porém a Roménia disponibiliza apenas 1% do PIB. A poupança da energia e o desenvolvimento da energia não poluente é outro objectivo da estratégia Europa 2020, mas para isso a Roménia precisa de pelo menos de 30 biliões de euros para tornar a indústria mais ecológica, ou seja o total dos fundos comunitários atribuídos à Roménia no período 2007 -2013.

O abandono escolar deverá ser inferior a 10%, porém a Roménia apresentou uma taxa de 18% em 2009. Pelo menos 40% da geração jovem terá que ter formação universitária, mas na Roménia em 2009 apenas 11% tinha este nível de formação.

Como conclusão geral podemos dizer que a Roménia foi preparada especialmente do ponto de vista jurídico e político a ser recebida na UE em 1 de Janeiro de 2007 e parcialmente de ponto de vista da economia. De facto, a adesão da Roménia à UE foi apenas um primeiro passo para a integração efectiva da economia romena na economia da UE. Os progressos registados no período 1995-2009 em todos os domínios da actividade, inclusivamente a nível regional, são significativos embora irregulares e tendo muitas interrupções, acentuadas também pela crise económica global que afectou igualmente a Roménia.

O financiamento da UE, do FMI e do IDE deve ser preenchido pelo financiamento próprio obtido através do aumento da competitividade interna e externa, através dos fluxos intracomunitários eficientes e sobretudo através o desenvolvimento humano. Só assim os benefícios da adesão e integração à UE irão ultrapassar os custos destes e todos nós vamos poder dizer que a Roménia ganhou e merece seu lugar na UE.

Os alargamentos de 2004 e 2007 aos países da Europa Central e Oriental e do Mediterrâneo foram um grande êxito para a UE, apesar de terem servido de bode expiatório para todos os tipos de problemas sociais e económicos da Europa. Na realidade, este último ciclo de alargamento expandiu o espaço de paz, estabilidade e democracia no nosso continente e reforçou a economia europeia, alargando os mercados, criando novas oportunidades comerciais e integrando economias em rápida expansão no mercado único. A UE é actualmente o maior espaço económico do mundo. O mercado interno alargado e as novas perspectivas económicas reforçaram a prosperidade e a competitividade dos europeus.

Para a Roménia, a integração na UE não significa só o cumprimento de critérios políticos e económicos ou a negociação de capítulos para acervo comunitário; para a Roménia a integração significa a oportunidade do desenvolvimento moderno e a obtenção da performance, do bem-estar e de segurança.

Investigação futura:

O desenvolvimento deste trabalho, em que era meu desejo, com base numa ampla documentação e muitos dados estatísticos, responder à questão se era vantajoso para a Roménia aderir à EU, permite-me destacar a combinação complexa da análise teórica de conceitos tal como adesão, integração, competitividade, com dados estatísticos relevantes no que se refere à economia romena, tanto durante o período de adesão à UE como também após esta adesão e até no presente. Por outro lado, considero também relevante a análise da economia romena no contexto das exigências e das realidades da UE.

Uma questão que pode ser criticável é o facto da bibliografia deste trabalho incluir mais documentos oficiais e digitais do que literatura de especialidade sobre a UE e as relações da Roménia com esta. Esta escolha pretendeu garantir que a análise do tema e os objectivos definidos não fossem perdidos devido ao excesso de dados factuais, tal como

no caso do processo de adesão, dos relatórios de monitoramento e da negociação do *aquis communautaire*.

O impacto da crise económica e financeira mundial, que afectou também a Roménia em especial a partir de 2008, foi outra questão a que no momento da elaboração deste trabalho não consegui oferecer muita atenção na realização das minhas análises neste contexto, e que poderá ser objecto de análise numa actualização futura deste tema.

Finalmente, não foi minha opção fazer a análise dos fenómenos económicos actuais a partir da perspectiva das cinco condições da introdução da moeda única (Critérios de convergência), prevista para o ano 2015. Esta opção pode justificar-se com o facto das incertezas no seio da UE estarem a crescer no actual contexto da crise das dívidas públicas, impossibilitando, neste momento, qualquer análise realista.

Tratando-se de um trabalho de pesquisa, esforcei-me para demonstrar as seguintes capacidades: definição e domínio de um tema actual e de interesse para novas pesquisas; desenvolvimento de uma pesquisa bibliográfica o mais profunda e completa possível sobre o tema; formulação de hipóteses de trabalho; utilização das unidades estatísticas apropriadas; interpretação correcta dos resultados e formulação adequada das conclusões.

Concebi as conclusões não como um resumo dos capítulos anteriores, mas sim como uma pontuação da significância dos resultados.

Globalmente concebi o meu trabalho em três aspectos: como um estudo teórico; como uma pesquisa qualitativa e como uma pesquisa aplicada, utilizando como metodologia de investigação a consulta da literatura de especialidade, clássica e digital, a exploração científica de teorias e suposições começando pela análise do caso prático da economia romena para que no final os resultados fossem associados à teoria e, finalmente, a pesquisa qualitativa baseada na exposição, nos argumentos e na interpretação dos textos, assim como na pesquisa baseada na análise quantitativa com base em dados estatísticos.

Bibliografia

Acordul European între România și Comunitățile Europene, De la Essen la Cannes (1995), Itinerarul strategiei românești de integrare europeană, Editura Academiei Române, București.

Avram, Ion (2001), “Uniunea Europeana si aderarea Romaniei”, Sylvi, Bucurest.

Babeti, Adriana e U. Cornel (2001), “Europa Centrala. Nevroze, dileme, utopii”, Polirom, Iasi.

Badhuin, F. (2002), “Dictionaire de l'economie contemporaine“, Marabout service, p.146.

Badie, Bertrand e Marie-Claude S. (1992), “Le Retournement du monde. Sociologie de la scène internationale“, Dalloz, Paris.

Balassa, Bela (1961), “The Theory of Economic Integration”, London, Allen and Unwin, p.1.

Bank for International Settlements (2004), “Foreign direct investment in the financial sector of emerging market economies”, Report submitted by a Working Group established by the Committee on the Global Financial System.

Bărbulescu, Constantin e Tatiana G. (1999), “Economie și competitivitate”, Editura Economică, București, pp.52-70.

Bogdan, I. (2007), “The management of the investment efficiency”, University, Bucharest.

Bonciu, F. (2006), “Foreign direct investments”, Lumina Lex, Bucharest.

Bonn, Moritz (1938), – The Crumbling of Empire: The Desintegration of World Economy.

- Bora, B. (2002), "Foreign direct investments: Research Issues, Routledge, New York.
- Caetano, José, A. Galego, E. Vaz, C. Vieira, e I. Vieira (2002), "The Eastward Enlargement of the Eurozone. Trade and FDI", Ezoneplus Working Paper, No. 7.
- Centrul de Informare al Comisiei Europene in Romania (2001), *Ce este programul Phare al Uniunii Europene?*, Bucuresti.
- Centrul de Informare al Comisiei Europene in Romania (2001), *Cum sa obtii finantare de la Uniunea Europeana?*.
- Centrul de Informare al Comisiei Europene in Romania (2001), *Programul Phare al Uniunii Europene*, Bucuresti.
- Centrul de Informare al Comisiei Europene in Romania (2002), *Fisa sectorului "dezvoltare regionala"*, Bucuresti.
- Charpentier, Pascal (2002), "Organizarea și gestiunea întreprinderii", Editura Economică, București, pp. 80-89.
- Ciupagea, Constantin, V. Cojanu, M. C. Unguru (2002) "Adaptarea Romaniei la cerintele UE privind politica tarifara si comerciala", Studii de impact, Institutul European Romania, no. 4.
- Coffey, Paul (2003), "The Future of Europe-Revisited", Edward Elgar, Northampton
- Cojan, V. (2007), "Integrarea și competitivitate – modele de dezvoltare economică în Europa de Sud – Est", Editura ASE București.
- Comisia Europeana (2003), *Construirea de parteneriate locale puternice*, Bruxelles.
- Cowles, M.G., Caporaso, J. e Risse, T. (2001), "Transforming Europe: Europeanization and Domestic Change", Cornell University Press, Ithaca/London, p.3.
- Daianu, Daniel (2006), "Ce vom fi in Uniune. Pariul modernizarii Romaniei", Polirom, Ego Publicistica, Bucuresti.

Daianu, Daniel (2010), “Comentarii Economice Si Politice”, artigo tirado do jornal “Gandul” em 28 de Março de 2010.

Daianu, Daniel e R. Vranceanu (2002), “Romania si Uniunea Europeana“, Polirom, Iasi.

Desmond, Dinand (2004), “The Road to Enlargement” in Green Cowles, Maria; Dinan, Desmond (ed.) *Developments in the European Union 2*, Palgrave Macmillan.

Deutsch, Karl (1957), “Political Community and the North Atlantic Area.” Princeton University Press.

Dinu, Marin e S. Cristian (2005), “Modelul european de integrare”, Economica, Bucuresti.

Dobre, Ana Maria (2005), “Dinamica adaptarii la europenizare. Cazul romanesc de reforma a politicii regionale”, in Ana Maria Dobre si Ramona Coman, “Romania si integrarea europeana”, Institutul European, Iasi.

Dobrescu, Emilian M. (2000), “Integrare economică”, editia a doua, Ed. All Beck, Bucuresti, p. 40.

Dobrescu, M. E. (2000), “Integrare economică”, editia a doua, Ed. All Beck, Bucuresti, p. 1.

Dumont, Gerard-François (1997), “L’identité de l’Europe“, C.R.D.P.

Dyson, K. (2000), “EMU as Europeanization: Convergence, Diversity and Contingency”, *Journal of Common Market Studies*, Vol. 3, No.4, pp. 645-66.

El-Agraa, Ali M. (1994), – “The Economics of the European Community”, Fourth Edition, Harvester Wheatsheaf, p.1.

European Union (2006), *Foreign Direct Investment Yearbook* .

European Union (2007), *Foreign Direct Investment Yearbook*.

Eurostat Metadata (2008), Foreign Direct Investment, February.

Gal, Dacian (2005), “La Commission Européenne Jacques Delors. La Construction Européenne entre l’élargissement et approfondissement“, Cluj-Napoca.

Ghica, Lucian (2006), “Romania si Uniunea Europeana”, Meronia, Bucuresti.

Glass, Amy Jocelyn e K. Saggi (2002), “Licensing versus direct investment: implications for economic growth,” em Journal of International Economics, nr. 56, pp. 131-153.

Gog, Radu (2001), “Actiuni si strategii ale Romaniei pentru integrarea in Uniunea Europeana”, in Vasile Vese si Adrian Ivan, Paradigme in relatiile internationale, Accent, Cluj-Napoca.

Guilhaudis, François (1993), “La nouvelle Europe: un continent en transition”, in L’Europe en transition, Montchrestian, Paris.

Haas citado em PENTLAND, C. (1973), “International Theory and European Integration“, Faber, Londra, p. 101.

Herlea, Alexandru (1997), “La Roumanie et L’Union Européenne: bilan et perspectives” in Revue de l’Europe Centrale, Vol. 5, n°1.

Holmes, Martin (2001), “European Integration: Scope and Limits”, Palgrave Macmillan, Houdmills.

Hughes, James Sasse, e C. Gwendolyn (2004), “Europeanization and Regionalization in the EU’s Enlargement to Central and Eastern Europe. The myth of Conditionality”, Palgrave Macmillan.

Huru, D. (2007), “The investments – capital and development”, Economical, Bucharest

Ibidem, (2005), “Din nou despre competitivitate”, editura Polirom, Bucuresti.

Ibidem, (2006), “Economia Romaniei: stare actuala si perspective”, editura Polirom, Bucuresti.

Institutul European din Romania (2002), *Studiu de impact privind aderarea*, Bucuresti.

Institutul European din Romania, Studiul n° 6 (2004), *Cerinte specifice ale gestionarii instrumentelor structurale si implicatiile pentru Romania*, Bucuresti.

Jordan, Gheorghe Barbulescu (2001), “Uniunea Europeana: aprofundare si extindere“, Trei, Bucuresti.

Jinga, Ion (2002), “La convention sur l’avenir de l’Europe: défi et opportunité pour la Roumanie”, em *Transylvanian Review*, Cluj-Napoca, Romanian and Cultural Fundation, Center for Transylvanian Studies, vol. XI, n° 4.

Jinga, Ion (2002), “La convention sur l’avenir de l’Europe: défi et opportunité pour la Roumanie” em *Transylvanian Review*, Cluj-Napoca, Romanian Cultural Fondation, Center for Transylvanian Studies, vol. XI, n°4.

Kinnander A e P. Gröndahl (1999), “Productivity development in manufacturing systems – a project proposal within PROPER” *Internal report*, Stockholm: The Royal Institute of Technology.

Knill, R. (2001) “The Europeanization of National Administrations: Patterns of Institutional Change and Persistence”, Cambridge University Press, Cambridge.

Kokh, K. (1996), “The Netherlands and UE enlargement” in Kaiser, K.; Brunning, M., (ed.), *East-Central Europe and the EU: problems of integration*, Europa Union Verlag, Bonn.

Koss, E. e D.A. Lewis (1993), “Productivity or efficiency -measuring what we really want” *National Productivity Review*, vol. 12, pp 273-95.

Ladrech, R. (1994), “Europeanization of Domestic Politics and Institutions: the Case of France”, *Journal of Common Market Studies*, Vol. 32, No.1, pp. 69-88.

Lazaroiu, Sebastian e D. Chiribuca (1999), “Fetele schimbarii. Romanii si provocarile tranzitiei”, Nemira, Bucuresti.

Lindberg, Leon N. e S. Scheingold (1971), *Regional Integration: Theory and Research*. Cambridge, Ma.: Harvard University Press.

Lopez, María Esther Blas (2006), “Relever le défi.” La stratégie de Lisbonne pour la croissance et l’emploi. Rapport du groupe de haute niveau présidé par M.Wim Kok (disponível on-line em http://europa.eu.int/comm/lisbon_strategy/index_fr.html, consultado em 9 de Fevereiro de 2010).

Lutas, Mihaela (1999), “Integrarea economică europeană”, Ed. Economică, Bucuresti, p. 40.

Machlup, Fritz (1997), “A History of Thought on Economic Integration”, Macmillan Press Ltd, London, p. 10.

Macmillan English Dictionary for advanced learners (2002), International student edition, p.746.

Marinescu, Cosmin (2002), “Captura statului: unele implicații privind mediul de afaceri și competitivitatea”, în *Convergente economice in Uniunea Europeana*, Editura Economică, București.

Marino, Adrian (2001), “Pentru Europa. Integrarea Romaniei. Aspecte ideologice si culturale”, Polirom, Iasi.

Mazilu, Roxana (2004), “Romania rurala se integreaza in Europa”, in *Cadran politic*, februarie.

Miron, Dumitru (coordonator) (2002), “Economia Uniunii Europene”, Ed. Luceafărul, Bucuresti, p. 13.

Moravcsik, Andrew (1998), “Preferences and power in the European Community: a liberal intergovernmentalist approach”, in *Journal of Commom Market Studies*, nr.31.

Moravcsik, Andrew (1998), “The Choise for Europe: Social Purpose and State Power from Messina to Maastrich”, Cornell University Press, Ithaca.

Narula, R. (1996), "Multinational Investment and Economic Structure: Globalization and Competitiveness", Routledge, New York.

National Bank of Romania (1990-2007), Annual Reports.

National Bank of Romania (2000-2007), Reports on financial stability.

Negritoiu, M. (2007), "A footstep ahead – the foreign direct investments and the development, Expert, Bucharest.

OCDE (2005), Trends and recent developments in foreign direct investments.

OCDE (2006), International Investment Perspectives.

Olaru, Daniel (1998), "Integrarea vest-europeană", Ed. Politică, Bucuresti, p.88-90.

Olaru, Dumitru (1998), "Integrarea vest-europeana. Realitati si controverse", Editura Politica, Bucuresti.

Ollington, C., e J. Reuvid (2004), "A business guide to European Union enlargement - trade and investment opportunities in Europe and the accession states", Kogan Page.

Olsen, J.P. (2001), "The Many Faces of Europeanization", ARENA Working Papers, WPO1/2.

Pană, Viorica e L. Tuță (2008), "Competitivitatea Întreprinderii", Editura Universității din Pitești, pp. 22-28.

Pecican, Ovidiu (2003), "Romania si Uniunea Europeana", Eikon, Bucuresti.

Pelkmans, Jacques e Prentice Hall (2006), "European Integration", Third Edition, Methods and Economy Analysis.

Perroux, F. (1996), "Intégration économique. Qui intègre? Au bénéfice de qui s'opère l'intégration?", Économie appliquée, pag. 389-414.

Pîrvu, D., E. Clipici, A. Hagi (2008), "The international financial-monetary activity in the contemporary economy, Sitech Publishing House, Craiova.

Plamen, Pavlov, I. Ianev, D. Cain (2002), *Istoria Bulgariei*, Corint, Bucuresti.

Plesu, Andrei (1996), "Chipuri si masti ale tranzitiei", Humanitas, Bucuresti.

Pollak, M., A. (2005), "Theorizing EU Policy-Making" in *Policy-Making in the European Union*, Wallace, H., Wallace W and M.A. POLLAK, Oxford University Press, Oxford, p. 40.

Pop, Flore (2000), "La Roumanie: Les mecanismes juridiques de la transition", Éditions de la Fondations Alpha, Cluj.

Pouli-Pleros, Ioanna (2002), "L'intégration des pays de l'Europe centrale et orientale dans une Europe en transition", Ant. N. Sakkoulas, Atena.

Preliceanu, R. (2006), "The foreign direct investments and the reorganization of the Romanian economy in the context of the European adhesion", Lumen, Bucharest.

Puscas, Vasile (1999), "The Accession Negotiations of Romania to the European Union. Complexity, approaches and result", in *Euro-Atlantic Studies*, University of Bucharest, Centre for Euro-Atlantic Studies, n°5.

Puscas, Vasile (2003), "Negociind cu Uniunea Europeana", Volumul I, Documente initiale de pozitie la capitolele de negociere, Editura Economica, Bucuresti.

Puscas, Vasile (2007), "The accession Negotiations of Romania to the European Union. Complexity, approaches and result", in *Euro-Atlantic Studies*, Universidade de Bucuresti, O Centro de Estudos Euro-Atlanticas, numero 5.

Radaelli, C. (2003) "Conceptualizing Europeanization : Theory, Methods and the Challenge of Empirical Research", paper presented at the Europeanization Easter School, University of York, 24-25 de Abril.

Rainelli, M. (2004) "International commerce", Arc, Bucharest.

- Regul, R. (1988), "L'integration economiques", College d'Europe, Bruges, p.1-3.
- Romanian Statistical Review, 2000-2007.
- Romanian statistical yearbook, 2000-2007.
- Ropke, Wilhelm L. M. (1933) – Decisive Problems of Desintegration of World Economy.
- Rotschild, Joseph (1993), "Return to Diversity: a Political History of East Central Europe since World War II", Oxford University Press, Oxford.
- Sandu, Dumitru (1996), "Sociologia tranzitiei. Valori si tipuri sociale in Romania", Staff, Bucuresti.
- Scheele, Jonathan (2004), "European Commision looks forward to welcome Romania as EU member in 2007", Bucuresti, 6 de outubro, comunicação para a imprensa.
- Schimmerlfenning, Frank e U. Sedelmeier (2005), "The Politics of European Union Enlargement. Theoretical approaches", London, New York, p.5.
- Singh, H., J. Motwani e A. Kumar (2000), "A review and analysis of the state of the art research on productivity measurement" *Industrial Management and Data Systems*, vol. 100, pp 234-41.
- Souliers, Gerard (1994), " L'Europe. Histoire, civilization, institutions", Armand Colin, Paris.
- Sousa, Fernando F. (1999), "A vantagem competitiva das nações: polémicas e derrivações", Contemporânea Editora, LDA.
- Soysa, I. (2003), "Foreign Direct Investment, Democracy, and Development: Assessing Contours, Correlates, and Concomitants of Globalization", Routledge, New York.
- Staicu, G. (2002), "Protecția concurenței în România", Convergențe economice în Uniunea Europeană, Editura Economică, București.

Stoica, M. (2007), "The investments and the sustainable development", University, Bucharest.

Suta, N., S. Suta (2006), "International commerce and contemporary commercial policies", Economical, Bucharest.

The Encyclopedia Of The Social Sciences (1937), vol. XV, p. 629.

Tinbergen, Jan (1965), "International Economic Integration", Elsevier Publishing Company, Amsterdam, New York, London, p.57.

Tismaneanu, Vladimir (2000), "Incet spre Europa", Polirom, Iasi.

UNCTAD (2005-2006), FDI in least developed countries at a glance.

UNCTAD (2006), Current Studies on FDI and Development No.5, Elimination of trims: The experience of selected developing countries, 2006.

UNCTAD (2007), Investment Brief, Stability, skilled labor and infrastructure top locational factors for foreign affiliates, No. 3.

UNCTAD (2007), Monitor No. 3: Recent developments in international investment agreements.

UNCTAD (2008), Investment Brief, No. 2.

Vaduva, Gheorghe (2004), "Reactia rapida in operatia militara", Centrul de Studii Strategice de Aparare si Securitate, Editura Universitatii Nationale de Aparare, Bucuresti.

Vasilescu, I. (2003), "The applied efficiency of investments", Lumina Lex, Bucharest.

Vesa, Vasile e A. L. Ivan (2001), "Tratatul de la Nisa", Dacia, Cluj-Napoca.

Vesa, Vasile e A. L. Ivan (2001), "Istoria integrarii europene", Presa Universitara Clujeana, Cluj-Napoca.

Voiculescu, Dan (1990), “Din experienta mondiala in privatizarea intreprinderilor de stat“, editura Tehnica, Bucuresti.

Voinea, Liviu e B. Dancau (2003), “Schimbarea la fata a SIDEX. Un exemplu care poate fi replicat?”, Societatea Academica din Romania, Raport de Avertizare, nr. 1.

Wallace, Helen (2002), “Enlarging the European Union. Reflections on the challenge of analysis”, in Frank Schimmelfenning, ed. Ulrich Sedelmeier.

Weber, Alfred (1993), “The Production – Economic Integration of Europe; an Investigation of Interwaving by Trade of the Countries of Europe”.

Zamfirescu, Iulia (2001), “Costuri si beneficii ale aderarii la Uniunea Europeana pentru tarile candidate din Europa Centrala si de Est”, Institutul European din Romania, Bucuresti.

Sites de referência:

Agentia Sapard na Roménia: <http://www.apdrp.ro>

Centrul Roman pentru Politici Economice, <http://www.cerope.ro>.

Comisia Europeana, <http://ec.europa.eu>

Delegatia Comisiei Europene in Romania, <http://www.infoeuropa.ro>

DG, Dezvoltare Regionala, http://ec.europa.eu/dgs/regional_policy/index_pt.htm

Guvernul Romaniei, www.isd.ro

Institutul de Cercetare Statistica al UE (Eurostat),
<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home/>”

Parlamentul European: <http://www.europarl.europa.eu/pt>

www.ezoneplus.org

www.ccir.ro/oie

www.euroactiv.ro

www.eurochambres.be

www.ili.ro

www.juridice.ro

www.mmt.ro

www.antena3.ro

www.revista22.ro

www.novinite.com

www.infoeuropa.com

Entrevista com o autor Daniel Daianu, de 2006, no jornal “Revista 22”, disponível online no <http://www.revista22.ro/are-romania-o-economie-de-piata-functionala-663.html>, tirado em 28 de Abril de 2010

Revistas:

Tribuna Economica si Financiara

Revista Capital

Anexos

Quadro n.º 1

Análise da estrutura das áreas cultivadas

Unidade: mil ha

	1998		2000		2001		2002		2003	
	Total	%								
A área total cultivada, dos quais:	8.972,6	100,0	8.499,8	100,0	8.905,0	100,0	9.001,6	100,0	8.880,6	100,0
Cereais para sementes	5.920,6	65,99	5.655,2	66,5	6.294,9	70,7	6.038,1	67,1	5.541,8	62,4
Leguminosas de grãos	44,7	0,50	41,3	0,5	35,6	0,4	45,3	0,5	46,8	0,5
Plantas têxteis	3,4	0,04	0,9	xx	0,9	xx	1,4	xx	1,6	xx
Plantas oleosas	1.156,1	12,88	1.067,4	12,6	938,6	10,5	1.076,4	12,0	1.377,1	15,5
Plantas para outras industrializações	136,3	1,52	64,9	0,8	54,0	0,6	56,2	0,6	57,4	0,6
Plantas medicinais e aromáticas	27,7	0,31	4,3	0,1	10,0	0,1	10,6	0,1	12,2	0,1
Batatas	261,3	2,91	282,7	3,3	276,7	3,1	283,2	3,1	282,0	3,2

Fonte: O Anuário Estatístico da Roménia, 2004

Quadro n.º 2

Os efectivos totais de animais, aves e abelhas

		1999	2000	2001	2002	2003	2004
Gado	Mil cabeças	3.143	3.051	2.870	2.800	2.878	2.897
	%	100	97,1	91,3	89,1	91,6	92,2
Suínos	Mil cabeças	7.194	5.848	4.797	4.447	5.058	5.145
	%	100	81,3	66,7	61,8	70,3	71,5
Ovelhas	Mil cabeças	8.409	8.121	7.657	7.251	7.312	7.447
	%	100	96,6	91,1	86,2	87,0	88,6
Cabres	Mil cabeças	585	558	538	525	633	678
	%	100	95,4	92,0	89,7	108	115,9
Cavalos	Mil cabeças	839	858	864	860	879	897
	%	100	102,3	103,0	102,5	104,8	106,9
Aves	Mil cabeças	69.480	69.143	70.070	71.413	77.379	76.616
	%	100	99,5	100,9	102,8	111,4	110,3
Abelhas	Mil famílias	620	614	648	745	781	840
	%	100	99,0	104,5	120,2	126,0	135,5

Fonte: O Anuário estatístico da Roménia, 2005

Quadro n.º 3

Quotas de produção obtidas nas negociações com UE

Leite	Produção Processos de venda directa Reserva	3.245.000 toneladas 3.057.000 toneladas 188.000 toneladas
Açúcar	Produção total Açúcar branco Cota de processamento	448.781 toneladas 109.164 toneladas 329.636 toneladas
Cabeças de gado	Vacas leiteiras Bovinos para abate Subsídios para os bovinos Total nacional de bovinos Pagamento suplementar Bovinos Ovinos	150.000 de cabeças 1.233.000 cabeças 452.000 cabeças 5.880.620 cabeças 858.260 euros 6.216.782 euros
Área de referência:	Área de referência: 7.0122.666 ha; 9.000.000 em 2004 Arrendamento de terrenos: 2,65 toneladas/ha	

Fonte: O Anúário estatístico da Roménia, 2006

Quadro n.º 4: Financiamento por eixos Prioritários e domínios de intervenção

Axos Prioritarios e domínios de intervenção 2007-2013	% Fundos FEDR	Contribuição da UE				Contribuição da Roménia						Co-fi nan- ciamento	TOTAL GENERAL
		FEDR	FC	FSE	Total UE	O orçamento do Estado	O orçamento local	Outros recursos publicos	Total recursos publicos	Recursos Privados	Total nacionais		
		1	2	3	4=1+2+3	5	6	7	8=5+6+7	9	10=8+9		
1. O desenvolvimento das cidades de crescimento urbano	30,00	1.117,806529	0	0	1.117,806529	245,541820	27,823436	0,000	273,365256	0,000	273,365256	0	1.391,171784
1.1 Projectos integrados no desenvolvimento urbano	30,00	1.117,806529	0	0	1.117,806529	245,541820	27,823436	0,000	273,365256	0,000	273,365256	0	1.391,171784
2. Infra-estrutura de transport regional e local	20,35	758,355017	0	0	758,355017	113,972430	4,383555	0,000	118,355985	0,000	118,355985	0	876,711002
2.1. Rodovias municipais e locais	20,35	758,355017	0	0	758,355017	113,972430	4,383555	0,000	118,355985	0,000	118,355985	0	876,711002
3. Infra-estrutura social	15,00	558,903264	0	0	558,903264	85,479323	13,150665	0,000	98,629988	0,000	98,629988	0	657,533252
3.1. Saúde	3,96	147,550462	0	0	147,550462	22,566541	3,471776	0,000	26,038317	0,000	26,038317	0	173,588779
3.2. Serviços sociais	2,27	84,580694	0	0	84,580694	12,935871	1,990134	0,000	14,926005	0,000	14,926005	0	99,506699
3.3. Situações de emergencia	2,27	84,580694	0	0	84,580694	12,935871	1,990134	0,000	14,926005	0,000	14,926005	0	99,506699
3.4. Educação	6,50	242,191415	0	0	242,191415	37,041040	5,698622	0,000	42,739661	0,000	42,739661	0	284,931076
4. Ambiente de negocios regional e local	17,00	633,423700	0	0	633,423700	66,274968	10,196149	0,000	76,471117	85,751729	162,222847	0	795,646546
4.1. Estruturas de apoio das negociações	6,26	233,248962	0	0	233,248962	35,673371	5,488211	0,000	41,161582	0,000	41,161582	0	274,410544
4.2. A reabilitação dos sites industriais para novas actividades	5,37	200,087369	0	0	200,087369	30,601598	4,707938	0,000	35,309536	0,000	35,309536	0	235,396904
4.3. O apoio do desenvolvimento das micro empresas	5,37	200,087369	0	0	200,087369	0,000	0,000	0,000	0,000000	85,751729	85,751729	0	285,839098
5. Desenvolvimento do turismo regional e local	15,00	558,903264	0	0	558,903264	50,147869	7,715057	0,000	57,862926	99,005721	156,868647	0	715,771912
5.1. A valorificação do patrimonio	5,37	200,087369	0	0	200,087369	30,601598	4,707938	0,000	35,309536	0,000	35,309536	0	235,396904
5.2. A infra-estrutura do turismo e serviços de alojamento	6,20	231,013349	0	0	231,013349	0,000	0,000	0,000	0,000	99,005721	99,005721	0	330,019070
5.3. A promoção do potencial turistico	3,43	127,802546	0	0	127,802546	19,546272	3,007119	0,000	22,553391	0,000	22,553391	0	150,355937
6. A asistencia tecnica	2,65	98,629988	0	0	98,629988	32,876663	0,000000	0,000	32,876663	0,000000	32,876663	0	131,506651
TOTAL (1+2+3+4+5+6)	100	3.726,021762	0	0	3.726,021762	594,293073	63,268862	0,000	657,561935	184,757451	842,319385	0	4.588,341147

Quadro n.º 5

Os IDEs entrados na Roménia

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
IDE*	37	73	87	341	417	263	1224	2040	1007	1051	1154	1090	1345
% do PIB	0,1	0,3	0,3	1,1	1,1	0,7	3,4	4,9	2,9	2,9	3,0	2,6	3,0

Nota:* Milhões de dólares americanos

Fonte: Relatório anual do BNR

Quadro n.º 6

O ritmo anual da produção industrial, nos ramos (%)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Indústria, total	8,3	4,3	3,1	5,3	2,0	7,4
Indústria extractiva	5,3	-5,4	-0,4	2,4	-0,5	3,2
Extração do carvão	11	-7,5	4,6	-3,4	-1,2	7,4
Indústria petrolífera (petróleo e gases)	3	-7,5	-6,3	6,7	1,6	-0,6
Extração e preparação dos minérios metalíferos	16,9	-0,9	4,1	-13,9	-22,5	-20,3
Outras actividades extractivas (ex.: materiais de construção)	-6,1	13,8	16,6	9,1	3,3	21,7
Indústria transformadora	9,8	6,5	3,6	6,4	2,5	8
Indústria alimentara e das bebidas	20,1	12,2	5,1	-4,6	3,5	16,9
Indústria dos têxteis e dos produtos têxteis	1,2	3,3	40,2	3,5	-10,9	-15,2
Indústria das confecções de têxteis, e peles	17,4	4,3	1,3	-4,2	-15,9	-8,2
Indústria das peles e calçado	4,5	4,5	3,1	-2,2	-11,9	2,3
Indústria de transformação da madeira	-14,7	-8,6	9,1	42	22,5	7,6
Indústria da celulose, do papel e cartão	10,9	10,2	-0,2	-2,9	5	7,7
Indústria de transformação do petróleo	9,1	15,4	-9,7	6,2	13,4	-0,7
Indústria das substâncias e produtos químicos	-8,8	2,6	5,8	34,3	3,1	15,9
Indústria da borracha e dos plásticos	16	8,4	29,3	9,8	-6,8	0
Indústria dos produtos de minérios não metálicos (materiais de construção)	1,8	3,5	-0,4	16,8	-2,4	9,1
Indústria metalúrgica	13,1	21,8	-19,1	13,5	2	1,5
Indústria das construções metálicas e dos produtos de metal	-1,6	0,6	-1,9	-0,4	1	16
Indústria de máquinas e equipamentos	16,1	-0,3	-7,7	7,1	-1,2	-1,3
Indústria de máquinas e aparelhos eléctricos	13	4,4	9,5	15,8	1,9	13
Indústria de equipamentos rádio, tv e de comunicações	10,3	-10,8	16	13,6	-37,1	-11,5
Indústria de aparelho de precisão	23,9	2,3	19,1	-9,9	-11,4	-9
Indústria dos meios de transporte rodoviário	-7,7	11,3	16,6	24,2	34,9	20,6
Indústria de outros meios de transport	-1,1	-5	19,4	-6,1	1,7	17,2
Indústria dos móveis	9,9	15,1	4	-10,3	17,1	22,5
Utilidades	-2,9	-3,4	1,7	-3,2	-1,6	5,4
Produção, transporte e distribuição de energia eléctrica, térmica, gases e água	3	0,5	4,8	-2,2	0,8	8,1

Fonte: Revista Económica e Financeira, nº 22, 2007

Quadro n.º 7

A classificação das exportações em função da relação preço-qualidade, % do total das exportações

	1993			2000		
	Inferior (intensidade tecnologica menor)	Media	Superior (intensidade tecnologica maior)	Inferior (intensidade tecnologica menor)	Media	Superior (intensidade tecnologica maior)
Roméia	78.3	8.9	12.5	63.7	16.4	19.7
Hungria	52.4	23.5	23.9	41.1	30.2	28.9
Polónia	73.6	18.1	8.1	59.8	22.6	17.5
Rep. Checa	70.6	16.1	13.0	61.1	21.9	16.9
Bulgária	62.9	21.2	12.8	44.3	46.4	9.1
Eslováquia	73.8	15.9	8.9	50.5	36.9	12.6
Grécia	28.9	35.3	30.2	34.0	38.8	25.2
Espanha	47.4	34.9	14.7	46.1	34.6	18.3

Fonte: Caetano, A. Galego, E. Vaz, C. Vieira, I. Vieira

Quadro n.º 8

Os primeiros dez bancos autóctones após actividade líquida no final de 2006

Banca	Activ líquido em 31.12.2006 (milhões lei)
Banco Comercial Romeno	45.080,1
BRD- Groupe Société Générale	28.027,2
Raiffeisen bank	13.821,4
HVB Tiriac	8.826,0
Banca Transilvânia	8.081,8
Bancpost	7.701,3
ING Bank	7.234,6
Alpha Bank	7.145,6
Casa de economii si Consemnatiuni	7.043,9
ABN Amro Bank	5.269,6
Total active nete	171.202,2

Fonte: O Banco Nacional da Roménia

Quadro n.º 9

O top dos bancos em função de activos

	Top 2003	Top 2004	Top 2005
1	BCR	BCR	BCR
2	BRD	BRD	BRD
3	Raiffeisen Bank	Raiffeisen Bank	Raiffeisen Bank
4	CEC	CEC	ING Bank
5	ABN Amro	ING Bank	HVB Banc
6	ING Bank	ABN Amro	Bankpost
7	Bankpost	Bankpost	CEC
8	Alpha Bank	HVB Banc	Banca Transilvania
9	HVB Banc	Alpha Bank	Alpha Bank
10	Banca Tiriac	Banca Transilvania	ABN Amro

Sursa: BNR, bancos comerciais

Quadro n.º 10

A quota de mercado dos bancos após activos totais

Lugar instituição		Quota 2005
1	BCR	25,7%
2	BRD	15,0%
3	Raiffeisen Bank	8,7%
4	ING Bank	5,3%
5	HVB Bank	4,9%
6	Bancpost	4,5%
7	CEC	4,4%
8	Banca Transilvania	3,9%
9	Alpha Bank	3,8%
10	ABN Amro	3,7%
11	Banca Tiriatic	2,5%
12	Citibank	1,9%
13	Banca Romaneasca	1,8%
14	UniCredit Romania	1,7%
15	Eximbank	1,6%
16	Volskbank	1,5%
17	Banca Italo Romena	1,0%
18	Finansbank	1,0%
19	Piraeus Bank	0,8%
20	Romexterra Bank	0,8%
21	Banca Carpatica	0,7%
22	RoBank, actuala OTP	0,6%
23	San Paolo Bank	0,6%
24	Anglo Romanian Bank	0,5%
25	Garanti Bank	0,4%
26	Eurom Bank	0,4%
27	ProCredit Bank	0,4%
28	Egnatia Bank	0,3%
29	Libra Bank	0,3%
30	Mindbank	0,2%
31	Banca Daewoo	0,2%
32	MISR Romanian Bank Cairo	0,2%
33	Romanian International Bank	0,2%
34	Banca di Roma SpA	0,1%
35	Raiffeisen Banca Pentru Locuinte	0,1%
36	Porche Bank	0,1%
37	HVB Banca pentru Locuinte	0,0%
38	Nova Bank	0,0%

Sursa: BNR, bancos comerciais

Quadro n.º 11

Evolução ponderada dos activos em PIB no período 1996-2006

Ano	Activos Bilhões de lei	PIB, preçocorrentes Bilhões de lei	Ponderação activa em PIB
1996	5,5	10,891	50,5%
1997	10,01	25,293	39,5%
1998	14,80	37,379	39,6%
1999	18,21	54,573	33,36%
2000	23,26	80,377	28,93%
2001	35,21	116,769	30,15%
2002	47,81	151,475	31,56%
2003	61,73	197,565	31,24%
2004	91,38	246,469	37,07%
2005	130,27	288,048	45,22%
2006	175,46	342,418	51,24%

Fonte: o BNR e o INS

Quadro n.º 12 : As prioridades e os objectivos do PDN 2007-2013

Axos Prioritarios e domínios de intervenção 2007-2013	% Fundos FEDR	Contribuição da UE				Contribuição da Roménia						Co-financiamento	TOTAL GENERAL
		FEDR	FC	FSE	Total UE	O orçamento do Estado	O orçamento local	Outros recursos publicos	Total recursos públicos	Recursos Privados	Total nacionais		
		1	2	3	4=1+2+3	5	6	7	8=5+6+7	9	10=8+9		
1. O desenvolvimento das cidades de crescimento urbano	30,00	1.117,806529	0	0	1.117,806529	245,541820	27,823436	0,000	273,365256	0,000	273,365256	0	1.391,171784
1.1 Projectos integrados no desenvolvimento urbano	30,00	1.117,806529	0	0	1.117,806529	245,541820	27,823436	0,000	273,365256	0,000	273,365256	0	1.391,171784
2. Infra-estrutura de transport regional e local	20,35	758,355017	0	0	758,355017	113,972430	4,383555	0,000	118,355985	0,000	118,355985	0	876,711002
2.1. Rodovias municipais e locais	20,35	758,355017	0	0	758,355017	113,972430	4,383555	0,000	118,355985	0,000	118,355985	0	876,711002
3. Infra-estrutura social	15,00	558,903264	0	0	558,903264	85,479323	13,150665	0,000	98,629988	0,000	98,629988	0	657,533252
3.1. Saúde	3,96	147,550462	0	0	147,550462	22,566541	3,471776	0,000	26,038317	0,000	26,038317	0	173,588779
3.2. Serviços sociais	2,27	84,580694	0	0	84,580694	12,935871	1,990134	0,000	14,926005	0,000	14,926005	0	99,506699
3.3. Situações de emergencia	2,27	84,580694	0	0	84,580694	12,935871	1,990134	0,000	14,926005	0,000	14,926005	0	99,506699
3.4. Educação	6,50	242,191415	0	0	242,191415	37,041040	5,698622	0,000	42,739661	0,000	42,739661	0	284,931076
4. Ambiente de negocios regional e local	17,00	633,423700	0	0	633,423700	66,274968	10,196149	0,000	76,471117	85,751729	162,222847	0	795,646546
4.1. Estruturas de apoio das negociações	6,26	233,248962	0	0	233,248962	35,673371	5,488211	0,000	41,161582	0,000	41,161582	0	274,410544
4.2. A reabilitação dos sites industriais para novas actividades	5,37	200,087369	0	0	200,087369	30,601598	4,707938	0,000	35,309536	0,000	35,309536	0	235,396904
4.3. O apoio do desenvolvimento das micro empresas	5,37	200,087369	0	0	200,087369	0,000	0,000	0,000	0,000000	85,751729	85,751729	0	285,839098
5. Desenvolvimento do turismo regional e local	15,00	558,903264	0	0	558,903264	50,147869	7,715057	0,000	57,862926	99,005721	156,868647	0	715,771912
5.1. A valorificação do patrimonio	5,37	200,087369	0	0	200,087369	30,601598	4,707938	0,000	35,309536	0,000	35,309536	0	235,396904
5.2. A infra-estrutura do turismo e serviços de alojamento	6,20	231,013349	0	0	231,013349	0,000	0,000	0,000	0,000	99,005721	99,005721	0	330,019070
5.3. A promoção do potencial turístico	3,43	127,802546	0	0	127,802546	19,546272	3,007119	0,000	22,553391	0,000	22,553391	0	150,355937
6. A asistencia tecnica	2,65	98,629988	0	0	98,629988	32,876663	0,000000	0,000	32,876663	0,000000	32,876663	0	131,506651
TOTAL (1+2+3+4+5+6)	100	3.726,021762	0	0	3.726,021762	594,293073	63,268862	0,000	657,561935	184,757451	842,319385	0	4.588,341147

Fonte: Revista Capital, nº 78, 2008.

Quadro n.º13

A programação financeira global da PND 2007-2013

Unidade: mil euros

Prioridades PND	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
P1. Competitividade	651,48	620,72	793,14	882,76	842,95	761,25	682,12
P2. Infra-estrutura de transporte	2.094,99	2.517,48	2.465,25	2.071,29	1.819,84	1.832,30	1.853,75
P3. Ambiente	753,18	898,70	1.099,11	1.160,45	1.069,54	810,78	806,20
P4. Recursos humanos	711,65	912,51	1.297,08	1.317,359	1.313,22	1.115,85	940,72
P5. Desenvolvimento rural	1.585,56	1.757,72	2.200,96	2.335,49	2.395,08	2.445,15	2.517,37
P6. Desenvolvimento regional	1.294,79	1.280,99	1.397,96	1.336,37	1.342,35	1.344,55	1.342,97
Total	7.091,65	7.988,12	9.253,50	9.103,95	8.782,98	8.309,78	8.143,16

Fonte: O Ministério das Finanças Públicas

Quadro n.º 14

Os principais destinos de exportação

Unidade: mil euros

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Italy	2,331	2,854	3,489	4,288	5025.27	5,340	5,819	6,924
Germany	1,627	1,781	2,166	2,771	3,513.9	3,869	5,093	6,829
France	722	919	1,056	1,295	1,994.84	2,057	2,435	3,118
Turkey	627	451	574	902	1,642.97	2,189	2,509	2,838
Hungary	355	371	431	617	898.1	1,144	1,603	2,249
Total exports	10,367	11,386	13,874	17,616	23,476	27,645	32,479	40,342
Top 5, % of total	54.6	56.0	55.6	56.1	55.7	52.8	53.8	54.4

Fonte: A Comissão Nacional de Previsão

Quadro n.º 15

O Top das cidades

As cidades com os melhores mercados imobiliários de escritórios	Posição
Varsóvia	1
Bucareste	2
Lisboa	2
Praga	4
Barcelona	5
Budapeste	6
Moscovo	25
Viena	26
Milão	29
Roma	30
Genebra	33
As cidades com o melhor acesso nos mercados	
Londres	1
Paris	2
Frankfurt	3
Bruxelas	4
Amsterdão	4
Viena	13
Roma	19
Bucareste	22
Moscovo	22
Budapeste	25
As cidades com a mão-de-obra mais barata	
Varsóvia	1
Bucareste	2
Budapeste	3
Praga	4
Lisboa	5
Moscovo	9
Berlim	15
Viena	16
Roma	18
Paris	20

Fonte: European Cities Monitor

Quadro n.º 16

O Top das cidades (cont.)

As cidades com a mão-de-obra mais qualificada	
Londres	1
Paris	2
Frankfurt	3
Munique	4
Estocolmo	5
Berlim	12
Viena	13
Bucareste	19
Roma	19
Moscovo	22
As cidades com os melhores serviços de telecomunicações	
Londres	1
Paris	2
Frankfurt	3
Estocolmo	4
Berlim	5
Viena	25
Roma	26
Praga	26
Moscovo	28
Budapeste	29

Fonte: European Cities Monitor

Quadro n.º 17

Repartição do IDE nas principais actividades económicas

	Saldo IDE em 31 de Dezembro de 2007		Dos quais, imobilizações corporais e não corporais	
	mil.EUROS	% do Total IDE	mil. EUROS	% do Total IDE
TOTAL, do qual:	42770	100	21398	50,0
Industria, do qual:	17409	40,7	11447	26,8
<i>Industria extractive</i>	2046	4,8	1654	3,9
<i>Industria transformadora</i>	14071	32,9	8744	20,4
<i>Energia eléctrica, termica, gases,,água</i>	1292	3,0	1049	2,5
Intermediações financeiras e seguros	9961	23,3	1517	3,5
Comércio em detalhe	5970	14,0	3099	7,2
Construções e tranzacções Imobiliarios	3329	7,8	2131	5,0
Correio e telecomunicações	2784	6,5	1948	4,5
Outras actividades	3317	7,7	1256	3,0

Fonte: Revista Capital, nº 33, 2008

Quadro n.º 18

Repartição do IDE nos países de origem em 31 de Dezembro de 2007

	mil. EUROS	% do TOTAL
TOTAL, do qual:	42770	100,0
Austria	9161	21,4
Olanda	6988	16,3
Alemanha	5020	11,7
França	3759	8,8
Grecia	3192	7,5
Itália	2617	6,1
Elvetia	2191	5,1
Chipre	2015	4,7
Turquia	822	1,9
Hungria	738	1,7
Luxemburgo	633	1,5
E.U.A	581	1,4
Outros países	5053	11,9

Fonte: Revista Capital, nº 33, 2008

Quadro n.º 19

As estimações EIU no que refere a economia romena e os IDE

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
PIB (biliões de euros)	60,8	78,1	9,7	122,2	139,6	150,2	163,3	179,6
O crescimento económico (%)	8,4	4,1	7,7	6,4	5,5	4,7	4,3	3,4
Entradas de IDE (biliões de euros, anuais)	5,2	5,2	9,1	7,4	5,3	5,4	5,2	5,3
Investimentos estrangeiros anuais, como peso em PIB (%)	8,5	6,7	9,4	6,1	3,8	3,6	3,2	3
O stock de IDE (biliões de euros)	16,5	20,8	29,7	35,6	40,2	45,6	50,8	56,1
O stock dos investimentos, como peso em PIB (%)	27,2	26,7	30,6	29,2	28,8	30,4	31,1	31,3
Investimentos romenos no estrangeiro (biliões de euros, anuais)	0,1	0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,3
O stock dos investimentos romenos no estrangeiro (biliões de euros)	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,6	0,8	1,1

Fonte: Studio Economist Intelligence Unit